

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO

AIKO TANONAKA OGASSAWARA

O ENSINO DA ESCRITA JAPONESA: um estudo terminológico
bilíngüe (japonês-português)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Lingüística Aplicada do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução do Instituto de Letras da Universidade de Brasília como requisito à obtenção do Título de Mestre em Lingüística Aplicada.

Orientadora: Profa. Dra. Haruka Nakayama

Brasília

2006

O34e Ogassawara, Aiko Tanonaka.
O ensino da escrita japonesa : um estudo terminológico bilíngüe (japonês-português) / Aiko Tanonaka Ogassawara ; Haruka Nakayama, orientadora. - Brasília, 2006.
223 p.: il. ; 30 cm.

Inclui bibliografia

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Letras, Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, 2006.

1. Escrita japonesa - ensino. 2. Linguagem de especialidade. 3. Unidade terminológica. 4. Sistema de conceitos. 5. Grafema semântico. 6. Ideograma. 7. Grafema fonético. 8. Fonograma. I. Nakayama, Haruka (orient.) II. Título.

CDU 809.56 (043)

TERMO DE APROVAÇÃO

AIKO TANONAKA OGASSAWARA

O ENSINO DA ESCRITA JAPONESA: um estudo terminológico bilíngüe (japonês-português)

Dissertação aprovada como requisito para obtenção de grau de Mestre em Lingüística Aplicada do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Haruka Nakayama
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, UnB

Examinadora Externa: Prof^ª. Dr^ª. Elza Taeko Doi
Universidade de Campinas

Examinador Interno: Prof. Dr. René Gottlieb Strehler
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, UnB

Suplente: Prof. Dr. Herbert Andreas Welker
Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução, UnB

Brasília, 27 de outubro de 2006

Agradecimentos

À professora Dra. Haruka Nakayama pela orientação segura, atenção e interesse, que permitiram o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Lingüística Aplicada, em especial Isabel Blecua, Kyoko Sekino, Lúcia Targino, Neide Suzuki, Yuki Mukai pelo apoio e companheirismo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação que possibilitaram esta caminhada acadêmica, indicando caminhos, leituras e saberes. Em particular, pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos os professores Cynthia Ann Bell dos Santos, José Carlos Paes de Almeida Filho e Maria Luisa Ortiz Alvarez.

Aos professores Alice Tamie Joko, Megumi Kuyama e Michio Yamaguchi pela orientação dos primeiros passos no mundo do ensino da língua e cultura japonesa.

Ao amigo Antônio Gonçalves de Araújo Neto pelas trocas de idéias, comentários, auxílio e ensino de utilização de recursos de programas de computador.

Aos especialistas que prontamente se dispuseram a colaborar, respondendo à consulta realizada.

À minha família pela compreensão, apoio logístico e companheirismo em momentos de dúvidas e frustrações.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – O GRANDE PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS	16
FIGURA 2 – VARIAÇÃO NA FORMA DE ESCRITA DE UM MESMO GRAFEMA AO LONGO DO TEMPO	37
FIGURA 3 – CLASSIFICAÇÃO DE LINGUAGENS DE FELBER E PICT	58
FIGURA 4 – MODELO DE TERMO DE WÜSTER APLICADO.....	62
FIGURA 5 – TIPOS DE SIGNO SEGUNDO FELBER E PICT	63
FIGURA 6 – EXEMPLO DE UMA FICHA DE COLETA	91
FIGURA 7 – EXEMPLOS DE FICHA DE ELABORAÇÃO PREENCHIDA.....	94
FIGURA 8 – EXEMPLO DO FORMULÁRIO DE CONSULTA A ESPECIALISTAS	95
FIGURA 9 – FICHAS DE ELABORAÇÃO UTILIZADAS PARA CRIAR A FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA 18.....	102
FIGURA 10 – EXEMPLO DE FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA.....	105
FIGURA 11- DIAGRAMA GERAL DO SISTEMA DE CONCEITOS	113
FIGURA 12 – SUBSISTEMA DE CONCEITOS 1 – GRAFEMA	114
FIGURA 13 – SUBSISTEMA DE CONCEITOS 2 – USO	115
FIGURA 14 – SUBSISTEMA DE CONCEITOS 3 – ENSINO	116

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – FORMAS DE IDEOGRAMAS ATRAVÉS DO TEMPO	36
TABELA 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS IDEOGRAMAS QUANTO À FORMAÇÃO	38
TABELA 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS IDEOGRAMAS QUANTO À FORMA DE USO	40
TABELA 4 – TABELA DO SILABÁRIO JAPONÊS	46
TABELA 5 – DESCRIÇÃO DE MATERIAIS PARA ENSINO DA ESCRITA JAPONESA	48
TABELA 6 – CONCEPÇÕES DE UNIDADE TERMINOLÓGICA.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1. ENSINO DA LINGUA JAPONESA NO BRASIL	1
1.2 PROBLEMA	4
1.3 OBJETIVOS.....	9
1.3.1 Objetivo Geral	9
1.3.2 Objetivos Específicos	9
1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	13
2.1 ENSINO DE LÍNGUA ESTRANGEIRA	13
2.1.1 O Grande Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas.....	14
2.1.2 Sala de Aula como Espaço para Eventos	18
2.1.3 Habilidades Lingüísticas e o Ensino da Escrita.....	20
2.1.3.1 As quatro habilidades lingüísticas.....	21
2.1.3.2 A escrita e sua relevância no ensino da língua japonesa.....	22
2.2 ENSINO DA LÍNGUA JAPONESA COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA.....	26
2.2.1 Língua Japonesa como Língua Estrangeira, um Breve Histórico.....	26
2.2.2 A Diversidade no Ensino da Língua Japonesa como Língua Estrangeira....	29
2.3 ENSINO DA ESCRITA JAPONESA.....	33
2.3.1 Ensino da Escrita Japonesa como Espaço para a Interculturalidade	33
2.3.2 Escrita Padrão da Língua Japonesa	34
2.3.2.1 Ideograma da China.....	35
2.3.2.2 Ideograma no Japão e seu desenvolvimento para <i>hiragana</i> e <i>katakana</i>	40
2.3.2.3 Ensino da escrita japonesa	47

2.4 TERMINOLOGIA	49
2.4.1 Terminologia Segundo Felber e Sager	50
2.4.2 Origem e Desenvolvimento da Terminologia e as Novas Concepções de Cabré acerca da Terminologia	51
2.4.3 Linguagem de Especialidade, Textos Especializados	56
2.4.4 Unidade Terminológica	60
2.4.5 Conceito	67
2.4.6 Sistema de Conceitos	69
2.4.6.1 Relações lógicas	70
2.4.6.2 Relações ontológicas	71
2.4.6.3 Relações de efeito	72
2.4.7 Definição	73
2.4.7.1 Necessidade da definição em Terminologia	74
2.4.7.2 Definição terminológica e suas relações	74
2.4.7.3 Princípios para definição de conceitos	75
2.4.7.4 Categorização de definições	77
2.4.8 Equivalência na Comparação de Termos em Línguas Diferentes	78
2.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO	80
2.5.1 Desenvolvimento da Análise de Conteúdo	80
2.5.2 Definição	81
2.5.3 Procedimento	81
2.5.3.1 Pré-análise	81
2.5.3.2 Exploração do material	85
2.5.3.3 Tratamento dos resultados	86
2.5.4 A Análise de Conteúdo, a Terminologia e a Lingüística Aplicada	86
3 METODOLOGIA	87
3.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	87
3.1.1 Primeira Etapa	87
3.1.2 Segunda Etapa	87

3.2 ESTABELECIMENTO DO CORPUS	88
3.3 COLETA DE DADOS	89
3.3.1 Ficha de Coleta	89
3.3.2 Registro na Ficha de Coleta.....	90
3.4 ELABORAÇÃO DE DADOS COLETADOS.....	91
3.4.1 Ficha Terminológica de Elaboração.....	93
3.4.2 Consulta a Especialistas	95
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	97
4.1 COLETA DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS	97
4.1.1 Coleta	98
4.1.2 Controle de Qualidade	98
4.2 CATEGORIZAÇÃO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS	99
4.3 CONCEITO	100
4.4 RELAÇÕES CONCEITUAIS.....	106
4.5 EQUIVALENCIA TERMINOLÓGICA.....	106
4.6 SISTEMA DE CONCEITOS	108
4.6.1 Organização Conceitual.....	108
4.6.2 Representação Gráfica do Sistema de Conceitos	113
5 CONCLUSÃO.....	117
BIBLIOGRAFIA	123
APÊNDICE 1 – IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DOS DADOS DAS FICHAS DE ELABORAÇÃO	127
APÊNDICE 2 – FICHAS DEFINITIVAS	131
APÊNDICE 3 – DESCRIÇÃO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS CONSTITUINTES DO SISTEMA DE CONCEITOS	183
ANEXO – CRONOLOGIA DO ENSINO DA LÍNGUA JAPONESA.....	207

RESUMO

Esta pesquisa tem por finalidade investigar as características do ensino da escrita japonesa por meio da análise de sua linguagem de especialidade em textos especializados. Para a coleta de unidades terminológicas relevantes para a pesquisa foi utilizado um *corpus* selecionado e delimitado entre textos especializados relativos ao ensino da escrita japonesa. A categorização dessas unidades terminológicas permitiu a realização de uma hierarquização através de suas relações coordenadas e subordinadas em três grandes categorias: o grafema, o uso e o processo de ensino. A hierarquização das unidades terminológicas permitiu obter um sistema de conceitos que estrutura o ensino da escrita japonesa. Essa estrutura apresenta as características do ensino da escrita japonesa, que são o conhecimento acerca do grafema semântico (ideograma) e o grafema fonético (fonograma); do uso dos grafemas segundo as normas vigentes de ortografia japonesa e de como desenvolver o ensino da escrita japonesa. O sistema de conceitos permite visualizar todo conhecimento necessário para se desenvolver um bom trabalho de transferência de conhecimento e uma seleção adequada de recursos didáticos.

Palavras chave: ensino da escrita japonesa, linguagem de especialidade, unidade terminológica, sistema de conceitos, grafema semântico (ideograma), grafema fonético (fonograma)

ABSTRACT

This research project aims to investigate the features of the teaching of Japanese writing by means of the analysis of the specialized language of that area found in specialized texts. The corpus used for the collection of terminological units relevant to the research was selected among texts specialized in the teaching of Japanese writing. The categorization of such terminological units has allowed us to place them in a hierarchy drawn up from their relations of coordination and subordination. Three major categories were found: the grapheme, the use and the teaching process. The hierarchical ordering of the terminological units has allowed us to obtain a system of concepts that structures the knowledge about the teaching of Japanese writing. Such a structure reflects the features of the teaching of Japanese writing, which are knowledge about the semantic grapheme (ideogram) and the phonetic grapheme (phonogram); about the use of such graphemes according to the Japanese orthographic rules in effect, and about how to carry out the teaching of Japanese writing. The system of concepts allows one to visualize all the knowledge which is necessary for doing a good job of passing on knowledge and for making an appropriate selection of teaching materials.

Keywords: teaching of Japanese writing, specialized language, terminological unit, system of concepts, semantic grapheme (ideogram), phonetic grapheme (phonogram)

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é um estudo da linguagem de especialidade do ensino da escrita japonesa por meio da análise de suas unidades terminológicas e suas relações. Isso proporcionará um panorama geral acerca das características do ensino da escrita japonesa, o que permitirá a seleção de abordagens mais adequadas para esse ensino.

Em 2008 estaremos comemorando o centenário do início da imigração japonesa no Brasil, entretanto, a história do ensino da língua japonesa como língua estrangeira neste país data dos anos 60 segundo dados da Fundação Japão. Por ser pouco divulgada, iniciamos este trabalho com um breve panorama acerca desse assunto.

1.1 ENSINO DA LÍNGUA JAPONESA NO BRASIL

No Brasil, podemos considerar o início do ensino da língua japonesa coincidente com o início da imigração japonesa. Inicialmente, agrupavam-se crianças das redondezas e o ensino era desenvolvido como se ensina a língua materna, com material didático utilizado nas escolas do Japão, dando-se ênfase à leitura e à escrita. O ensino era realizado sem foco na conversação, pois na época os alunos eram japoneses ou filhos de japoneses (segunda geração) que utilizavam a língua em seu cotidiano para se comunicarem não só em casa, mas muitas vezes na comunidade em que eles viviam, também (NAKAYAMA, 1992, p. 41 - 42). O ensino realizado com material didático utilizado pelas crianças japonesas era plenamente satisfatório, pois as primeiras gerações de brasileiros descendentes de japoneses, em sua grande maioria, tinham a língua japonesa como língua materna.

Após quase 100 anos do início da imigração japonesa, com a comunidade nipo-brasileira adaptada e inserida na sociedade brasileira, o panorama que nos oferece o estudo e ensino de língua japonesa sofreu uma mudança significativa.

A mudança foi gradativa acompanhando as transformações sócio-econômicas e culturais ocorridas na comunidade nipo-brasileira. As pessoas da segunda geração em diante, mormente as que se afastaram do núcleo familiar por motivo de estudo e/ou trabalho, deixaram de praticar a língua japonesa. Muitas vezes, famílias inteiras

deixavam a comunidade por motivos econômicos, vindo a residir em locais onde não se utilizava a língua japonesa, deixando-a apenas para uso doméstico. Os descendentes da terceira geração em diante, em geral, já não fazem o uso da língua japonesa em seu cotidiano, nem no restrito círculo familiar. O que encontramos é a herança genética através de traços fisionômicos, no caso de não haver miscigenação, tão comum nos dias de hoje, e alguns hábitos e tradições mantidas ou pelo núcleo familiar, ou pelo esforço de grupos de pessoas reunidas em sociedades com objetivo de preservação e divulgação dos costumes e cultura dos antepassados japoneses.

O afastamento gradativo da língua japonesa resultou em que os descendentes de japoneses, em sua grande maioria, não sejam falantes dessa língua. Isso fez com que o ensino da forma como vinha ocorrendo, ou seja, uma maneira muito próxima ao ensino como língua materna, não suprisse mais as necessidades dos estudantes, fazendo com que professores e especialistas começassem a procurar por metodologias e materiais adequados para atender a esse novo tipo de clientela. Concomitantemente, o desenvolvimento tecnológico e econômico ocorrido no Japão tornou o país interessante para fins de intercâmbio cultural e econômico, de forma que não descendentes também passaram a se interessar por sua economia, política, cultura, língua, religião, para citar apenas alguns aspectos de interesse. Uma importante consequência disso foi a procura por parte de brasileiros descendentes ou não descendentes pelos estudos pós-graduados ou de especialização no Japão.

Hoje em dia, existem grupos de pesquisadores com atuação dentro das universidades que tratam de Japão em seus vários aspectos, sua língua e cultura tendo como foco o ensino para estrangeiros. A partir de 1960 (vide tabela referente à pesquisa realizada pela Fundação Japão no anexo), há um grande movimento de instalação de cursos de língua japonesa na rede oficial de ensino, notadamente nas universidades. Sendo a universidade uma instituição cujo objetivo é desenvolver o ensino e pesquisa de assuntos de relevante interesse da comunidade, os cursos de

língua japonesa aí instalados, com objetivos e características diversos são criados, em geral, para atender ao perfil e necessidades dos estudantes locais¹.

Paralelamente à instalação de cursos de língua japonesa nas universidades, notamos atividades de criação de cursos no ensino fundamental e médio, tanto na rede oficial como em escolas particulares (vide Anexo). Esse fato, ocorrido a partir dos anos oitenta, coincide com o surgimento do movimento migratório de descendentes de japoneses para o Japão à procura de emprego, invertendo o fluxo migratório executado por seus antepassados no início do século XX.

Além de universitários interessados em estudar o Japão e no Japão, hoje em dia boa parte da clientela dos cursos de língua japonesa é movida pelo interesse em *manga*² e *anime*³ japoneses.

Esses fatos mostram que, de ano a ano, tanto o objetivo dos que procuram o aprendizado da língua japonesa quanto o perfil da clientela tem mudado. Qualquer que seja o objetivo do estudo, todos os que têm procurado o ensino de língua japonesa têm o interesse em aprender o máximo num mínimo de tempo. Cabe, então, à instituição de ensino juntamente com o seu colegiado de professores procurar recursos e metodologias que permitam atender a esses anseios.

A importância da presente pesquisa, do ponto de vista cultural, advém do fato da tipologia de escrita diferente causar impacto que pode ser positivo ou negativo dependendo da abordagem do professor, que pode possibilitar a criação de um espaço para a interculturalidade ou então um choque cultural, conforme sua atuação em sala de aula. O ensino da escrita japonesa envolve dois conhecimentos: o conhecimento de recursos utilizados para transcrever a língua japonesa e o conhecimento do uso desses recursos que tornem possível o desempenho competente do aprendente na língua alvo em diversas situações. Deve, então, haver uma harmonia entre o ensino dos traços dos grafemas e o uso desses grafemas para não se perder uma importante ocasião para

¹ Os pesquisadores reúnem-se uma vez por ano para comunicar o resultado de suas pesquisas e para trocas de informações. Trata-se de um encontro itinerante e no ano de 2005 Brasília foi sede do III Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil e o XVI Congresso de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa.

² *manga* – história em quadrinhos, desenho animado, tira cômica, cartum (HINATA, 1992, p 262).

³ *anime* – abreviatura de *animêshon* – filme de desenhos animados, cinema de animação. (COELHO e HIDA 1998, p 26).

desenvolver trocas culturais tornando a sala de aula um espaço para interculturalidade. Por outro lado, não podemos esquecer que o desenvolvimento da escrita japonesa está intimamente ligada ao desenvolvimento da cultura japonesa, que deve ser do conhecimento do professor, de forma que ele possua recursos para dirimir dificuldades e solucionar questões levantadas pelos aprendentes, uma vez que, por razões pedagógicas, o ensino da escrita japonesa não é feito segundo a evolução histórica dela.

1.2 PROBLEMA

Um dos grandes desafios para quem se propõe a estudar a língua japonesa consiste no aprendizado de sua escrita. A escrita japonesa tem história que se inicia por volta do século III de nossa era, quando ela começou a ser desenvolvida a partir da escrita chinesa. Atualmente, a escrita japonesa é realizada através da combinação de dois tipos de grafemas: grafemas semânticos, doravante denominados ideogramas⁴, compostos de símbolo, leitura e significado; e grafemas fonéticos, denominados *kana*, distribuídos em dois sistemas de escrita: *hiragana* e *katakana*. Cada sistema de grafemas fonéticos é composto por um conjunto de símbolos em que um grafema representa uma sílaba. Além disso, a escrita japonesa faz uso do alfabeto latino, denominado de *rômaji* – *escrita romanizada* (caractere romano), e números arábicos e romanos, em caso de necessidade. Além do fato da escrita fazer uso de sistemas diversos, a existência de um número considerável de palavras homófonas na língua japonesa cria a necessidade do conhecimento da escrita de ideogramas não só como forma, mas também significado e uso. Desse fato decorre a necessidade de se conhecer as regras de uso dos grafemas de forma a se obter uma escrita correta.

Ao ensinar língua japonesa como língua estrangeira, procuramos desenvolver as quatro habilidades lingüísticas de forma simultânea, dando a mesma ênfase a cada uma. Entretanto, preocupa-nos o fato de se dispor sempre de menos tempo em sala de

⁴ Takamizawa H. et al (2004, p.104) adotam ideograma como equivalente a *hyôimoji* que Nagano, T (2001, p.18) define como um grafema que possui símbolo, leitura e significado.

aula para explorar o ensino da escrita, particularmente no que se refere ao ensino dos grafemas japoneses. Consideramos esse fato um paradoxo, pois, em geral, dispensamos pouco tempo em sala de aula para desenvolver uma parte importante do ensino de língua japonesa, uma vez que o conhecimento dos grafemas japoneses possibilita aos aprendentes uma autonomia no domínio e desenvolvimento do léxico, cuja falta vem a se refletir no desenvolvimento da produção de texto e leitura, o que por sua vez traz como consequência dificuldades no desenvolvimento da oralidade. Pois, como pode o aprendente produzir escrita e fala se não tiver vocabulário convenientemente desenvolvido?

O processo de ensino-aprendizagem com turmas de aprendentes iniciantes descendentes ou não descendentes que tenham o primeiro contato com a escrita japonesa em escolas de línguas e universidades é realizado procurando-se adaptar a metodologia de ensino às características e necessidades do grupo de aprendentes. São utilizados objetivos específicos diferenciados em caso de formação de professor de língua japonesa. Com relação às turmas de nível mais avançado ou turmas preparatórias para exames de proficiência em língua japonesa nos níveis 1 e 2, observamos que estamos apenas repetindo o processo utilizado por nossos professores quando estudamos a língua japonesa durante a última metade do século XX, com a utilização do processo: a) introdução à leitura e escrita do grafema; b) fixação dos grafemas introduzidos por meio de testes ou ditados. Tanto que a aprendizagem da escrita japonesa dependia mais do esforço e disponibilidade de cada aprendente em responder satisfatoriamente às cobranças do professor através dos referidos testes e ditados.

Hoje em dia, discute-se muito acerca de abordagens e técnicas de ensino da língua japonesa. Atualmente, muitos privilegiam o desenvolvimento da oralidade, partindo do pressuposto de que a linguagem tem como finalidade a comunicação. O ensino é realizado tendo-se em mente apenas a comunicação oral, limitando o desenvolvimento da comunicação escrita a um período de tempo menor. Os ideogramas são ensinados ao longo de todo curso de língua japonesa, sendo introduzidos conforme a indicação do material didático adotado, ou o *curriculum*

adotado pelos cursos. O que não se deve esquecer em ensino de língua estrangeira é que existem outras formas de comunicação, além da forma oral, que também são importantes. Como, por exemplo, a comunicação escrita por meio de bilhetes, cartas, correio eletrônico, artigos em jornais, revistas, etc.

No caso do ensino da língua japonesa, a aprendizagem da escrita japonesa está intimamente ligada à aprendizagem do léxico e seu uso, que por sua vez é importante para o desenvolvimento de outras habilidades da linguagem. Por isso, consideramos ser de suma importância que, dentro do exíguo tempo destinado ao ensino da escrita japonesa, seja dada uma orientação segura e organizada.

A orientação deve ser tal que o aprendente não só consiga manter o que aprendeu, mas torne-se capaz de promover, por si só, uma expansão em seu conhecimento no que concerne o léxico da língua japonesa, aqui incluindo a leitura, a escrita e o uso dos ideogramas. De forma que o aprendente seja capaz de ler e entender textos em língua japonesa, para ter acesso a conhecimentos atuais e relevantes de seu interesse.

A preocupação em relação à ampliação da capacidade de leitura e compreensão em língua japonesa dos aprendentes fez-me lembrar do seguinte fato. Após algum tempo de estudo, sentindo que minha capacidade de leitura progredia lentamente, perguntei à professora da época a quantidade de ideogramas que seriam ensinados até o final daquele curso. Ao saber que seriam um pouco mais de trezentos, não foi preciso externar meu desânimo em palavras, pois minha expressão já o demonstrava. Nessa ocasião recebi orientação da professora que procurasse desenvolver sozinha o léxico, através de leituras na língua alvo. Ou seja, não deveria ficar esperando que fossem ensinados todos os ideogramas para depois começar a ler, mas ler para desenvolver a capacidade de leitura e compreensão em língua japonesa.

É relevante como professor saber orientar, de forma que o aprendente consiga desenvolver seus estudos de forma segura. Lembrando que a criança japonesa leva um período de nove anos para o aprendizado da leitura e escrita dos ideogramas em quantidade considerada satisfatória como conhecimento para um adulto japonês, como devemos proceder de forma que no processo de ensino de língua japonesa como língua

estrangeira, o ensino da escrita japonesa ocorra sem incidentes que venha a prejudicar o desenvolvimento de outras habilidades da linguagem?

CABRÉ (1999, p. 3) diz ser o estudo terminológico uma das necessidades do ensino e aprendizagem de línguas, uma vez que a Terminologia cumpre dupla função:

- a) função de simbolização ou representação do conhecimento especializado;
- b) função de comunicação ou transferência de conhecimento especializado.

Como o processo de ensino-aprendizagem é um processo de transferência de conhecimento, consideramos oportuna uma pesquisa terminológica que permita conhecer de forma sistematizada as características do ensino da escrita japonesa para atenuar as dificuldades encontradas neste procedimento.

Faz-se necessário então, uma pesquisa terminológica a ser realizada sobre as características do ensino da escrita japonesa encontrada em documentos que tratam especificamente de ensino da escrita japonesa. Documentos produzidos por especialistas da área, com estrutura informativa temática, que CABRÉ (2002, p.7) denomina textos especializados⁵. Textos especializados descrevem uma área do conhecimento através de palavras específicas que em Terminologia denominamos de unidades terminológicas.

Os documentos específicos que tratam de ensino da escrita japonesa possuem unidades terminológicas que descrevem a sua realidade, estabelecendo:

- a descrição das características do ensino da escrita japonesa;
- uma terminologia adequada para que a transferência desse conhecimento.

Ao procurar a literatura correspondente ao ensino da escrita japonesa, encontramos uma variedade muito grande de enfoques acerca do assunto, uma variedade que se abre num leque vasto e diversificado de conhecimento. Esse conhecimento pode ser descrito por meio das unidades terminológicas.

A unidade terminológica é descrita pelo conceito e sua denominação. Sendo a denominação a representação do conceito através de palavras, números, símbolos, ideogramas (no caso da escrita japonesa).

⁵ “...textos que se caracterizam por ter uma estrutura cognitiva que pode ser representado como um mapa formado por um conjunto de nós que transmitem o conhecimento especializado, relacionando-os entre si.”

O conceito é uma unidade de pensamento que representa o conteúdo a que se refere a denominação, definido por CABRÉ(1993, p.195) como “... os conceitos são fruto de um processo de seleção das características relevantes que definem uma classe de objetos...”, características essas que são representações mentais das propriedades de um objeto dessa classe. A descrição do conceito é, então, realizada por meio de uma declaração que enumera suas características. A descrição do conceito por meio de suas características é denominada definição do conceito.

Ao analisarmos os conceitos das unidades terminológicas de uma área do conhecimento, encontramos algumas características que são coincidentes ou não. Esse fato permite fazer comparações entre as unidades terminológicas e, como resultado dessas comparações, fazer uma ordenação lógica que resulta em uma classificação das referidas unidades terminológicas.

A classificação das unidades terminológicas permite organizá-las de forma hierárquica. Essa hierarquização é a representação das relações entre os conceitos das unidades terminológicas que são denominadas relações conceituais. As relações conceituais das unidades terminológicas de uma área de conhecimento permitem representar esse conhecimento através de um mapa conceitual ou sistema de conceitos.

Desta forma, a investigação da linguagem de especialidade relativa ao ensino da escrita japonesa proporcionará um conhecimento logicamente estruturado por meio das relações conceituais de suas unidades terminológicas. Esse conhecimento é representado através de um quadro que relaciona os conceitos dessas unidades terminológicas que denominamos sistema de conceitos ou mapa conceitual, onde cada elemento representa uma unidade de conhecimento da área. Esse sistema de conceitos possibilitará a obtenção de informações sobre as características do ensino da escrita japonesa que respondam à questão:

Como o ensino da escrita japonesa é apresentado em textos de especialidade?

1.3 OBJETIVOS

Com a finalidade de responder à questão acima, desenvolvemos uma investigação em textos especializados em ensino da escrita japonesa com os seguintes objetivos:

1.3.1 Objetivo Geral

Identificar a terminologia específica do universo de ensino da escrita japonesa encontrada em textos especializados e construir um sistema de conceitos bilíngüe japonês-português que relacione as unidades terminológicas encontradas, representando a sua realidade.

1.3.2 Objetivos Específicos

- 1 Identificar as unidades terminológicas da linguagem de especialidade do ensino da escrita japonesa encontradas em textos especializados.
- 2 Propor uma equivalência bilíngüe japonês-português das unidades terminológicas da linguagem de especialidade do ensino da escrita japonesa.
- 3 Identificar as relações conceituais entre as unidades terminológicas e construir o sistema de conceitos.

1.4 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos, três apêndices e um anexo. No capítulo 1 discorremos sobre o ensino da língua japonesa no Brasil e nossa preocupação em como conduzir o ensino da escrita japonesa, apresentamos o problema, a justificativa da utilização da Terminologia e os objetivos da pesquisa.

No capítulo 2, apresentamos a fundamentação teórica na qual baseamos nossa pesquisa, iniciando com o processo de ensino-aprendizagem da língua estrangeira como espaço para interculturalidade e o ensino da escrita inserida nesse processo. Em seguida apresentamos os conceitos de Terminologia e Análise de Conteúdo que fundamentam a metodologia utilizada na pesquisa.

O capítulo 3 apresenta a descrição da metodologia utilizada nesta investigação. Iniciamos pelo do estabelecimento do *corpus*, que corresponde à definição dos documentos a serem analisados. Em seguida descrevemos o processo de coleta de dados, em que foram utilizadas diferentes formas de fichas terminológicas. A primeira foi a ficha de coleta, na qual se registraram informações retiradas dos textos dos corpus na língua original (japonesa). Baseadas nas informações registradas nas fichas de coleta e em livros de referência, foram feitas fichas de elaboração, com o mesmo conteúdo traduzido e resumido, incluindo correspondências possíveis na língua portuguesa dos termos identificados. Consultaram-se então especialistas na área de ensino da língua japonesa para a escolha da correspondência mais adequada em português. Essa consulta foi necessária devido à utilização de empréstimos diretos e empréstimos por tradução literal na denominação em português das unidades terminológicas coletadas.

O capítulo 4 apresenta o resultado da pesquisa por meio do sistema de conceitos que descreve como se apresenta o ensino da escrita japonesa em textos especializados.

No capítulo 5 expomos em nossa conclusão.

O apêndice 1 apresenta a identificação das fontes das informações inscritas nas fichas de elaboração. Essa identificação permite a recuperação da informação em caso de dúvida, permitindo o acesso ao documento que originou a informação.

O apêndice 2 apresenta 75 fichas denominadas fichas definitivas, contendo as seguintes informações: unidade terminológica de coleta; número de identificação da ficha; denominação da unidade terminológica em português, ou por empréstimo; classificação segundo sua categorização; fonte da informação através dos números das fichas de elaboração que contém os dados coletados em português; e a sistematização das informações sobre a unidade terminológica, com indicação das fontes consultadas em caso de necessidade de complementação de informação para elaborar sua definição ou propor uma denominação equivalente da unidade terminológica de coleta.

O apêndice 3 apresenta uma tabela segundo a categorização: 1 – Grafema; 2 – Uso; 3 – Ensino. Cada linha da tabela apresenta na seguinte ordem: - o número da unidade terminológica no sistema de conceitos; 2 – a unidade terminológica de coleta

e o equivalente em português; o conceito da unidade terminológica dada por sua definição; a fonte da informação que permitiu elaborar a definição através do número da ficha definitiva que contém tal informação.

O anexo apresenta a cronologia de implantação do ensino de língua japonesa nas instituições de ensino fundamental, médio e superior, até o ano de 2003, conforme dados da Fundação Japão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo apresenta o ensino da escrita japonesa, iniciando por:

O ensino de língua estrangeira

Apresentamos o ensino de língua estrangeira como uma operação global, descrevendo a aula como um evento sócio-pedagógico e a relevância do ensino da escrita japonesa.

O ensino da língua japonesa como língua estrangeira

Apresentaremos a evolução do ensino da língua japonesa como língua estrangeira e o pensamento dos educadores japoneses que desenvolvem o ensino da língua como parte do ensino da cultura japonesa.

O ensino da escrita japonesa

Apresentaremos aqui a evolução da escrita japonesa e que tipo de organização tem o seu ensino.

Em seguida, trataremos de Terminologia e Análise de Conteúdo, que fundamentam a metodologia utilizada nesta pesquisa.

A Terminologia

Nesse item apresentaremos o desenvolvimento da Terminologia como ciência. O que é Terminologia, linguagem de especialidade, unidades terminológicas, denominação e conceito. O que é uma definição em Terminologia, um sistema de conceitos e o que vem a ser equivalência em Terminologia.

A Análise de Conteúdo

A análise de conteúdo é um procedimento para análise de textos na comunicação social, que passou a ser utilizada em outras áreas do conhecimento. Na presente pesquisa seus procedimentos metodológicos são utilizados para o estabelecimento do corpus e a categorização das unidades terminológicas coletadas.

2.1 ENSINO DE LINGUA ESTRANGEIRA

O processo de ensino-aprendizagem de língua estrangeira que preconizamos é aquele que considera importante a compreensão intercultural entre os aprendentes,

pois ensinar uma língua inclui os aspectos culturais de seu uso. Uma vez que ao nativo de uma língua é mais fácil compreender e relevar o desacerto gramatical no uso da linguagem do que um desacerto cultural de uso, que pode ser provocado por utilização inapropriada de palavras ou expressões ou por uma postura inconveniente em ocasião de relacionamento social. Isto significa que não devemos nos esquecer da carga cultural que envolve as palavras e seu uso. Devemos ensinar a língua estrangeira procurando desenvolver o respeito e compreensão mútua entre as culturas da língua alvo e a do aprendente.

2.1.1 O Grande Processo de Ensino-Aprendizagem de Línguas

O processo de ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira, esteja ele inserido na educação formal ou no ensino realizado em escolas de línguas, não pode perder de vista a sua função como componente auxiliar na formação do indivíduo como intermediário na interação entre pessoas e culturas diferentes, tornando-o capaz de transitar e dialogar num meio intercultural de forma adequada.

ALMEIDA FILHO (2002, p. 11) afirma que “Língua estrangeira (...) pode significar língua dos outros ou de outros (...) que só a principio é de fato estrangeira mas que se desestrangeiriza ao longo do tempo em que se dispõe a aprendê-la”.

Essa afirmação indica que no processo de ensino-aprendizagem formal, à medida em que o aprendente vai aprendendo de forma consciente as regras e os usos da língua alvo, vai aos poucos adquirindo, inconscientemente, conhecimentos que o tornam capaz de interagir com outros falantes da língua alvo, tornando-a sua e não mais estrangeira. Portanto, ensinar uma língua como língua estrangeira consiste na viabilização do conhecimento de outra língua em outra cultura. É o ensino da língua de um outro país realizada num ambiente formal institucional através de meios, recursos e pressupostos teóricos orientados por uma abordagem/filosofia de ensinar (ALMEIDA FILHO, 2005, p.66). Essa abordagem vai depender do conjunto de pressupostos e crenças que o professor possui acerca da linguagem humana e seu ensino, ou seja, de sua filosofia de trabalho, que orienta as decisões e ações nas distintas fases do grande processo de ensino-aprendizagem de línguas. Isso é ilustrado pela figura 1 abaixo. Para

ALMEIDA FILHO (2005, in mimeo), o grande processo de ensino-aprendizagem de línguas envolve um conjunto de idéias (A) composto de:

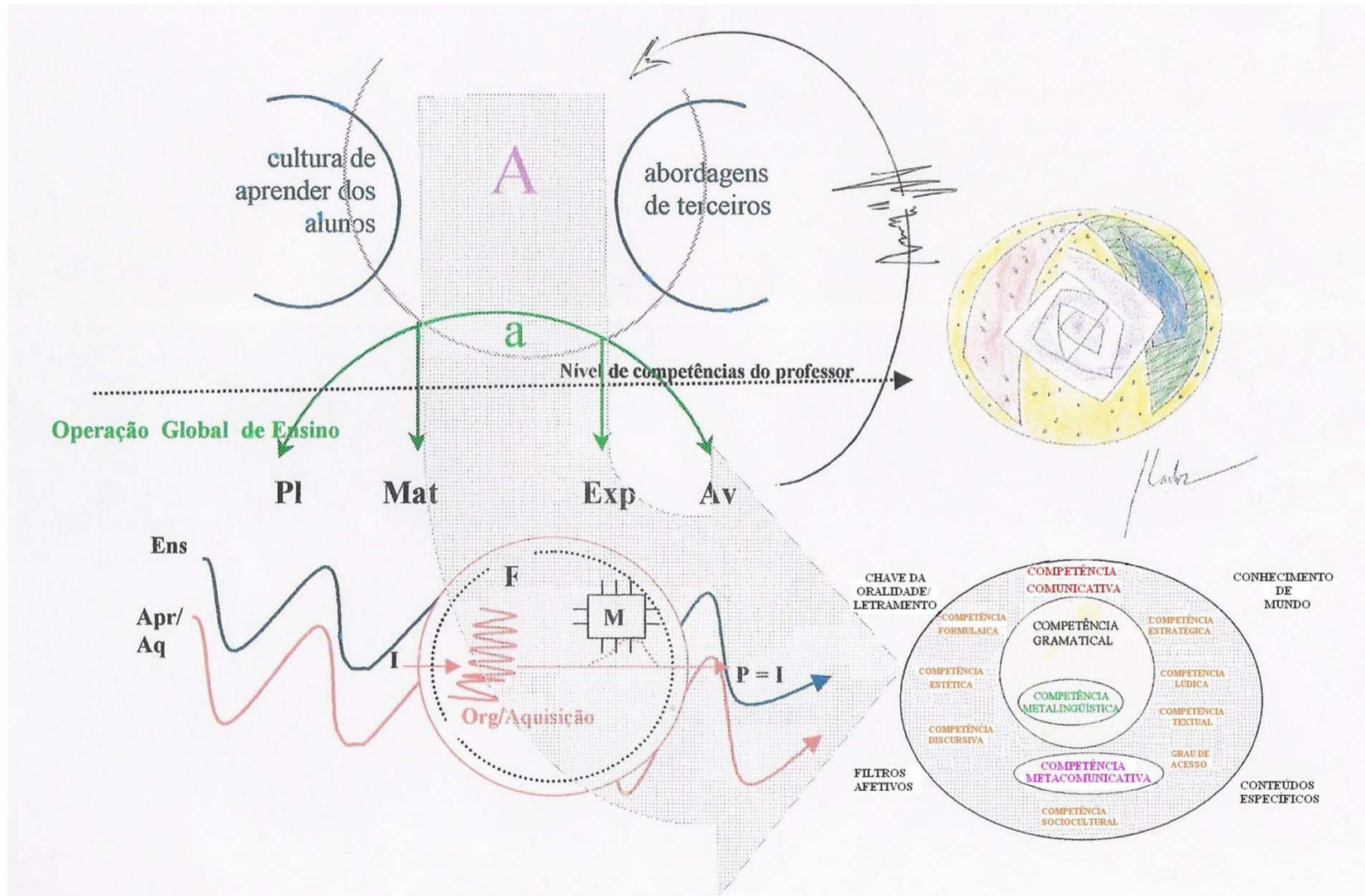
- crenças devidas à cultura de aprender dos aprendentes, caracterizada pela sua forma de estudar, treinar a língua alvo, suas afetividades e atitudes resultantes das motivações, bloqueios e interesse pela cultura da língua alvo;
- abordagens de terceiros caracterizadas pelas necessidades sociais do contexto em que ocorre o processo de ensino-aprendizagem de línguas;
- idéias e pressupostos teóricos do que seja ensinar e aprender do professor.

O professor, tomando como base seus pressupostos teóricos e levando em consideração as crenças e necessidades de terceiros (alunos e contexto social onde está inserida a escola), ou seja, fazendo uma reflexão das suas condições de contexto, cria a sua equação de abordagem que vem a ser um conjunto de idéias (representado por A, na figura) que descreve a abordagem particular de ensino.

Esse conjunto de idéias (A) vai se materializar passando pelo crivo das competências do professor, pois a reificação das idéias vai depender do conjunto de capacidades específicas e atitudes do professor. A competência do professor vai depender, também, de sua capacidade de decidir em tempo real para administrar as ocorrências em sala de aula.

O modelo proposto pela figura age de cima para baixo e da esquerda para a direita. Ao nível das materialidades temos a seqüência planejamento, materiais didáticos, experiências em sala de aula e avaliação. Durante o transcorrer do processo de ensino-aprendizagem cada uma das etapas da seqüência pode influenciar e sofrer influências do conjunto de idéias (A), que podem vir a modificar a prática educativa através do ato reflexivo do professor. Esse tipo de ato encontra na execução das tarefas didáticas insumos que podem modificar a postura do professor em relação às idéias e pressupostos teóricos do que seja ensinar e aprender línguas.

FIGURA 1 – O GRANDE PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS



FONTE: ALMEIDA FILHO (2005, mimeo)

As trocas podem ocorrer tanto entre a ação (execução da teoria) e o abstrato (os pressupostos teóricos) e vice-versa, assim como as diversas fases das materialidades podem influenciar umas às outras. Dessa forma, pode-se inferir que a força do planejamento é uma força pró-ativa em relação a materiais didáticos, experiências em sala de aula e avaliação. E por outro lado, a avaliação é o elemento de maior força retroativa nessa seqüência de atividades, pois qualquer alteração na filosofia ou critérios de avaliação terá força para modificar as atividades de experiências em sala de aula com alunos, materiais didáticos e planejamento.

A aula, que corresponde à experiência concreta com a língua alvo, tem como suporte a ação (indicada por “a” na figura) resultada da interseção do conjunto de idéias (A) e a materialidade indicada pela operação global de ensino. A aula é ao mesmo tempo um evento que é etapa do processo ensino-aprendizagem de línguas e também depositária de todas as idéias e pressupostos que norteiam esse processo.

A aula é um evento organizado, ritualizado e estruturado por unidades de ações lingüísticas para produzir uma interação entre os aprendentes que torna possível resultar um produto (P=I) que corresponde a um insumo significativo, relevante para o desenvolvimento da aprendizagem.

Devemos lembrar que as unidades de ação não são contínuas, havendo lacunas entre as ações que correspondem às extensões da aula. Estas podem ser vinculadas à aula, sendo deflagradas a partir da aula (tarefas, estudo em grupo, dever de casa, etc) ou autônomas, como internet, campos de imersão no próprio país, leitura por lazer, filmes, etc.

Essas atividades devem ser desenvolvidas de forma que resultem no objetivo final do grande processo de ensino-aprendizagem de línguas, que é o aprendente obter uma competência comunicativa na língua alvo. Por exemplo, se o aprendente estiver interessado na leitura de determinados temas como estética, filosofia, ciências físicas, etc, espera-se que consiga desenvolver sua competência comunicativa para ler na língua alvo sobre esses assuntos pelo menos.

2.1.2 Sala de Aula como Espaço para Eventos

A aula pode ser considerada um evento, ou seja, um acontecimento, uma reunião com fins específicos para transmissão e aquisição de conhecimentos. A transmissão de conhecimento pode-se dar de várias formas em inúmeros lugares e contextos. Os cientistas divulgam seus pensamentos, o progresso de seus estudos em palestras e comunicações científicas. A todo instante os recursos como rádio, televisão e internet possibilitam o acesso a noticiários de todas as regiões do mundo, tornando o intercâmbio de informações muito rápido, volumoso e muitas vezes difícil de selecionar de forma adequada para que se torne um insumo para novos conhecimentos. Entretanto não é só isso.

O sistema educacional formal indica a sala de aula como espaço para transmissão de conhecimento. Porém, é necessário lembrar que “... ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 1995, p. 47). Ou seja, é necessário que ocorra o binômio ensino-aprendizagem. É hábito, ainda, ocorrer em algumas universidades a chamada “aula inaugural” na abertura de um semestre letivo, com toda pompa e circunstância que o momento requer com um convidado ilustre para proferir uma palestra denominada de aula magna. Será que é apenas nessa ocasião que a aula é um grande acontecimento?

PRAHBU (2001, p. 79 – 83) considera a aula como um evento em sala de aula, podendo ser analisada como quatro tipos diferentes de evento:

a) a aula como um estágio do desenvolvimento de um curso

Não é possível imaginar uma aula por si só como uma unidade isolada do conhecimento. Ela está e sempre estará vinculada a um contexto, não importando quão precário ou espetacular seja o currículo em desenvolvimento. O currículo deve estar baseado em pressupostos que permitam sempre uma avaliação quanto à adequação do processo utilizado, de forma a permitir uma análise objetiva da situação. A análise é executada com a intenção de proporcionar uma otimização no desenvolvimento global do curso em questão, de forma que se propicie ao aprendente a aquisição de competências de tal forma que satisfaça, pelo menos parcialmente, os seus objetivos.

b) a aula como prática de um método

O professor, em sala de aula, executa suas ações seguindo um plano que indica as atividades que deverão ser realizadas e a sua seqüência no decorrer da aula. Trata-se do plano de aula. Esse plano de aula indica os aspectos operacionais de um método e indica também o conceito que este professor tem acerca de ensinar e aprender línguas. A observação da aula como prática de um método permite examiná-la em seu aspecto operacional e inferir a teoria de ensinar e aprender subjacente do professor.

c) a aula como evento social

A aula coletiva é um encontro de pessoas, pode ser considerado como um evento social rotinizado, em que as pessoas têm os seus papéis definidos. Em geral, segue um ritual (início, desenvolvimento, fim), um calendário de atividades (horário e período de aulas). Seguem-se papéis estabelecidos pela tradição (o papel do professor, o papel do aluno). O senso de segurança entre as pessoas provém das expectativas comuns que não devem ser transgredidas. Essa ética de sala de aula e a rotinização das atividades garantem que a aula seja um evento social convencionado e recorrente.

d) a aula como arena de interação humana

A aula, sendo um evento social, traz para um mesmo espaço pessoas executando papéis. É possível imaginá-la como uma arena onde interagem distintas personalidades, motivações, auto-imagens, medos, expectativas, níveis de tolerância e de maturidade. Esse aspecto da aula é muito importante, entretanto, não há meios exatos de controlá-lo através de conceitos e recursos operacionais de ensinar e aprender línguas.

O fato de se considerarem as quatro dimensões da aula pode vir a facilitar o entendimento em relação aos conflitos que surgem na aula, como conflitos entre as diversas dimensões acima consideradas. Se considerarmos a dimensão social, verificamos a necessidade de conciliar as culturas de ensinar e aprender do professor e do aprendente tentando uma solução de interculturalidade nesse aspecto, ou seja, uma relação de respeito e compreensão mútua para que haja equilíbrio entre as forças de modo que haja benefícios pedagógicos. Os conflitos podem também surgir entre as visões filosóficas do planejamento do curso e os procedimentos preconizados pelo

professor, que por sua vez podem não coincidir com as expectativas do aprendente. Podem ocorrer também conflitos entre as dimensões pedagógicas e sociais, por exemplo, quando houver a necessidade de se fazer cumprir uma seleção de conteúdo, num período determinado. Deve o professor decidir, por exemplo, qual das habilidades lingüísticas deve sacrificar desenvolvendo pouco ou nada, ou então qual parte do conteúdo deve sacrificar.

As decisões para resolução dos conflitos em sala de aula cabem exclusivamente ao professor, uma vez que é sua responsabilidade orquestrar harmonicamente o rito da aula. Essa responsabilidade faz com que o professor consciente procure insumos de especialistas, fontes nas quais muitas vezes não encontra resposta ou para um problema específico, ou para trazer para a sala de aula procedimentos mais convenientes e produtivos.

Portanto, é necessário, conforme sugestão de PRAHBU (2000/2001; p.94):

... que os professores sejam teóricos – não no sentido de serem capazes de brandir o aparato acadêmico ou as habilidades de argumentação acadêmica, mas no sentido de operar com um conceito ativo da relação de causa e efeito entre o ensino e aprendizagem, e de desenvolver e modificar esse conceito à luz da experiência que ocorre em sala de aula.

Ou seja, a escolha da melhor abordagem, a forma mais adequada de utilização dos recursos didáticos disponíveis de forma a suprir as necessidades do aprendente e conseguir que este adquira uma competência comunicativa satisfatória, vai depender da capacidade que o professor tiver em diagnosticar as necessidades do aprendente, analisar o contexto (a escola, o sistema de ensino, recursos econômicos) e dar uma resposta que permita alcançar não só os seus objetivos, mas principalmente os objetivos do aprendente também.

2.1.3 Habilidades Lingüísticas e o Ensino da Escrita

Aprender uma língua estrangeira significa ser capaz de fazer seu uso social de maneira adequada. Isso implica ser capaz de ouvir, falar, ler e escrever adequadamente na língua alvo. Essas atividades são denominadas “as quatro habilidades da linguagem”.

2.1.3.1 As quatro habilidades lingüísticas

Conforme o modelo do grande processo de ensino-aprendizagem descrito anteriormente, é necessário que o aprendente, como resultado das ações envolvidas, domine a língua alvo de modo que saiba mais que compreender, falar, ler e escrever orações. Deve conhecer quando e como utilizá-las para conseguir efeito comunicativo (WIDDOWSON, 1991, p.13); pois afinal estamos trabalhando com um instrumento de comunicação. Considerando a natureza das quatro habilidades quanto ao meio de ocorrência podemos afirmar que:

- **ouvir e falar** são expressos através do **meio auditivo**, e
- **ler e escrever** são expressos através do **meio visual**.

Considerando as atividades do usuário da linguagem, são tidas como:

- ativas, ou melhor, **produtivas** as habilidades de **falar e escrever**, e
- passivas, ou melhor, **receptivas** as habilidades de **ler e ouvir**.

A respeito das atividades produtivas pode-se dizer que a fala pode ser avaliada do ponto de vista da forma em que se manifesta (se a voz do locutor é clara, se fala rapidamente ou pausadamente, etc.) e também do ponto de vista do conteúdo, ou seja, se a manifestação se torna uma comunicação. Quanto à escrita a avaliação como recurso de comunicação é realizada através da verificação tanto da caligrafia (se a letra é legível ou não) quanto pelo estilo do texto produzido (WIDDOWSON, 1991, p. 83 – 84).

Para se desenvolverem essas habilidades em sala de aula é necessário que, ao se estabelecerem os objetivos de ensino, fiquem claramente determinados os passos para atingi-los. É comum se estabelecerem vários graus de proficiência na língua a fim de se obter um desenvolvimento gradativo no conhecimento e, dessa forma, se alcançar o objetivo final, que corresponde à capacitação do aprendente a se comunicar na língua alvo.

Sem dúvida nenhuma, se analisarmos as metas a serem atingidas no ensino de língua estrangeira sob o prisma das habilidades lingüísticas podemos verificar que são universais.

2.1.3.2 A escrita e sua relevância no ensino de língua japonesa

A escrita é um recurso que utilizamos para fixar a linguagem oral. Os homens primitivos iniciaram fazendo entalhes e desenhos em superfícies planas. Hoje em dia, utilizamos recursos como meios magnéticos para gravar e preservar a linguagem articulada. A escrita, porém, não é apenas uma técnica para gravar e manter a linguagem oral, ela serve de instrumento para se apreender e organizar o pensamento.

Pelo fato de ser relativamente permanente, a linguagem escrita permite vislumbrar o modo como pensavam os antigos e como se deu a evolução do pensamento humano. Ou seja, a escrita é um instrumento de preservação e transmissão de conhecimento transpondo espaço e tempo. Segundo NAGANO (2001, p.17), com a expansão da escrita possibilitou-se a conservação em imagem visual através dos tempos de fatos descritos em linguagem oral, o que a tornou imprescindível na vida cultural dos povos, pois passou a ser suporte para registros históricos e culturais.

A existência da escrita numa sociedade é identificada pela presença de “... inicialmente um conjunto de sinais que possua um sentido estabelecido de antemão por uma comunidade social e que seja por ela utilizado (...) [e] em seguida é preciso que esses sinais permitam gravar e reproduzir uma frase falada” (FÉVRIER apud HIGOUNET, 2003, p.11)

Mary KATO (2003, p.10) sustenta a tese que a fala e a escrita são parcialmente isomórficas seguindo a seguinte ordem: inicialmente a escrita tenta representar a fala, fazendo-o de forma parcial e, posteriormente, é a fala que procura simular a escrita conseguindo-o também parcialmente. O que vem a ser isso? Inicialmente temos uma forma de escrita que tenta representar a fala fazendo-o apenas parcialmente por não encontrar símbolos que representem exatamente todos os sons da fala. Em seguida, essa escrita sofre influências sócio-culturais que a tornam praticamente autônoma da fala, o que é obtido por meio de convenções rígidas (gramática, ortografia, etc). E finalmente, temos a fala resultante do letramento⁶. Seguindo esse raciocínio é fácil

⁶ Segundo KATO (2003, p.7) o letramento torna um indivíduo “... capaz de fazer uso da linguagem escrita para sua necessidade individual de crescer cognitivamente para atender às várias demandas de uma sociedade que prestigia esse tipo de linguagem como um dos instrumentos de comunicação.”

perceber porque os letrados concebem a fala segundo o que sabem da escrita, demonstrando assim a importância da escrita no ensino da língua estrangeira.

Para SAMPSON (1996, p.25) “A definição adequada de “escrita”⁷ é que ela constitui um sistema para representar enunciados da língua falada por meio de marcas permanentes e visíveis.” Apesar de adotar essa definição, ele a considera problemática, pois sabe que a língua escrita não é uma transcrição exata da língua falada. A linguagem oral e escrita podem divergir, uma vez que não escrevemos exatamente como falamos, e mensagens escritas são via de regra registradas de forma diferente da língua oral que empregamos.

Outra razão para que Sampson considere não poder adotar sua definição integralmente é a existência da forma de comunicação através de figuras que poderiam ser descritas como escrita. Essa comunicação através de figuras será entendida se soubermos a simbologia para decodificar a mensagem. Esses símbolos são representações de idéias, não representando nenhum elemento particular da fala. Esse sistema de comunicação visível Sampson denomina de sistema semasiológico. Sistemas desse tipo não devem ser associados apenas à escrita de estágios primitivos da civilização, pois encontramos no simbolismo matemático, por exemplo, uma língua que articula o pensamento de forma direta e independentemente da sua articulação falada. Hoje em dia encontramos a semasiologia aplicada nos mais variados aspectos do nosso cotidiano, seja em placas indicando sinais de trânsito, instruções para lavagem de roupas, indicação de locais como toalete feminino ou masculino, ícones de computador, entre muitos outros. Apesar dessas ponderações, Sampson considera questionável a inclusão do sistema semasiológico como escrita no senso estrito.

Os sistemas que são representações da língua falada Sampson chama de sistemas glotográficos, sendo divididos em escrita logográfica e escrita fonográfica. Os sistemas logográficos são os que se baseiam em unidades significativas; e os sistemas fonográficos têm como base a unidade fonológica. O sistema japonês de escrita é considerado por Sampson como parcialmente logográfico e parcialmente fonográfico, parecendo ser uma escrita complicada, ainda assim, útil na prática.

⁷ Aspas do autor.

NAGANO (2001, p.18) divide o sistema de escrita japonesa quanto à sua função em dois grandes grupos:

- escrita através de símbolos semânticos, denominados *kanji*, em que cada grafema representa um som e significado determinado; e
- escrita através de símbolos fonéticos representando sílabas, denominada *kana*, em que se utilizam dois distintos sistemas silábicos: *hiragana* e *katakana*.

Nagano afirma também que, hoje em dia, a escrita japonesa é realizada através de uma combinação de símbolos semânticos e símbolos fonéticos, além de utilizar o alfabeto latino, sendo esta última forma denominada escrita romanizada.

Autores brasileiros como DOI (1985, p. 6) e SUZUKI (1985, p. 54) utilizam a denominação ideograma para se referirem ao *kanji*, o grafema semântico,.

TAKAMIZAWA et al. (2004, p.128), em sua obra *Shinhajimeteno nihongokyôiku – kihonyôgojiten*, apontam as seguintes equivalências para indicar ideogramas e fonogramas japoneses:

- *hyôimoji* – grafema semântico = ideograma;
- *hyônmoji* – grafema fonético = fonograma.

Na presente dissertação, serão utilizadas as denominações:

- **ideograma** para indicar um grafema japonês relativo ao grafema semântico, e
- **fonograma** para indicar um grafema japonês relativo ao grafema fonético.

O ensino da escrita dos fonogramas no início do aprendizado da língua japonesa evitaria erros de pronúncia, principalmente no ensino da língua para aprendentes adultos ou aqueles que já são letrados na língua materna, pois os mesmos tentam reproduzir os sons japoneses utilizando a escrita da língua materna. Por exemplo, o que aconteceria se um aprendente brasileiro utilizasse o nosso alfabeto para reproduzir sons da língua japonesa? Por não haver correspondência completa entre os sons representáveis por cada sistema, o aprendente não teria recursos que permitissem reproduzir o som da língua estrangeira corretamente. Sua representação dos sons do

japonês que ouve estaria, conseqüentemente, atrelada às características de pronúncia em língua portuguesa.

Corroborando essa idéia, DOI (1985, p6-7) afirma:

A importância da escrita como apoio à aprendizagem da língua estende-se também no aspecto fonológico e morfossintático da língua.(...) Como o Kana, sendo uma escrita silábica, identifica-se também com a unidade mora⁸ do ritmo japonês, o emprego desta escrita na aprendizagem do japonês viria favorecer a apreensão da isocronia⁹ silábica que caracteriza o ritmo japonês.

Em relação ao ensino da escrita japonesa, surgiram grupos que defendiam a representação escrita em alfabeto latino, denominada de escrita romanizada, para ensinar a língua japonesa para estrangeiros. Entretanto, devido às razões acima, essa forma é empregada apenas em casos de ensino com objetivos específicos. Em geral, o professor tem o cuidado de evitar o uso, entretanto, apesar da recomendação da não utilização, é um recurso muito utilizado entre os aprendentes.

Segundo FERREIRO (2001, p. 19 – 20) existe uma perspectiva tecno-instrumental segundo a qual a escrita é uma transcrição de sons em forma gráfica. Nesse sentido, são desenhos que representam a sonorização de palavras, podendo-se dizer que não há conhecimento, há coisas apenas para memorizar e reter. Tomando como base essa premissa, podemos afirmar que no caso da escrita japonesa há duas perspectivas:

- o ensino-aprendizagem dos fonogramas (silabários *hiragana* e *katakana*), em que há muito que memorizar e reter;
- o ensino-aprendizagem dos ideogramas, em que se tem de considerar o fato destes serem símbolos fonéticos e semânticos ao mesmo tempo, trazendo consigo conhecimentos lingüísticos e culturais. Nesse caso,

⁸ “Mora – unidade de som usada em fonologia que determina o peso silábico em algumas línguas.” http://pt.wikipedia.org/wiki/Mora_%28ling%C3%BC%C3%ADstica%29

“Mora – unidade mínima de tempo métrico equivalente a sílaba breve.” CRYSTAL, D. (2000, p. 175)

“Mora – unidade de ritmo de duração isocrônica entre as partes de uma palavra. Em japonês, a mora é unidade menor que a sílaba, em alguns casos.” JOKO (1987, p.54)

⁹ “isocronia/isocronismo Termo utilizado por alguns FONETICISTAS para indicar a característica rítmica de algumas LINGUAS. No RITMO isócrono, as SÍLABAS ACENTUADAS recaem em intervalos aproximadamente regulares em todo o ENUNCIADO.” (CRYSTAL, D. 2000,p.152) caixa alta do autor.

desenvolveremos não só o a tecnologia da escrita, mas o conhecimento lingüístico e cultural necessário para o uso adequado do ideograma.

As razões acima relatadas salientam a relevância do ensino da escrita japonesa no processo de ensino-aprendizagem da língua japonesa.

2.2 ENSINO DA LÍNGUA JAPONESA COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA

Apesar de no Brasil ser recente o interesse pelo ensino da língua japonesa como língua estrangeira, verificamos que os japoneses têm uma preocupação com esse ensino desde os séculos IV e V.

2.2.1 – Língua Japonesa como Língua Estrangeira: Um Breve Histórico

NUIBE (1991, p. 40) afirma que a expressão língua japonesa faz referência à língua pátria, símbolo da nação. Por outro lado, a expressão língua japonesa tem também o conceito de ser a língua utilizada num lugar chamado Japão, ou mais objetivamente a língua utilizada pelos japoneses. Esse fato o faz frisar a necessidade de visões diferentes do ensino de língua japonesa levando em conta as circunstâncias e os objetivos dos aprendentes. O ensino da língua japonesa como língua materna é denominada de *kokugokyôiku* e vem a ser o ensino realizado no Japão para japoneses natos. O ensino da língua japonesa como segunda língua é denominado *nihongokyôiku* e corresponde ao ensino a estrangeiros em geral que vivem no Japão, a refugiados acolhidos pelo Japão e aos nascidos fora do Japão, mas com cidadania japonesa. Também se usa *nihongokyôiku* quando se trata do ensino como língua estrangeira realizado fora do Japão. A pesquisa desenvolvida na presente dissertação refere-se ao ensino de língua japonesa considerando o aspecto de seu ensino como língua estrangeira.

Segundo a descrição de SANADA S. (2003. p. 145-147) e TAKAMIZAWA H. (2004, p.275-277), no seu início, o estudo da língua japonesa como língua estrangeira é caracterizado pelo fato de ser executado mais pelos estrangeiros que queriam estudar que pelos japoneses que ensinavam.

Por volta dos séculos IV e V, os japoneses tiveram, pela primeira vez, consciência do ensino de sua língua para estrangeiros quando iniciaram o intercâmbio com a China e Coréia da época, que enviaram representantes que passaram a manter atividades no Japão. Isto é demonstrado na obra *Nihon shoki*¹⁰, que pode ser considerada o registro mais antigo acerca de estudantes estrangeiros que foram ao Japão para estudar a língua japonesa. Dessa obra, concretizada no ano de 720, constam:

- o termo *osa* que equivale a tradutor;
- uma sentença dizendo que “de Shiragi (antigo nome da Coréia) vieram três pessoas para aprender a língua”,

Já nos séculos XIV e XV, entre pesquisas efetuadas por estrangeiros podemos citar publicações chinesas, entre as quais tem grande relevância a obra *Nihon kan yakugo*, que passou a ser referência para tradutores. Um pouco mais adiante, data de 1676, a obra *Shôkai shingo*, escrita em alfabeto coreano, que descreve o diálogo mantido nas negociações entre o governo japonês e missão coreana, o que a faz um valioso documento histórico.

No período que vai da metade do século XVI até meados do século XVII, foi importante a influência dos jesuítas que aportaram no Japão objetivando a divulgação do cristianismo e o intercâmbio comercial, tornando-se os primeiros europeus a estudarem a língua japonesa. Em 1604, esses jesuítas, com o auxílio de japoneses, elaboraram um dicionário japonês – português. Essa obra, por estar escrita em alfabeto romano, é considerada um valioso documento para o estudo da língua japonesa da época; apesar de sabermos hoje em dia que não é uma representação fiel da pronúncia da época. Além dessa obra podemos citar os dicionários *Rakuyôshû* e *Nihon daibunten* do padre João Rodrigues (1561-1633), que também escreveu a primeira gramática da língua japonesa em português. Outros fatos importantes que podem ser citados desse período são:

¹⁰ *Nihonshoki* – Obra de 30 volumes, concretizada em 720, organizada por um grupo de escritores liderado por Tonerishion'nô, com texto escrito em autêntico chinês da época. Os dois primeiros volumes tratam da mitologia japonesa e os restantes 28 volumes descrevem uma seqüência de fatos do ponto de vista histórico tendo como característica a exposição ao público estrangeiro da dignidade e o prestígio do Japão. (NAGAO, 2001,p.24)

- a introdução do estilo ocidental de imprensa;
- a transcrição em escrita romanizada de obras literárias japonesas como a obra *Heike Monogatari*¹¹

No período que vai do final do século XVII ao final do século XVIII, devido ao fechamento dos portos aos estrangeiros pelo governo japonês, naufragos japoneses que aportavam na península russa de Kamchatka e outros logradouros, em geral passavam a viver na Rússia. Alguns deles foram levados a Moscou e São Petersburgo onde se tornaram professores de língua japonesa devido ao interesse demonstrado pelos russos em aprender a língua, pois tinham a intenção de vir a manter relações comerciais com o Japão.

SANADA, S. (2003, p. 147) considera como marco na história do ensino da língua japonesa a obra *Elementary Grammar of Japanese language* de Baba Tatsui, publicado em 1873, em que se expõe de forma prática a gramática japonesa dirigida para estrangeiros.

Em 1895, em Taiwan, estabeleceu-se oficialmente a primeira escola de língua japonesa no exterior. A partir dessa data e por um grande período, por razões políticas e econômicas, o foco do ensino da língua japonesa no estrangeiro manteve-se na Ásia.

O ensino de língua japonesa que se desenvolveu no início do século XX sofreu um grande impacto das consequências da II Grande Guerra, não só deixando de evoluir como praticamente ficando anulado.

No pós guerra, por ordem do GHQ (General Headquarters – tropas de ocupação) a *Nihongo kyôiku shinkyôkai*, estabelecida em 1940, teve suas atividades encerradas, sendo criada, em 1946, a *Gengo bunka kenkyûjo* para assumir as atividades de divulgação da língua japonesa. Essa entidade estabeleceu, em 1948, a Escola de Língua Japonesa de Tóquio, que a partir de 1950 passou a realizar encontros de estudos em benefício dos professores de língua japonesa como língua estrangeira.

¹¹ *Heike Monogatari* – elaborada no século XII, no gênero narrativa militar. *Heike Monogatari* (História dos Taira) narra a glória e a tragédia desse clã, descrevendo fatos significativos de trajetória da classe *samurai* em direção ao poder. As narrativas militares são consideradas obras para se ouvir e não só para se ler, pois são escritas de tal forma que podem ser recitadas por tocadores de *biwa* (instrumento musical de cordas) (YAMASHIRO, 1983, p. 94).

A partir de 1972, quando tiveram início as atividades da *Kokusai kouryû kikin*, conhecida como Fundação Japão no ocidente, é que podemos observar o trabalho efetivo de auxílio ao ensino e divulgação da língua e cultura japonesa. Essa instituição tanto envia especialistas para ensino e orientação aos professores no estrangeiro, como, através da oferta de bolsas para estudo, fomenta a pesquisa e aprimoramento de conhecimentos sobre o Japão, sua língua e cultura *in loco*, atividades que perduram até os dias de hoje.

2.2.2 A Diversidade no Ensino da Língua Japonesa como Língua Estrangeira

Ao ensinar língua japonesa devemos estar sempre atentos à diversidade dos aprendentes. TANAKA e SAITÔ (1993, p. 3 – 8) apontam três critérios para a classificação dessa diversidade:

- a) Quanto às características pessoais dos aprendentes, ou seja, se a escrita em sua língua materna tem relação com ideogramas, se teve algum contato com tipo de escrita que não seja a escrita latina e outros. Se o aprendente é uma criança encaminhada por seus pais, um estudante a procura de uma bolsa de estudos no Japão, se é um homem de negócios a procura de uma parceria comercial, se é de um grupo familiar ou não que ao se instalar no Japão precisa da língua japonesa como segunda língua.
- b) Quanto às necessidades de cada aprendente ou grupo de aprendentes, que se traduzem em objetivos de estudo que vão desde simples curiosidade até o aprendizado que permita ler e entender língua japonesa de forma a realizar pesquisa científica em determinada área do conhecimento.
- c) Quanto à visão peculiar que cada aprendente tem em relação o que é aprender uma língua estrangeira, suas referências culturais e experiência de vida, enfim, sua crença de aprender constituída de sua bagagem de costumes e forma de estudar e aprender, as influências culturais que já sofreu, sua religião, categoria sócio-econômica a que pertence, etc.

Certamente as diversidades acima mencionadas não são privilégio do ensino da língua japonesa, isso deve ocorrer no ensino de língua estrangeira em geral em maior

ou menor proporção dependendo de cada caso. Cabe, então, ao professor e à instituição de ensino planejar cursos, currículos, selecionar recursos e métodos de ensino que permitam atender ao requisito de ensinar e aprender língua estrangeira como instrumento de comunicação.

Entretanto, planejar cursos e selecionar materiais requerem não só conhecimento das necessidades e objetivos dos aprendentes que vão sofrer a ação do processo de ensino; é imprescindível que o professor que vai atuar como orientador e dirigente do processo tenha real capacidade de ação. De nada adianta um excelente planejamento escrito e a posse de recursos ideais se a execução não for satisfatória. E aqui não estamos colocando em discussão o conhecimento da língua em si, mas da capacidade de ser generoso em relação à ignorância do aprendente e a suas dificuldades e incompreensões devido a diferenças culturais. De nada adianta o professor ter acesso a recursos didáticos de primeira linha, se não tiver bom senso para a escolha adequada de cada recurso, para cada objetivo a ser alcançado.

Esses fatos identificam dois pontos importantes que podem influenciar no resultado final do processo de ensino-aprendizagem de língua japonesa:

- os elementos quem (o professor) e a quem (o aprendente), que são primordiais em todo o processo, entre os quais podem ocorrer situações de conflitos culturais, muitas vezes consideradas irrelevantes, mas de suma importância para o ensino de língua que tem por objetivo final o desenvolvimento da capacidade comunicativa do aprendente na língua alvo;
- um conjunto de elementos que ligam os dois agentes acima, fazendo-os interagir. O sucesso dessa interação deverá desenvolver um aprendente bem inserido na cultura alvo, com capacidade comunicativa na língua dessa cultura.

São elementos do conjunto mencionado acima:

- 1) o objeto de estudo – a língua japonesa;
- 2) a elaboração do plano de curso;
- 3) o porquê da adoção desse planejamento;
- 4) a escolha dos recursos e métodos de ensino;

- 5) o quando – ou seja o planejamento curricular, em quanto tempo e em que condições deverá ser desenvolvido o objeto de estudo;
- 6) onde – envolvendo o local onde o ensino é realizado, tipo de administração, relações humanas e administrativas.

NUIBE (1991, p. 51) considera que a essência da aprendizagem de uma língua estrangeira vem da interação de três domínios: o domínio afetivo da interação professor aprendiz; o domínio cognitivo e o domínio da interação. Isso implica que o ensino de língua japonesa não deva considerar apenas os conhecimentos e habilidades lingüísticas, mas, simultaneamente a essas habilidades, tornar o aprendiz um indivíduo que conheça e entenda o pensamento e a sociedade japonesa.

Para tornar isso possível é necessário que se faça um diagnóstico, adotando uma atitude objetiva, das necessidades e objetivos de quem procura o ensino da língua japonesa. Esse diagnóstico não pode ser um processo muito demorado, pois as necessidades mudam com o passar do tempo e em uma época como os dias de hoje, em que as fronteiras quase não existem, o conhecimento da língua estrangeira é quase urgente.

Preconizamos um ensino de língua japonesa como língua estrangeira que alie o conhecimento lingüístico com a consciência de um crescimento pessoal humanístico e, para que isso ocorra, NUIBE (1991, p.56 – 58) diz ser necessário que o ensino contemple os objetivos expostos a seguir:

A – Objetivos sociais

- (1) Desenvolver a capacidade de comunicação em língua japonesa;
- (2) Desenvolver a habilidade de ler em língua japonesa para coletar dados e informações científicas para pesquisa.

B – Objetivos lingüísticos e literários

- (1) aprofundar o conhecimento em relação ao funcionamento da língua japonesa e da língua materna;
- (2) aprofundar o conhecimento em relação à forma de expressar e raciocinar do japonês e sua relação com o seu estilo, e em relação e seu próprio povo.

C – Objetivos culturais.

- (1) Aumentar a compreensão em relação a uma cultura diferente partindo do entendimento em sintonia com a forma de pensar do japonês;
- (2) Promover o entendimento internacional.

D – Objetivos educacionais (de ensino)

- (1) ampliar o campo de conhecimentos;
- (2) estimular a tolerância em relação a diferenças culturais;
- (3) renovar a própria imagem.

E – Objetivos utilitários (para que, de uso)

- (1) ser útil para ser promovido na escola, ou para empregos;
- (2) ser útil para viagens ao Japão
- (3) preparar para necessidades futuras.

Consideramos que qualquer que seja o objetivo do aprendente é responsabilidade do professor de língua estrangeira ter em vista os pontos acima mencionados.

Como motivação para o estudo de língua japonesa fora do Japão, podemos citar algumas, que foram levantadas pelo órgão *SôgôKenkyûKaihatsuKikô*. Apesar dos dados terem sido publicados em 1985, NUIBE (1991, p. 59) ainda os considerava válidos, assim como ainda os consideramos hoje em dia. Estuda-se língua japonesa, fora do Japão para se:

- 1 – realizar pesquisa e ensino de língua japonesa;
- 2 – realizar pesquisa sobre Japão e coletar dados de sua especialidade;
- 3 – aprimorar no trabalho ou aprender alguma técnica japonesa;
- 4 – ir ao Japão a passeio, a negócios;
- 5 – entender músicas, *anime* (nota de rodapé 2), *manga* (ver nota de rodapé nº1)
- 6 – outros.

2.3 – ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

A escrita japonesa no processo de aprendizagem da língua mostra duas faces. Uma face é a da motivação por ser diferente daquela que o aprendente brasileiro está acostumado. Outra de desestímulo por dificuldades encontradas para o seu domínio.

2.3.1 – Ensino da Escrita Japonesa como Espaço para a Interculturalidade

A visão um pouco ingênua e estereotipada que muitos aprendentes têm em relação à escrita japonesa tem trazido problemas no processo de ensino-aprendizagem da mesma, apesar de que muitas vezes é a curiosidade em relação aos traços que consideram enigmáticos que os fazem procurar o ensino da língua japonesa. Entretanto, pelo fato de não se lembrar mais dos rituais de treino no momento de sua alfabetização em língua portuguesa, o aluno considera estranhos e maçantes os rituais de estudo e treino de uma nova forma de escrita. Esse fato transforma o processo de ensino-aprendizagem da escrita japonesa um processo de aculturação do aprendente, que consiste na adaptação do mesmo, nesse caso, a uma segunda escrita, promovendo mudanças quanto à sua visão de mundo em relação à forma de comunicação visual.

BROWN (2000, p. 183) afirma que durante a aculturação, o indivíduo passa por quatro fases distintas de comportamento até que finalmente se dê a adaptação, quando ocorre:

1^a. fase – período de excitação e euforia – inicialmente as pessoas só percebem aquilo a que estão acostumadas, por exemplo, se a mudança é de uma grande cidade para outra, só vão perceber os prédios altos, o movimento do tráfego, coisas que lhes são familiares, fazendo-as sentirem-se confortáveis e encantadas com a novidade. À medida que passa o tempo, a idéia da novidade vai aos poucos se esvaindo e o estudante passa a perceber as contradições afetivas e cognitivas da cultura estrangeira e então passa a ser tomado por um sentimento de desconforto que aumenta gradativamente até atingir a fase do choque cultural;

2^a. fase – choque cultural – o tempo que leva de uma fase para outra, depende de cada indivíduo e das circunstâncias que o envolvem. Nessa segunda fase, o desconforto pela consciência das diferenças culturais faz com que o aprendente passe a

adotar atitudes de defesa como repressão, regressão, isolamento e rejeição. A situação configura-se de tal forma que o choque cultural é comparado à esquizofrenia, uma vez que as interações do aprendente com um nativo da cultura mantêm um padrão de comportamento semelhante ao do esquizofrênico com o mundo, ou seja, de receio do outro, de desprezo aos sinais metalingüísticos e de isolamento do mundo. Realmente essa é a fase crucial da adaptação. Se o professor e o meio social em que se encontra o aprendente mantiverem uma atitude de auxílio, ele poderá emergir dessa fase. Se emergir desse conflito, poderá gradativamente aceitar a nova cultura, passando para a fase denominada de *cultural stress*.

3ª. fase – *stress* cultural – nessa fase o sentido de entendimento e aceitação da nova cultura aumenta gradativamente, e o aprendente começa a distinguir melhor não só a cultura do outro, mas a sua própria identidade. É um período que pode ser longo ou curto dependendo de cada indivíduo, porém, ao seu término alcançar-se-á a adaptação.

4ª. fase – adaptação ou recuperação – a adaptação não consiste de maneira nenhuma em uma incorporação da segunda cultura, o aprendente mantém-se na cultura original, mas compreende, respeita e aceita a cultura do outro, tornando-se um indivíduo “maior” no sentido de compreensão e visão do mundo.

Se acompanharmos as fases de aculturação apontadas por Brown, cabe ao professor procurar evitar o choque cultural e em caso de não ser possível evitá-lo, procurar amenizar seus efeitos para que as dificuldades na aprendizagem da escrita não acarretem maiores problemas para as outras competências a serem desenvolvidas pelo aprendente.

2.3.2 Escrita Padrão da Língua Japonesa

Esta seção está baseada nas obras de Oki Hirokazu, Takagi Hiroko e obras de referência indicadas no corpo do texto.

Atualmente a língua japonesa é registrada visualmente na forma *kanji kana majiribun*. O que vem a ser isso? O registro escrito é feito através de uma combinação de grafemas semânticos (ideogramas) e grafemas fonéticos (fonogramas japoneses).

Representam-se com ideogramas os substantivos, adjetivos e verbos. O fonograma é utilizado para representar as flexões dos verbos, morfemas que dão a função da palavra na sentença, etc. Isso não quer dizer que seja proibido utilizar fonogramas para representar substantivos, adjetivos e verbos.

O dicionário *Daikanwajiten* (13 volumes) publicado pela *Daishûkanshoten* registra cerca de 50.000 ideogramas. Como o uso indiscriminado de todos eles geraria uma grande confusão, em 1946, o governo determinou quantas e quais letras deveriam ser utilizadas para registrar a língua japonesa. Em 1949, publicou-se uma legislação não só quanto às letras, mas regras quanto à forma indicando como deveriam ser os traços quanto ao comprimento e o modo de executar. Foram feitas outras revisões de tal modo que em 1981, o governo anunciou a lista de 1945 ideogramas conhecidos como *Jôyôkanji* que são utilizadas no ensino de língua japonesa tanto para japoneses como para estrangeiros.

2.3.2.1 Ideograma na China

Sabe-se da existência da escrita na China desde o século XV AC (cerca de 1066 a 1550 AC). Datam dessa época cascos de tartaruga e ossos de animais com inscrições em forma de pictogramas que, quando decifrados, descobriu-se que indicavam nomes próprios, ou funções religiosas, ou textos de oráculos, ou respostas que os adivinhos reais davam às consultas que recebiam.

Há uma história antiga que conta que um escriba chamado *Soketsu*, que servia ao imperador *Kotei*, ao observar rastros de aves e animais idealizou os ideogramas chineses. Entretanto, isso é apenas uma lenda, pois se estudarmos os ideogramas antigos que deram origem aos atuais, verificamos a existência de inúmeras letras que representam os mesmos conceitos. Isso significa que a escrita ideográfica não é um sistema que foi organizado desde o início. Provavelmente, o ideograma não foi invenção de uma só pessoa, mas construído ao longo dos anos por idealizações e melhoramentos feitos por vários indivíduos. Nesse período a forma de escrita do ideograma mudou várias vezes como mostra a tabela abaixo:

TABELA 1 – FORMAS DE IDEOGRAMAS ATRAVÉS DO TEMPO

Denominação	Época do surgimento	Descrição
<i>kookotsumoji</i>	± 1300 AC	Encontrada em cascos de tartaruga e ossos de animais. ± 3500 ideogramas, das quais 1800 com significado conhecido.
<i>Kinbun</i>		Encontrada em gravação em metais como bronze. As formas dos ideogramas já são mais próximas das atuais, se compararmos com as do período anterior. 2600 ideogramas dos das quais 2000 com significado conhecido
<i>Tensho</i>	± 220 AC	Esse é o período em que a dinastia <i>Shin</i> dominou o país unificando-o. Nesse período foi realizada também uma uniformização do ideograma inclusive em sua forma, com a figura bem distribuída à direita e à esquerda tornando-a uma figura ornamental. O intuito dos <i>Shin</i> era, com essa reforma na escrita, mostrar o seu poderio político. Este formato de letra é utilizado até hoje nos sinetes pessoais.
<i>Reisho</i>	± 200AC a 220DC	Esse é o período da dinastia <i>Kan</i> . Nesse período, os funcionários, que tinham que fazer registros em pedaços de madeira ou de bambu, passaram a traçar de modo retilíneo os traços curvos do ideograma da forma <i>tensho</i> , desse modo criando a escrita do ideograma na forma <i>reisho</i> .
<i>Kaisho</i> <i>Gyôsho</i> <i>Sôsho</i>	229DC a 681DC	Já no fim da dinastia <i>Kan</i> houve uma nova reforma na escrita, agora adotando a forma retilínea do <i>reisho</i> de um modo radical, surgindo então a forma <i>kaisho</i> . As formas <i>gyôsho</i> e <i>sôsho</i> são as formas cursivas do <i>kaisho</i> .

A figura a seguir ilustra a variação na forma de escrita de um mesmo grafema ao longo do tempo.

FIGURA 2 – VARIAÇÃO NA FORMA DE ESCRITA DE UM MESMO GRAFEMA AO LONGO DO TEMPO


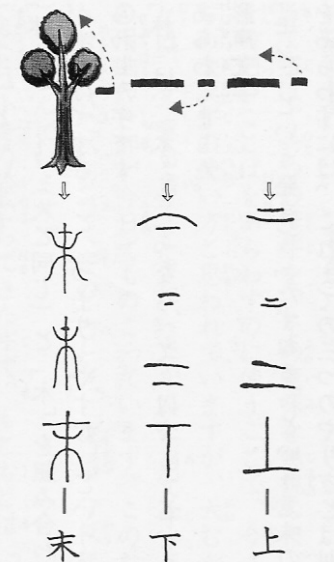
木 虫 采 豕 月 山 虫	甲骨文
木 御 采 豕 月 山 虫	金文
木 御 帝 馬 月 山 虫	篆籀文
来 御 帝 馬 月 山 女	楷書

Fonte: Ôbunsha – Hyôjun Kanwa Jiten – p.1001

A seqüência vertical indica a evolução de um mesmo ideograma ao longo do tempo. A primeira linha horizontal mostra como se apresentavam os ideogramas na escrita *kôkotsumoji*. A segunda linha horizontal mostra como esses mesmos ideogramas se apresentavam na escrita *kinbun*. A terceira linha horizontal mostra a evolução desses ideogramas para a forma *tensho*. E finalmente a quarta e última linha apresenta os ideogramas como se apresentam atualmente na forma *kaisho*.

Por volta do ano 100 DC, um estudioso chamado *Kyôshin* escreveu a obra *Setsumonkaiji*, na qual reuniu, ordenou, classificou e explicou cerca de 10.000 ideogramas e chamou de *Rikusho* o seu critério de classificação. Segundo o *Rikusho*, os ideogramas são classificados conforme o critério de formação (vide tabela 4) ou de acordo com o critério da forma de uso (vide tabela 5)

TABELA 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS IDEOGRAMAS QUANTO À FORMAÇÃO

Denominação	Descrição
Shōkei	<p>Figuras que representam pictoricamente os objetos, elementos da natureza. Correspondem a 3% do total.</p>  <p>Fonte: Shin Renbō Shōgaku Kanji Jiten – p.792 Cada linha vertical mostra a evolução desde a representação pictográfica propriamente dita (segunda linha) até a forma atual do ideograma.</p>
Shiji	<p>Por indicação – representam idéias abstratas por meio de figuras simbólicas ou por acréscimos de pontos ou traços a ideogramas <i>shōkei</i>. Correspondem a a 0.5 % do total.</p>  <p>Fonte: Shin Renbō Shōgaku Kanji Jiten – p.793 Cada linha vertical indica a evolução da representação por meio de figuras simbólicas. As duas primeiras colunas a partir da direita indicam a evolução da representação das idéias de em cima e em baixo. Indicação feita por algo acima ou abaixo de uma linha horizontal. A terceira coluna indica a idéia de fim, extremidade. Esta idéia é representada por um traço horizontal acrescido ao ideograma que representa árvore.</p>

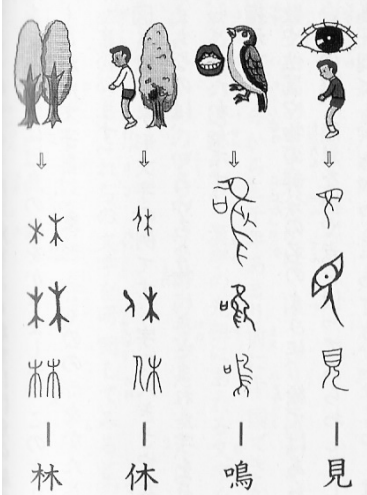
<p>Kaii</p>	<p>Combinação de dois ou mais ideograma .Correspondem a 3%</p>  <p>Fonte: Shin Renbô Shôgaku Kanji Jiten – p.794</p> <p>Cada coluna da figura mostra a evolução da combinação que resulta em um ideograma.</p> <p>見 indica o verbo ver, enxergar. Construído através da combinação de olho com pessoa.</p> <p>鳴 Construído pela combinação de pássaro com boca, indica o verbo cantar (de aves e insetos- como chiar, gorjear); produzir sons; fazer soar.</p> <p>休 A combinação de um homem ao lado de uma árvore, indica uma pessoa descansando. Indica o verbo descansar.</p> <p>林 A combinação de duas árvores indica bosque.</p>
<p>Keisei</p>	<p>Formado pela utilização combinada de pelo menos duas unidades básicas de ideograma onde um ideograma que fornece o elemento leitura e o outro indica o conceito. Na classificação do <i>rikusho</i> corresponde a aproximadamente 2/3 dos ideogramas de uso diário.</p>

TABELA 3 – CLASSIFICAÇÃO DOS IDEOGRAMAS QUANTO À FORMA DE USO

Denominação	Descrição
Tenchû	São ideogramas que sofreram uma modificação no seu conceito originário e foram adaptados a idéias aproximadas. Corresponde à utilização de um ideograma já existente para dar-lhe um novo significado. Pode-se afirmar que se trata de uma mudança no significado do ideograma, através de uma associação de idéias. Trata-se do uso do ideograma fazendo uma interpretação ampliada do significado que já possui. Exemplo: O ideograma [longo, comprido] é um pictograma oriundo da figura de um idoso com cabelos longos. O significado indicava longo e também idoso. Mais tarde, esse significado foi ampliado para indicar “o cabeça”, “o chefe”. Correspondem a 1.5%.
Kasha	Por empréstimo – pela adaptação de símbolos ou letras a palavras homófonas, sem relação com conceitos ou idéias. O ideograma utilizado por empréstimo de leitura é baseado na representação de um novo conceito através do empréstimo da leitura de um ideograma já existente. Ou seja, dentre os ideogramas existentes, escolhe-se um apenas pelo fato da leitura ser semelhante ao som que se quer representar, sem levar em conta o significado para usar como a representação. Consiste na utilização do ideograma considerando apenas o aspecto da leitura do mesmo. Trata-se de um procedimento semelhante ao utilizado na China antiga para transcrever nomes oriundos do sânscrito com ideogramas. Correspondem a 2 %. Processo muito usado para escrever nomes estrangeiros em ideograma.

2.3.2.2 Ideograma no Japão e seu desenvolvimento para os fonogramas *hiragana* e *katakana*

Achados de pesquisas arqueológicas demonstram que os primeiros contatos com a escrita no Japão foram efetuados por meio de moedas e sinetes estrangeiros como:

- moedas cunhadas durante o império de *Wan Mao* (ano 8 a 23 DC) que foram encontradas em escavações feitas em túmulos do período *Yayoi* (séc. III AC ~ séc III DC);

- sinete com a inscrição *Kan wa nano koku ô* encontrado em 1784, na Ilha de Shika, ao norte de Kyûshû.

Essas evidências mostram que os japoneses tomaram contato com a escrita ideográfica chinesa no início da era cristã, embora nem sempre tenham discernido, no princípio, que se tratavam de sinais gráficos que representavam uma mensagem.

Os primeiros registros datam do século V:

- 115 letras gravadas em espadas de ferro, encontradas nas escavações de Inari, na província de Saitama;
- cerca de 50 letras gravadas em espelho de bronze, sob a guarda do santuário *Sumida Hachiman*, em *Wakayama*.

Ambos estão em *kanbun* (textos em chinês), sendo que no segundo já aparecem alguns símbolos (ideogramas chineses) com anulação de seu significado e conservação de sua leitura com função de fonograma. Esse é um processo que foi iniciado pelos próprios chineses ao utilizarem os ideogramas para transcrição de nomes de pessoas e localidades estrangeiras. Isso é claro em registros de textos búdicos, traduzidos do sânscrito para o chinês.

Os primeiros textos japoneses como o *Kojiki*¹² (712 DC) e o *Nihon shoki* (720 DC) (ver nota de rodapé nº 5) ainda são escritos em *kanbun*. Mas a antologia poética *Man'yôshû*¹³ já está escrita em *wabun* (textos em japonês). Em todo esse processo de transformação presume-se que houve cooperação marcante de mestres chineses e coreanos instalados no Japão.

As adaptações que tornaram viável o processo de utilização do ideograma para a transcrição da língua japonesa foram: Conservação do significado e da leitura dos

¹² *Kojiki* – Registro de coisas antigas – escrito totalmente em caracteres chineses, adaptados à fonética japonesa. É uma obra em três volumes que contém narrativas sobre a idade mitológica e história do Japão antigo até o reinado de Suiko Tennô (592-628). Por conter também cantos e poemas antigos, é considerado ao mesmo tempo o livro de história mais antigo e primeira obra de caráter literário no país (YAMASHIRO, 1986, p.57).

¹³ *Man'yôshû* – Antologia de muitas páginas, *Man'yôshû*, miríades em folhas – antologia poética transcrita em caracteres chineses, em que cada ideograma corresponde a um fonema vocálico ou silábico, abstraindo-se por completo seu significado original. Textos denominados *wabun*. Reúne poemas produzidos por imperadores, príncipes, nobres, palacianos, soldados, camponeses e pescadores; ou seja, produção de homens e mulheres de todas as classes do período que vai desde o século IV até meados do século VIII (YAMASHIRO, 1986, p.58; e WAKISAKA, 1992, p.34)

ideogramas com acréscimo de uma nova leitura à moda japonesa mediada pela identidade semântica dos mesmos. No Japão, são admitidas leituras do ideograma, baseadas na leitura chinesa, realizadas com pronúncia japonesa. Um mesmo ideograma pode admitir mais de uma leitura chinesa. Dependendo da região da China e dinastia que sustentava seu governo encontramos diferenças na leitura. Foram admitidas no Japão na seqüência:

- A leitura *goon*, transmitida ao Japão, através do intercâmbio com a China entre os séculos V e VI, chegando junto com o budismo para se lerem textos sagrados. Nessa época, o Japão mantinha intercâmbio principalmente com a dinastia Go. É necessário salientar que mais ou menos na mesma época, o budismo, também, chegou ao Japão através de Kudara. Entretanto, as leituras dos textos, também, eram realizadas através da leitura *go*.
- A leitura *kan'on*, incorporada à língua japonesa em um período de aproximadamente 300 anos, de 607 a 894, quando o intercâmbio com a China se deu através de missões denominadas *kentôshi* (comitiva de emissários japoneses formada por monges budistas, estudantes e funcionários do governo com a finalidade de manter intercâmbio comercial e cultural).
- A leitura *tôon*, introduzida no Japão na época da dinastia To, é denominada leitura *tô*. Engloba também a leitura do período Sô, sendo chamada de leitura *sô*, sendo que essa nomenclatura não é utilizada no sentido amplo. A leitura *tô*, foi introduzida junto com o zen-budismo no período Kamakura (1185-1333). E após o período Edo (1600-1867) só era utilizada por pessoas ligadas a relações comerciais com *Tô* ou por monges budistas, ou então por estudiosos como tema de pesquisa.

Por exemplo: o ideograma que significa homem (男) tem duas leituras oriundas da leitura chinesa do mesmo: lê-se *nan* se considerarmos a leitura denominada *goon*, difundida no Japão a partir de meados do século V (época em que a China mantinha dois governos, um ao norte e outro ao sul, sendo que a difusão dos ideogramas foi desenvolvida a partir do sul da China); lê-se *dan* se consideramos a leitura denominada *kan'on*, introduzida no Japão entre os anos 607 a 894, período em que ocorreu

intercâmbio de comércio e estudos, quando houve grande difusão da cultura oriunda do continente para o Japão. Nos períodos correspondentes ao fim do período Nara (710-794) e o período Heian (794-1192) há uma grande disputa entre os estudiosos para estabelecer a pronúncia que deveria ser adotada no Japão. Como resultado, hoje em dia dois terços dos ideogramas adotam a pronúncia *kan'on* e boa parte do restante adota a leitura *goon*. É necessário lembrar, também, que é adotada a leitura *tôsôon*, originada da pronúncia trazida por monges zen-budistas e comerciantes que retornaram ao Japão, desde do período Kamakura (1192-1336) ao período Edo (1603-1868) e a leitura *kan'yôon*, pronúncia tipicamente japonesa, considerada um equívoco inicialmente, atualmente reconhecida como correta. Além dessas leituras associadas à leitura do ideograma em língua chinesa, é adotada a leitura *otoko* = homem, levando em consideração a identidade semântica entre o ideograma e a palavra japonesa.

Também houve o fenômeno da conservação da leitura chinesa e atribuição da leitura japonesa correspondente, anulando-se o significado, transformando o ideograma em simples fonograma. A utilização do ideograma com função de fonograma era realizada como no exemplo a seguir. A palavra japonesa *yama* (montanha) era representada utilizando-se *ya* do ideograma que significa noite e *ma* do ideograma linho. Inicialmente cada som não estava restrito a um único ideograma, havendo vários para o mesmo som. Esses ideogramas largamente utilizados na obra *Man'yôshû* são chamados de *man'yôgana*.

Especificamente tratando-se da obra *Man'yôshû* podemos observar quatro sistemas de registro, segundo WAKISAKA (1992, 36-37):

- a transcrição do poema é feita com ideogramas cujas leituras seguem a moda japonesa;
- em alguns volumes da antologia é anotado o estilo denominado *hentai kanbun* (estilo chinês adulterado) – escrita ordenada conforme a sintaxe chinesa (SVO – sujeito verbo objeto), com inserção do *man'yôgana* para facilitar a compreensão;

- a transcrição é feita exclusivamente em *man' yôgana*. Cada ideograma corresponde a um som vocálico ou silábico, abstraindo-se por completo seu significado original,
- Transcrições de poemas feitas mediante uma superposição de idéias ou de homófonos como no exemplo: *kukuri* (atar) escrito como *hachijûichiri* pois *hachijûichi* significa 81 (oitenta e um) que por sua vez é igual a 9 x 9 (nove vezes nove, que se lê *kuku* em língua japonesa). Ou seja, *kukuri* era escrito como $(81)ri = (9 \times 9)ri = (kuku)ri$

Estudos diacrônicos da fonética japonesa utilizando o *Man' yôshû*, realizados entre os séculos XVIII e XIX alertam para a existência de fonemas da língua japonesa que atualmente caíram em desuso. Outros estudos mostram também que se a transcrição de um mesmo som era feita com dois ideogramas distintos, isso ocorria porque eram foneticamente distintos.

Os textos em *kanbun* (cânones do budismo, textos de filosofia, direito, astronomia e demais ciências) foram assimilados por homens da nobreza. Essa forma de escrita foi utilizada então para transcrever preceitos legais, ordens imperiais, comunicados oficiais. Por outro lado, nas escolas instaladas em templos budistas (século V) difundiu-se o estudo dos sutras, escritos em *kanbun*. Para facilitar a leitura os monges budistas aprendentes usavam dois recursos:

- Colocação de pontos nos ideogramas, denominados de *kunten*, que conforme a posição representavam as partículas e flexões verbais que não existem na língua chinesa,
- processo de abreviar ideogramas, utilizando parte do ideograma originário.

Tanto os sinais como abreviações diferiam de indivíduo para indivíduo e tudo indica que, como forma de organizá-los, foram unificados por escola. Sinais e abreviações foram desenvolvidos paralelamente e passaram a ser utilizados concomitantemente. Ao serem unificadas por instituições de ensino, as abreviações acabaram tomando o lugar dos sinais. As numerosas formas de abreviação vão sendo restringidas até que por volta do século IX dão origem ao fonograma *katakana*. Essa

forma foi muito difundida entre os estudiosos, que passaram a utilizar em seus escritos dois estilos: misto – fonograma *katakana* associado aos ideogramas – ou só fonograma *katakana*.

O período *Heian* (793-1192) foi a época em que as mulheres tiveram acesso às letras. Elas utilizavam o *man' yôgana* para escrever. Usavam o estilo *shôsôtai*, forma cursiva de escrita que com o uso foi sofrendo modificações e acabou por dar origem à escrita fonográfica denominada *hiragana*. Então, quase na mesma época ficaram consolidadas as duas grafias propriamente japonesas os fonogramas *katakana* e *hiragana*. Atualmente os fonogramas *kana* são apresentados em forma de tabela, com a denominação de *gojûon 'zu* (tabela do silabário japonês).

A tabela do silabário japonês foi construída baseando-se na análise da língua. Tem origem na organização dos sons japoneses em componente vogal e componente consoante. Esta organização foi elaborada por monges que antigamente realizavam estudos do sânscrito. A referida tabela consiste em uma lista de grafemas *kana*. Dizem que essa organização foi realizada no fim do século X ou início do século XI. Há diversas teorias quanto aos objetivos deste tipo de disposição, mas pode-se dizer que estão relacionados a essa elaboração os estudos da escrita em sânscrito, e a utilização como recurso para indicar o som de um determinado ideograma, utilizando outros dois (de leitura conhecida). Esta tabela foi publicada entre os séculos XII e XIII.

A tabela do silabário atual (ver a tabela 6 abaixo) contém 46 fonogramas do *kana* não modificado. As linhas I, II, III, IV e V são denominadas *dan* e as colunas de 1 a 11 denominadas de *gyô*. São indicadas em cada linha por: i – a transcrição em escrita romanizada; ii – a pronúncia padrão japonesa; iii – a transcrição em *katakana* ; iv – a transcrição em *hiragana*.

Quanto aos ideogramas, eles também passaram por modificações na forma de escrita ao longo dos séculos, dando origem a formas diferentes das que são utilizadas na China atualmente. Quanto à leitura, apresentam a leitura *kun* – que representa o som do termo japonês correspondente ao conceito contido no ideograma, e a leitura *on* – que é o som chinês adaptado à fonética japonesa. Entretanto, há várias leituras

fonéticas, denominadas leituras *on* para um mesmo ideograma. Isto depende da época e de que região da China esse ideograma é originário, como vimos anteriormente.

TABELA 4 – TABELA DO SILABÁRIO JAPONÊS

11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1		
n	wa	ra	ya	ma	ha	na	ta	sa	ka	a	i	I
[ɰŋ]	[wa]	[ɽa]	[ja]	[ma]	[ha]	[na]	[ta]	[sa]	[ka]	[a]	ii	
ン	ワ	ラ	ヤ	マ	ハ	ナ	タ	サ	カ	ア	iii	
ん	わ	ら	や	ま	は	な	た	さ	か	あ	iv	
		ri		mi	hi	ni	chi	shi	ki	i	i	II
		[ɽi]		[mi]	[çi]	[ni]	[tʃi]	[ʃi]	[ki]	[i]	ii	
		リ		ミ	ヒ	ニ	チ	シ	キ	イ	iii	
		り		み	ひ	に	ち	し	き	い	iv	
		ru	yu	mu	fu	nu	tsu	su	ku	u	i	III
		[ɽu]	[ju]	[mu]	[Fu]	[nu]	[tsu]	[su]	[ku]	[u]	ii	
		ル	ユ	ム	フ	ヌ	ツ	ス	ク	ウ	iii	
		る	ゆ	む	ふ	ぬ	つ	す	く	う	iv	
		re		me	he	ne	te	se	ke	e	i	IV
		[ɽe]		[me]	[he]	[ne]	[te]	[se]	[ke]	[e]	ii	
		レ		メ	ヘ	ネ	テ	セ	ケ	エ	iii	
		れ		め	へ	ね	て	せ	け	え	iv	
	wo	ro	yo	mo	ho	no	to	so	ko	o	i	V
	[o]	[ɽo]	[jô]	[mo]	[ho]	[no]	[to]	[so]	[ko]	[o]	ii	
	ヲ	ロ	ヨ	モ	ホ	ノ	ト	ソ	コ	オ	iii	
	を	ろ	よ	も	ほ	の	と	そ	こ	お	iv	

Fonte: adaptado de A grand dictionary of phonetics – p. 222

Além da forma *kanji kana majiri bun*, existe, como dissemos antes, a escrita romanizada, que é a utilização do alfabeto latino. O documento mais antigo escrito dessa forma é a tradução do Novo Testamento (Atos dos apóstolos) feita em 1591 por jesuítas portugueses.

2.3.2.3 Ensino da escrita japonesa

No Brasil, excetuando-se escolas dos estados de São Paulo e Paraná, que mantêm o ensino de língua japonesa em algumas de suas escolas oficiais, e o ensino em algumas universidades; o espaço onde é ensinada a língua japonesa é predominantemente a escola de língua, qualquer que seja sua constituição administrativa. E em qualquer uma das circunstâncias, são raras as ocasiões em que se recebem aprendentes iniciantes que já tenham tido contato com escrita que não seja a escrita latina. Por outro lado, os aprendentes de língua japonesa, geralmente, já estão alfabetizados, o que facilita a introdução ao estudo de língua japonesa para professores que utilizem escrita *rômaji*, o que é uma tentação, mas uma escolha nem sempre acertada para iniciar um curso de língua japonesa, pois os aprendentes passam a relutar em utilizar os fonogramas japoneses para anotar as estruturas básicas ensinadas.

O ensino da escrita japonesa é planejado considerando-se apenas o ponto de vista de frequência de utilização. Parte-se dos fonogramas e segue-se para os ideogramas. Geralmente, ensina-se o fonograma *hiragana* em primeiro lugar, por ser utilizado para transcrever palavras em geral e desinências de palavras. Em seguida, ensina-se o fonograma *katakana* por ser utilizado apenas em casos específicos como escrita de palavras de origem estrangeira incorporadas no léxico japonês, nomes estrangeiros, onomatopéias, etc. Em relação ao conteúdo do ensino de fonogramas, não há distinção entre o ensino para turmas infantis e adultas. Há distinção sim nos recursos e métodos utilizados. Os fonogramas são apresentados em forma de tabela representando uma lista construída com base na análise dos sons da língua japonesa.

Atualmente, os materiais didáticos disponíveis no mercado para o ensino dos fonogramas iniciam com o ensino do *hiragana*. Utilizam o método sintético silábico, partindo do treino da pronúncia japonesa das sílabas para depois dar instruções da escrita. A tabela abaixo indica as características de alguns desses materiais didáticos que foram indicados por A, B e C, pois não cabe neste momento identificá-los, uma vez que a descrição foi realizada apenas para que se tenha uma visão geral do tipo de material disponível para utilização

TABELA 5 – DESCRIÇÃO DE MATERIAIS PARA O ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Material	Características
A	<p>Material voltado para público adulto específico para ensino dos grafemas fonéticos – <i>hiragana</i> e <i>katakana</i>, apresentados nessa ordem, em que se recomenda a prática da pronúncia com auxílio de uma gravação em fita cassete. Utiliza o método sintético silábico, com palavras que utilizam grafemas estudados, para após o treino do reconhecimento dos mesmos passar-se à escrita. Apresenta uma página com instruções da seqüência de escrita dos grafemas, nem sempre bem entendida pelos aprendentes. No fim da série de fonogramas <i>hiragana</i> apresenta uma lição em que demonstra a utilização dos grafemas em sentenças curtas. Traz inclusos na fita cassete exercícios tipo ditado de palavras e expressões. Na parte do ensino dos fonogramas <i>katakana</i>, considerando que a pronúncia dos grafemas do silabário em <i>katakana</i> coincide com a do silabário em <i>hiragana</i>, apresenta os fonogramas correspondentes e passa à explicação das formas de transcrição de palavras de origem estrangeira. Considerando-se que as palavras de origem estrangeira são pronunciadas conforme a fonética japonesa, no caso de ensino para brasileiros em geral ocorrem confusões.</p>
B	<p>Material voltado para o público adulto. Usa o método sintético silábico, para o ensino do fonograma <i>hiragana</i>. Desenvolve a escrita concomitantemente com as estruturas básicas da língua, com utilização da escrita das estruturas à medida em que se torna possível fazer essa transcrição. Para o ensino do fonograma <i>katakana</i>, utiliza o método não global fonético, em que os fonogramas aparecem como nomes de países familiares ao universo do aprendente e a partir daí os grafemas correspondentes ao som.</p>
C	<p>Material voltado para o público infanto-juvenil, associado a uma série, que trata apenas do ensino da leitura e escrita do fonograma <i>kana</i> – <i>hiragana</i> e <i>katakana</i>. Este volume tem como objetivo reconhecer, ler e escrever os fonogramas. Utiliza o método sintético silábico, sendo que as palavras são apresentadas na forma de figuras de objetos que são familiares ao público da faixa considerada. Apresenta como exercício de fixação jogos como caça palavras, palavras cruzadas com figuras, etc. Acompanha também fita cassete com pronúncia dos fonogramas e palavras associadas correspondentes.</p>

Limitamos a apresentação dos materiais didáticos elaborados para o ensino dos fonogramas aos acima citados, apenas como exemplo do que se pode encontrar no

mercado, atualmente. Salvo algumas alterações quanto ao tipo de figura utilizada (com mais detalhes ou não), forma de apresentação dos grafemas (com traços mais finos ou grossos), os materiais geralmente utilizam o método sintético silábico.

Em relação ao ensino de grafemas semânticos, os ideogramas, a variedade de materiais encontrados no mercado é muito grande. A seguir apresentamos as características de alguns tipos:

1. materiais que fazem parte de um conjunto seriado no qual o material de ensino dos ideogramas acompanha a evolução do vocabulário utilizado para ensinar a estrutura da língua;
2. materiais independentes voltados só para o ensino de ideogramas, cuja seqüência de apresentação segue os mais variados critérios desde a facilidade de escrita por ter poucos traços, até a freqüência de uso no cotidiano;
3. materiais independentes voltados para o ensino de ideogramas utilizando a metodologia de auto-instrução;
4. materiais independentes voltados para estudo preparatório de ideogramas para prestar exames de proficiência em língua japonesa;
5. outros.

Independentemente das características e objetivos de cada material disponível, notamos que há em comum na grande maioria deles o aprendizado através da memorização pura e simples da forma, leitura e uso do ideograma.

2.4 TERMINOLOGIA

A organização e a transferência de um conhecimento especializado é realizada por meio de linguagem de especialidade, ou seja, por meio de suas unidades terminológicas. O campo de nossa investigação é a linguagem de especialidade do ensino da escrita japonesa. A identificação das unidades terminológicas correspondentes resultará num conjunto que reúna os conhecimentos fundamentais em relação ao ensino da escrita japonesa.

2.4.1 Terminologia Segundo Sager e Felber

O que é terminologia? Iniciamos apresentando as definições feitas por Sager e Felber.

Para SAGER (1993, p. 22), no uso atual é necessário distinguir três significados diferentes. Terminologia é:

- conjunto de práticas e métodos utilizados na compilação, descrição e apresentação de termos;
- conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessárias para a explicação das relações entre os conceitos e os termos que são fundamentais para uma atividade.
- Vocabulário de um campo temático especializado.

FELBER (1984, p. 1) afirma que o termo terminologia é associado a três conceitos. Terminologia é:

- Uma ciência inter e transdisciplinar do campo do conhecimento que trata de conceitos e suas representações.
- Conjunto de termos que representa um sistema de conhecimento de um campo temático individual.
- Publicação em que o sistema de conceitos de um campo temático é representado por temas.

A partir das definições acima, podemos afirmar que o termo terminologia é um termo polissêmico associado a três conceitos:

- I – Terminologia é ciência que trata dos conceitos fundamentais de uma área de conhecimento e suas relações.
- II – Terminologia é aplicação quando se refere a um conjunto de práticas e métodos que permitem a apresentação de termos de uma área do conhecimento em forma de sistemas de conceitos.
- III – Terminologia é o conjunto de termos de uma área do conhecimento específico.

Conclui-se, então, que a Terminologia é importante para:

- ordenação do conhecimento em grupos de relações de conceito;

- transferência de conhecimento, experiência e tecnologia;
- formulação e disseminação de informação científica.

Dessa forma passaremos a grafar Terminologia com maiúscula quando se tratar de ciência, e terminologia (inicial minúscula) quando se tratar de conjunto de termos de uma área do conhecimento.

2.4.2 Origem e Desenvolvimento da Terminologia e as Novas Concepções de Cabré acerca da Terminologia

A consolidação da Terminologia como ciência é um fato recente. Entretanto, a preocupação com a denominação e sistematização de conceitos científicos tem preocupado cientistas há muito mais tempo.

Segundo CABRÉ (1993, p.21), já no século XVIII a fixação das denominações dos conceitos científicos era preocupação de cientistas como Lavoisier e Berthold em química, Lineu em botânica e zoologia. E no século XIX, devido ao progresso da ciência e sua internacionalização, cientistas passaram a manifestar a necessidade de dispor de regras de formação de termos com estratégias que permitissem estabelecer uma terminologia padronizada em seus respectivos colóquios internacionais.

No início do século XX, teve início na Alemanha um projeto sob a direção do engenheiro A. Schlomann e com a participação de cientistas de vários campos do conhecimento e associações profissionais de vários países que propunha registrar o vocabulário da época. Resultou numa obra que constava de um vocabulário especializado registrado de forma sistemática intitulado *Illustrierte Technische Wörterbücher* (Vocabulário técnico ilustrado) abrangendo 17 campos de especialidades e em seis línguas (alemão, inglês, francês, italiano, espanhol e russo).

Praticamente na mesma época, a *Association of German Engineers* (VDI) começou a compilar o dicionário alfabético *Technoloxikon* em três línguas (alemão, inglês e francês). A equipe, ao concluir que a metodologia de trabalho do grupo de Schlomann era mais eficaz, abandona o projeto da compilação para apoiá-lo em seu trabalho.

Esses fatos demonstram a preocupação e a necessidade de uma padronização lingüística que decorre das mudanças sociais e econômicas da época, pois:

- o surgimento de novos conceitos e até de novos campos conceituais exigem novas denominações;
- a criação de empresas multinacionais, modificando as relações internacionais tanto políticas como econômicas e culturais provoca a necessidade de novas formas de comunicação e conseqüente desenvolvimento no campo da informação e comunicação;
- na transferência de conhecimentos e produtos a informação passa a ter importância capital, porque além de precisa a linguagem deve ser multilíngüe, criando a necessidade de uma normalização em sistemas de unidades básicas de transferência, como por exemplo, a adoção de um mesmo padrão de unidades de medida de peso e comprimento, ou adoção de equivalências normatizadas desses padrões;
- o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa aumentando a capacidade de difusão da informação faz com que sejam utilizadas a linguagem geral e a especializada, banalizando esta última;
- o grande volume de informação especializada multilíngüe provoca a necessidade de criação de organismos oficiais para normalizar o uso da terminologia.

Podemos, então, registrar a primeira metade do século XX como sendo um período de conscientização da necessidade de uma linguagem com equivalência multilíngüe precisa e clara para que as relações políticas, econômicas e culturais transcorressem de forma tranqüila.

CABRÉ (1993, p.28) distingue quatro períodos fundamentais na Terminologia moderna:

- de 1930 a 1960 – as origens
- de 1960 a 1975 – a estruturação
- de 1975 a 1985 – a eclosão
- a partir de 1985 – a ampliação

De 1930 a 1960 – as origens

Esse período é caracterizado pela criação de uma metodologia de trabalho terminológico levando em conta o caráter sistemático dos termos. Em 1931, o engenheiro austríaco E. Wüster (1898-1977), considerado o fundador da Terminologia moderna, apresenta sua tese de doutorado *Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik* na Universidade de Viena, que traduzida para o russo torna-se o ponto de partida do interesse pela linguagem especializada no domínio técnico e a importância de sua normatização. Essa obra é considerada por PICHT (apud CABRÉ, 1983, p. 217) causa da criação do Comitê Técnico 37 (TC 37) pela *International Standardization Association* (ISA) com o objetivo de unificar métodos de trabalho e apresentação de terminologias especializadas. O projeto TC 37 foi criado em 1936. Após concluídos alguns trabalhos preliminares, suas atividades foram interrompidas pela II Guerra Mundial. Em 1951, este trabalho foi retomado pela *International Organization for Standardization* (ISO), que é o organismo que trata de normatização atualmente.

Nesse período, o russo D. S. Lotte (1889-1950), fundador da escola soviética de Terminologia, desenvolveu os aspectos teóricos e metodológicos da Terminologia. Esse fato fez com que Picht o considerasse fundador da Terminologia enquanto outros creditam esse fato a Wüster. Deixando a polêmica de lado, deve-se a Wüster e Lotte a publicação dos primeiros textos teóricos sobre Terminologia.

De 1960 a 1976 – a estruturação

É nesse período que Wüster publica a sua obra *The machine tool* (1968), um dicionário francês inglês organizado sistematicamente, com suplemento em alemão, objetivando ser modelo para futuros dicionários técnicos; reafirmando sua preocupação e envolvimento com a padronização terminológica.

A Teoria Geral da Terminologia foi desenvolvida pelo Prof. Dr. Eugen Wüster (1898-1997), que é também o criador da escola de Viena de Terminologia. Wüster era um engenheiro com grande interesse em ciência da informação e defendia a necessidade de uma única linguagem, de forma que se tivesse uma comunicação técnica e científica sem ambigüidades. Desenvolveu a Teoria Geral da Terminologia

com base em sua experiência ao elaborar *The machine tool. An interlingual dictionary of basic concepts*.

Segundo CABRÉ (2003, p. 165), Wüster teve a vida dedicada à Terminologia perseguindo os seguintes objetivos:

- Eliminar as ambigüidades de linguagens técnicas por meio da padronização (normatização) da terminologia, de modo a fazê-las ferramentas de comunicação.
- Convencer todos os usuários de linguagens técnicas dos benefícios da terminologia padronizada.
- Estabelecer a Terminologia como uma disciplina para todas as propostas práticas e dar-lhe o “status” de ciência.

Para alcançar seus objetivos, Wüster trabalhou:

- pelo desenvolvimento de princípios internacionais padronizados para descrição e recuperação de termos;
- pela formulação de princípios da Terminologia que ele inicialmente viu como um ramo da lingüística aplicada;
- criação de um centro internacional para a coleta, disseminação e coordenação de informação sobre a Terminologia, que se tornou realidade com a criação da a INFOTERM (*International Information Centre of Terminology*) sob o patrocínio da UNESCO.

A Teoria Geral da Terminologia foi desenvolvida a partir da prática para propósitos práticos, fornecendo base científica para o trabalho terminológico. Segundo CABRÉ (2005, não paginado), para formular sua teoria, Wüster explica que o método de trabalho considerado por ele para a terminografia é o onomasiológico (do conceito para sua denominação), excluindo o semasiológico (da denominação para o conceito) considerado por ele próprio da lexicologia de base lingüística.

É nesse período que o desenvolvimento da macroinformática faz surgir os primeiros bancos de dados terminológicos e se inicia a elaboração de fundamentos para aproximar a Terminologia com o processo de normatização de uma língua.

De 1975 a 1986 – a eclosão

A expansão da microinformática provoca mudanças nas condições de um trabalho terminológico e tratamento de dados. Esse fato provoca uma proliferação de projetos de pesquisa terminológica e põe em evidência a relevância de tais estudos no processo de modernização de uma língua e da sociedade que a utiliza.

A partir de 1985 – a ampliação

Nesse período devemos considerar os seguintes fatos:

- O acesso ao desenvolvimento da informática, que se constitui em um dos elementos mais importantes para a organização de dados.
- O fato que os terminólogos passam a dispor de instrumentos e recursos de trabalho mais eficientes e adaptados às suas necessidades. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da ciência e tecnologia cria necessidades lingüísticas requerendo denominações para novas descobertas e invenções.
- A consolidação e ampliação da cooperação internacional através de organismos que criam redes internacionais de intercâmbio de informação.
- A consolidação do modelo de terminologia ligada à planificação de uma língua.

Ao considerarmos a Terminologia contemporânea devemos destacar os trabalhos realizados pelo grupo IULA – Instituto de Lingüística Aplicada, de Barcelona, liderado por Maria Tereza Cabré e responsável pela Teoria Comunicativa da Terminologia. Segundo CABRÉ (1999, p. 21 – 23) a Terminologia, independentemente dos aspectos que possam interessar a um coletivo profissional, é ao mesmo tempo:

- uma **necessidade** para representar um conhecimento específico e transferir esse conhecimento a outros especialistas ou a um público que quer adquirir esse conhecimento;

- uma **prática** adequada às necessidades que consiste em compilar, descrever, analisar, armazenar, atualizar, resolver e normalizar as unidades terminológicas próprias dos âmbitos especializados.
- uma **disciplina** ou campo de conhecimento de base interdisciplinar e aplicação transdisciplinar cujo objeto de análise são as unidades terminológicas.

CABRÉ (2005, não paginado) descreve a Teoria Comunicativa da Terminologia como uma teoria lingüística de unidades terminológicas, de base cognitiva e propósito comunicativo. Considera uma teoria *in vivo*, pois esta teoria leva em conta o destinatário do trabalho terminológico, e, qual será a finalidade deste trabalho.

Para Cabré as necessidades atuais oriundas da diversificação dos problemas envolvendo a Terminologia, a adequação aos planejamentos de trabalho e suas aplicações devido à introdução de novos recursos tecnológicos de informação e comunicação tornaram necessário um modelo teórico mais abrangente. Esse fato levou à proposta de uma visão poliédrica da unidade terminológica, de forma que a Terminologia, acompanhando o avanço tecnológico e as necessidades atuais como campo de investigação científica inter e intradisciplinar, possa servir à distintas especialidades com a dupla função de base:

- a representação, e,
- a comunicação do conhecimento especializado.

2.4.3 Linguagem de Especialidade, Textos Especializados

A linguagem humana está associada à capacidade em externar pensamentos. Segundo CABRÉ (1993, p. 125 – 129) a língua é um sistema complexo e homogêneo de subsistemas inter-relacionados, sendo que cada um deles pode ser descrito em distintos níveis lingüísticos como: nível fonológico, morfológico, semântico, léxico, sintático, discursivo. A heterogeneidade de um sistema lingüístico não se limita à descrição dos níveis anteriormente citados, devemos considerar também a diversidade de modalidades denominadas variedades funcionais e de dialetos. Então, a linguagem

se apresenta variada e heterogênea não só quanto à descrição gramatical, mas também em variações condicionadas às características da situação de comunicação.

Para Cabré cada um dos dialetos e variedades funcionais constitui uma linguagem de especialidade no sentido amplo. Essa autora considera como língua comum ou geral o conjunto de regras, unidades e restrições que constituem parte do conhecimento da maioria dos falantes de uma língua e que representa um subconjunto da língua entendida no sentido global. Ela define como língua de especialidade parte desse subconjunto caracterizado por peculiaridades próprias e específicas que dependem da temática, do tipo de interlocutor, da situação comunicativa, da intenção do falante, do meio e tipo de intercâmbio comunicativo, etc. Essa descrição da linguagem de especialidade chama atenção para o fato de que a descrição de uma língua não se deve limitar ao estabelecimento de suas regras gramaticais, mas considerar o uso que o falante faz dela.

Segundo SAGER (1993, p. 41) as linguagens especializadas correspondem a um subsistema lingüístico selecionado por um indivíduo cujo discurso se centra em um campo temático em particular. O léxico de uma linguagem especializada, além de conter grande número de elementos dotados da propriedade da referência especial, também contém elementos de referência geral. Os elementos caracterizados por uma referência especial dentro de uma disciplina são as unidades terminológicas dessa disciplina, que coletivamente formam a sua “terminologia”. Sem dúvida, as unidades terminológicas serão utilizadas como tais se o usuário já possuir a configuração do conhecimento que determina o papel da unidade terminológica em um sistema estruturado.

Com o objetivo de harmonizar os sistemas de trabalho em Terminologia e facilitar a transferência de conhecimentos e dados, são criados documentos denominados normas elaborados por uma equipe de especialistas representativos de países diferentes, aprovados por consenso, que fixam características que devem ter um determinado produto, processo ou matéria.

Segundo a norma DIN¹⁴ 2343, citada por ARNTZ e PICHT (1995, p. 28) a linguagem especializada é a área da língua que aspira a uma comunicação unívoca e livre de contradições em uma área determinada e cujo funcionamento encontra um suporte decisivo na terminologia estabelecida.

FELBER e PICHT (1984, p. 161) assinalam como traços comuns das linguagens de especialidade:

- o carácter monofuncional, porque a língua em questão é empregada apenas dentro de um ambiente social determinado e cumpre apenas a função comunicativa necessária relacionada com o trabalho do grupo;
- o número limitado de usuários – uma parte do total da comunidade lingüística;
- a forma voluntária pela qual o usuário geralmente aprende essa língua;
- o fato de não ser imprescindível para a existência da sociedade, posto que esses tipos de linguagem surgem e desaparecem segundo a demanda dos meios de expressão sem que a língua geral necessariamente fique afetada.

Afirma-se que a linguagem de especialidade é um subgrupo da língua, entretanto, nem sempre é fácil distinguir os elementos dos grupos com nitidez. Isso pode acontecer, por exemplo, pela popularização da terminologia utilizada por determinado grupo de especialistas. Os profissionais especialistas em futebol têm sua terminologia específica que é parcialmente utilizada por praticantes como *hobby* e por outros tantos que se consideram conhecedores do assunto. Essa visão de linguagem de especialidade faz com que FELBER e PICHT (1985, p.162) apresentem a seguinte classificação para as linguagens:

FIGURA 3 – CLASSIFICAÇÃO DE LINGUAGENS DE FELBER E PICHT

Língua		
Língua geral	Línguas especiais	
	Línguas profissionais	Línguas especiais em um sentido restrito

FONTE: FELBER e PICHT. 1985.p.162

¹⁴ Deutsches Institut für Normung e.V. / Instituto Alemão de Normalização

Nessa classificação, consideram línguas profissionais o jargão específico de uma especialidade utilizada de forma popular, e línguas especiais no sentido restrito aquelas utilizadas pelos especialistas da área.

Em estudos mais recentes, CABRÉ (2002, p. 15 – 36) prefere falar de textos de especialidade ao invés de linguagem de especialidade, pois, enquanto semântica, pragmática e gramática, a linguagem comum é igual à linguagem de especialidade. Considera a autora que existe uma linha divisória entre o texto especializado e o texto não especializado, do mesmo modo que existe conhecimento especializado e conhecimento geral. Os textos especializados se caracterizam estruturalmente em dois níveis: em nível textual são textos precisos, concisos e sistemáticos; e em nível gramatical, os textos se caracterizam pelo léxico, melhor dizendo, por conter uma terminologia específica. A aplicação desses critérios, considerados por Cabré apenas como tendências e não condições necessárias ou suficientes, leva a uma gradação dos textos, que podem ser mais ou menos precisos, concisos ou sistemáticos. Há que se enfatizar a importância das unidades terminológicas (unidades léxicas com valor especializado em um campo e num uso) contidas no texto em questão para se avaliar se este é ou não especializado.

As unidades terminológicas contribuem de forma determinante na análise do nível de cada texto em relação a sua precisão, concisão e sistematização. CABRÉ (2002) considera que um texto será mais preciso na medida que use o maior número possível de unidades terminológicas fixadas num campo do conhecimento. Pois quanto mais em consonância com a especialidade estiver a terminologia utilizada, mais ajustado estará o significado do texto, já que as unidades terminológicas são a terminologia que melhor condensa o conhecimento especializado. Aqui verificamos a importância vital das unidades terminológicas num texto especializado, pois são parâmetros para determinar o nível tanto sua de precisão como da concisão. O nível de sistematização será dado pelo uso de unidades fixas, reduzindo na medida do possível a variação denominativa.

Em nossa pesquisa, a linguagem de especialidade sobre a qual nos debruçamos é a referente ao ensino de escrita japonesa, uma sub-área dentro do ensino de língua japonesa como língua estrangeira.

2.4.4 – Unidade Terminológica

A unidade terminológica ou termo consiste no objeto primeiro da Terminologia. O conjunto organizado das unidades terminológicas de uma determinada área do conhecimento é a representação da realidade desse conhecimento apresentada de forma organizada. Para um referencial teórico acerca do que vem a ser um termo, ou seja, uma unidade terminológica, partimos das idéias de CABRÉ (1993), complementadas pelos conceitos preconizados por ARNTZ e PICHT (1995) para finalizar com as concepções atuais de Cabré e seu grupo de pesquisa.

CABRÉ (1993, p.169 – 172) afirma que “Os termos, que são as unidades de base da Terminologia, designam conceitos próprios de cada disciplina especializada, (...), embora a palavra termo sirva propriamente para designar a unidade terminológica completa (que consiste no conjunto formado pela denominação de conceito) também é utilizada como sinônimo de denominação.”

A norma DIN 2342 (apud ARNTZ e PICHT, 1995, p.57) estabelece a seguinte definição para denominação: “Uma denominação é a designação, formada no mínimo por uma palavra, de um conceito em linguagem especializada”. Ou seja, um conceito é designado por uma denominação. Então, em que consiste um conceito? Segundo a mesma norma (DIN 2342) “Um conceito é uma unidade de pensamento que abarca as características comuns atribuídas a um objeto.”

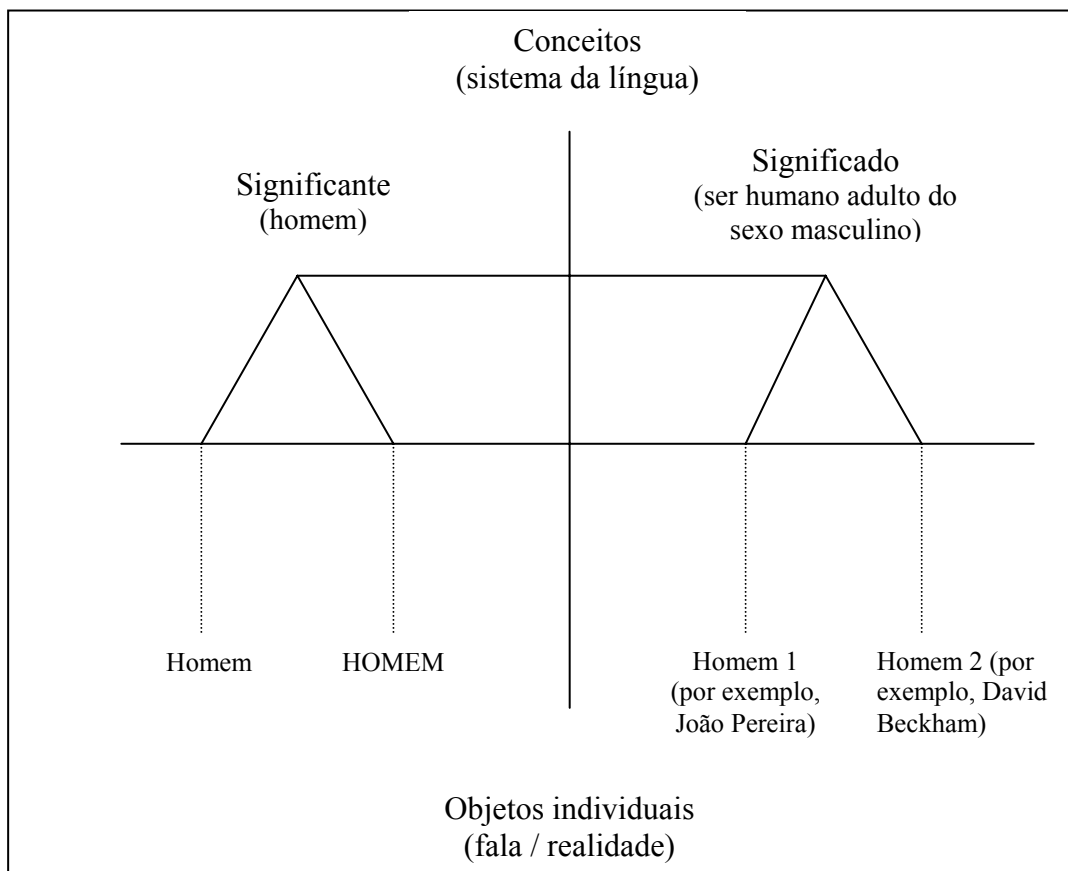
É necessário, agora, explicitar o que é objeto. Em Terminologia, segundo a norma ISO WD 701(1996, p. 5 e 8): “Objetos – são observados, percebidos ou concebidos; são abstraídos ou conceitualizados em conceitos. Um objeto pode ser qualquer coisa percebida ou concebida pelo homem. Alguns objetos (...) são materiais, outros são imateriais ou abstratos, (...) outros ainda são puramente imaginários (...) A Terminologia não se ocupa em determinar se os objetos existem ou não; ela assume sua existência e focaliza a atenção em como as pessoas lidam com os objetos para fins

de comunicação.” Da mesma forma, ARTNZ e PICT (1995, p.57) afirmam que em Terminologia objeto deve ser entendido num sentido muito amplo. Os objetos materiais como lápis, casa ou não materiais como procedimento não se referem a uma determinada casa ou lápis, ou procedimento. O nosso conhecimento de um grande número de casas, lápis e procedimentos nos fazem perceber que compartilham de determinadas propriedades, levando a uma síntese que permite conceituar o que é casa, lápis e procedimento de forma genérica.

Apresentamos a seguir um exemplo aplicado do modelo de termo de Wüster, elaborado conforme a explanação de ARNTZ e PICT (1995, p.61).

Na metade superior temos a representação do sistema da língua, onde ao conceito ser humano adulto do sexo masculino associamos a designação Homem. Na metade inferior, temos a representação da realidade, na qual existem vários milhões de homens, cada qual com suas próprias características. A partir desses indivíduos abstraímos o conceito de homem conservando o que todos eles têm em comum. No quarto inferior à esquerda aparecem as formas fônicas ou gráficas, ou seja, o som ou a imagem em si que representam o signo na realidade.

FIGURA 4 – MODELO DE TERMO DE WÜSTER APLICADO



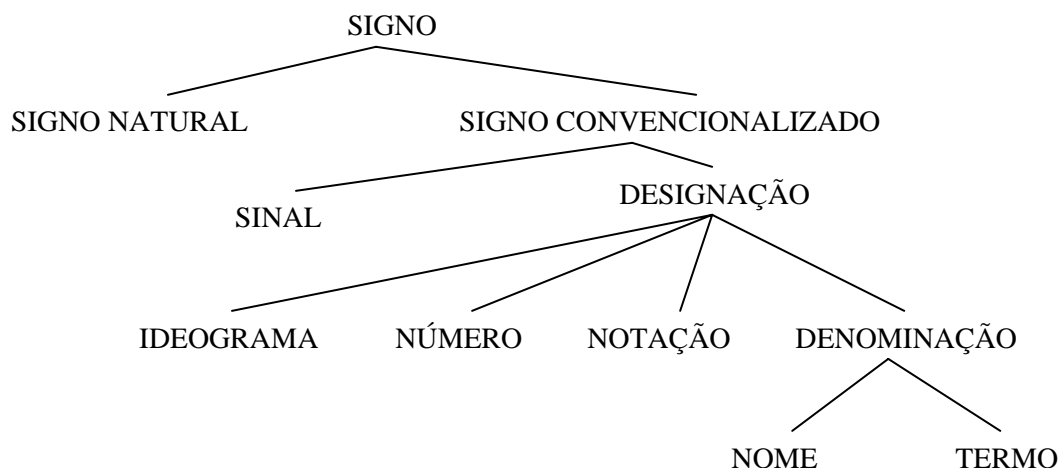
FONTE: adaptado de ARNTZ e PICHT (1995, p.61).

Para FELBER e PICHT (1984, p.210-211) O signo sem carga semântica, sem conteúdo, é sem valor, é como um conceito sem signo. Daí, para um signo ter valor comunicativo, deve ser portador de um conteúdo e o conteúdo do signo deve ser conhecido pelas duas partes no processo de comunicação. O conceito de signo é dividido em diversas formas e uma delas baseada nas normas e pensamento de Wüster é representada pela figura 4 abaixo, em que:

- signo natural – aquele em que a relação entre significado e significante não se baseia em uma convenção, mas sim na causalidade;
- signo convencionalizado – baseia-se em um acordo que estabelece uma relação fixa, relativamente estável entre o conceito e o signo. Pode ter uma representação lingüística ou não.
- Sinal – são exemplos sinal de luz de semáforos, sinal sonoro de telefone, etc.

- Notação – é expressa por meios gráficos, ou numéricos como a Classificação Universal Decimal – CDU).

FIGURA 5 – TIPOS DE SIGNO SEGUNDO FELBER E PICHT



Fonte: FELBER, H., PICHT, H.(1985, p.210)

Para CABRÉ (1993, p.170), as unidades terminológicas são unidades de forma e conteúdo que pertencem ao sistema de uma linguagem específica determinada e participam da construção de um discurso utilizando as mesmas regras que regem as demais unidades léxicas da língua geral na elaboração de um discurso.

A concepção do que vem a ser a unidade terminológica e sua função prioritária, vai depender dos aspectos que a Linguística, a Filosofia e as disciplinas das especialidades considerem prioritários. A seguir apresentamos uma sistematização baseada no pensamento de CABRÉ (1999, p. 19 – 21) acerca da unidade terminológica.

TABELA 6 – CONCEPÇÕES DE UNIDADE TERMINOLÓGICA

	Linguística	Filosofia	Especialidades
O que é o termo:	unidade de significação	unidade de cognição	unidade de denominação
Função prioritária do termo	significar	representar	denominar

Em relação ao termo			
a) Prioriza a relação	Nome – significado	Coisa – significado	Coisa – nome (denominação)
b) Tem a concepção como	signo lingüístico (no sentido de signo oral articulado)	um conceito, uma representação da realidade	uma unidade de expressão e denominação que inclui o lingüístico e o não lingüístico.
c) prioriza	a significação	o conhecimento e a representação	a denominação para a transferência
d) relações entre termos são do tipo:	Relações horizontais e verticais com o restante de unidades dos componentes da gramática. Horizontais – no interior do componente léxico; Verticais – com as representações que geram componentes sintáticos e fonológicos e ainda o mesmo componente léxico.	Relações lógicas e ontológicas: são relações no sentido de conceitos, estabelecendo uma rede complexa de relações lógicas e ontológicas diversas que pretendem representar o conhecimento que temos interiorizado da realidade.	Série de conexões (ou campo terminológico) relacionado termos de um mesmo âmbito de comunicação que pretendem representar organizadamente a realidade especializada.

FONTE: adaptado de CABRÉ (1999, p. 19 – 21).

Dessa forma, as unidades terminológicas, os termos, podem ser definidas como unidades multidimensionais, definidas como unidades lingüísticas, cognitivas e comunicativas. CABRÉ (2001, p. 22) afirma que a unidade terminológica tem uma tripla dimensão que a faz coincidir parcialmente com:

- palavras entendidas como unidades léxicas;
- as unidades de conhecimento estudadas pela Filosofia e Psicologia Cognitiva;
- unidades de comunicação estudadas pela teoria da comunicação.

A unidade terminológica reúne esses aspectos múltiplos que lhe dão um caráter poliédrico. Essa característica torna possível a análise da unidade terminológica a partir de qualquer uma dessas dimensões. Em nossa pesquisa, estaremos considerando as unidades terminológicas como unidades de denominação que priorizam a transferência de conhecimento. Utilizaremos as unidades terminológicas da língua de especialidade do ensino da escrita japonesa de forma a representar organizadamente essa realidade.

As unidades terminológicas podem ser classificadas quanto à sua forma, função, significação e procedência (CABRÉ 1993, p.176 – 181).

Do ponto de vista da forma são analisados segundo número de morfemas e apresentação. Segundo o número de morfemas, os termos podem ser:

- **simples** – exemplos: ácido, gel, luz;
- **complexas** – exemplos: acidificação, gélido, luminescência.

As unidades terminológicas complexas podem ser classificadas segundo os tipos de formação:

- **derivadas** – se formadas por agregação de afixos a bases léxicas. Exemplos: canceroso, terminologia, dirigível.
- **Compostas** – se formadas por combinação de bases léxicas, atuais ou históricas, com possibilidade de agregar posteriormente afixos às mesmas. Exemplos; caradura, toca-discos.

As chamadas unidades terminológicas complexas podem ser formadas por uma combinação de palavras que segue uma determinada estrutura sintática. Nesse caso, chamamos as estruturas de sintagmas terminológicos. Exemplos: tratamento por lotes, imposto de renda, guerra fria. Os sintagmas preposicionais com valor de adjetivo ou advérbio recebem o nome de locuções na maioria dos trabalhos terminológicos. Os sintagmas terminológicos se regem pelas mesmas regras combinatórias dos sintagmas da linguagem geral, por isso, aparentemente, não há nenhum traço específico para diferenciá-los, tornando complicada a tarefa de sua delimitação. Muitas vezes o termo sintagmático pode chegar a coincidir com sua própria descrição. Exemplos: imposto de renda de pessoa física, úlcera duodenal, vacina anti-rábica.

Do ponto de vista da forma, cabe destacar ainda os casos de unidades terminológicas aparentemente simples, mas cuja análise revela uma formação de origem complexa como são os casos de siglas, acrônimos, abreviaturas e formas abreviadas, todas elas formadas por processos de truncamento.

Levando em consideração a função que desempenham no discurso, as unidades terminológicas podem-se classificar em vários grupos gramaticais como: substantivos, adjetivos, verbos e advérbios. Os termos participam das mesmas categorias do léxico comum, e palavras eminentemente funcionais como preposições, conjunções, artigos e pronomes não têm caráter terminológico. Observa-se que a quantidade de substantivos presentes nos léxicos de especialidade é desproporcionalmente elevada se comparada com a quantidade de adjetivos e verbos.

Do ponto de vista do significado, as unidades terminológicas são classificadas conforme a classe de conceitos que denominam. Podemos estabelecer quatro grandes classes conceituais que são:

- objetos ou entidades – substantivos;
- processos, operações, ações – verbos, nominalização de verbos;
- propriedades, estados, qualidade – adjetivos;
- relações – adjetivos e verbos.

Considerando a procedência lingüística dos termos, CABRÉ (1983, p. 98) afirma que as unidades terminológicas podem ser criadas ou construídas por aplicação de regras do próprio código lingüístico, ou podem ser empréstimos. Entre os empréstimos podem-se distinguir os seguintes tipos:

- empréstimo procedente de fundo histórico greco-latino, normalmente chamado de cultismo;
- empréstimo procedente de outra língua atual, chamado propriamente de empréstimo;
- empréstimo procedente de outros dialetos geográficos ou sociais e outros registros temáticos da mesma língua, que não se costuma considerar empréstimo.

2.4.5 – Conceito

Retornando ao modelo de termo de Wüster, lembramos que o termo é a designação de um conceito. Não se trata do nome de cada objeto material ou não material existente. O que efetuamos é uma observação nos objetos existentes, formamos um conceito por meio de uma seleção das características relevantes e atribuímos um termo para designar esse conceito. Esse termo indica o conceito de uma classe de objetos e não objetos individuais.

Segundo ARNTZ e PICHT (1995, p. 63), a teoria de Wüster diz que “um conceito é aquilo que os homens detectam como o que existe em comum numa pluralidade de objetos e o utilizam como meio de ordenação de pensamento (concepção) e, portanto, para comunicação. O conceito é portanto uma unidade de pensamento.”

Conforme a norma ISO 704.1 – Terminologia, princípios e métodos, a partir da observação de objetos concretos, abstratos ou imaginários categorizamos esses objetos em construtos mentais ou unidades de pensamento denominados conceitos. Como em Terminologia estamos tratando de linguagem de especialidade de uma área do conhecimento, o conceito não é apenas uma unidade de pensamento, mas é também uma unidade de conhecimento.

Ao categorizarmos os objetos em construtos mentais, selecionamos propriedades neles percebidas. A análise das propriedades mais relevantes por meio do processo cognitivo de abstração nos leva às propriedades específicas desses objetos, o que nos conduz à formação de um conceito que define uma classe de objetos. Essas propriedades específicas do objeto são denominadas características, elementos conceituais ou elementos de conhecimento do mesmo.

Os conceitos podem ser gerais ou individuais. Se o conceito corresponde a um objeto único, o conceito é denominado individual, e geralmente é representado na língua por um nome próprio (por exemplo, Organização das Nações Unidas) ou por um símbolo. (ISOWD 704.1, 1996). Se o conceito expressa um conjunto de dois ou mais objetos, o conceito é denominado conceito geral e a designação desse conceito

corresponde a um termo. Exemplos: árvore, imposto de renda, etc. (ISOWD 704.1, 1996).

CABRÉ (1993, p. 196) afirma que a ISO/ R 1087 estabelece que as características de um conceito são cada uma das propriedades que o descrevem. As características são utilizadas para comparação, classificação e formulação da definição de conceitos e na formação de termos atribuídos aos conceitos (FELBER, 1984, p.117 – 118). Segundo FELBER, do ponto de vista prático as características podem ser classificadas em duas categorias:

- Características intrínsecas – que são inerentes, ligadas à descrição quanto a forma, tamanho, material, cor, etc. se for objeto material; em caso de objeto não material tipos de ação, de sentimento ou de procedimento.
- Características extrínsecas – são características externas ao objeto indicando finalidade, como aplicação, tipo de funcionamento, desempenho, localização e posicionamento na montagem. São extrínsecas também as características que indicam origem, como método de manufatura, descobridor, descritor, inventor, produtor, país de origem, fornecedor.

As características podem ser também equivalentes. São consideradas equivalentes as características que não obstante ao fato de serem diferentes podem ser substituídas uma pela outra sem alterar o significado global do termo em questão.

Ainda segundo Felber, as características devem ser apresentadas segundo a seguinte ordem de preferência:

- características intrínsecas – pelo fato de poderem ser averiguadas por uma inspeção.
- característica extrínseca de finalidade,
- característica extrínseca de origem.

Uma classe de objetos da realidade é conceitualizada por meio de um conjunto de características inter-relacionadas que formam o seu conceito. A descrição do conceito pode ser feita pela enumeração ordenada da característica mais geral à mais específica. Esse procedimento é denominado por CABRÉ (1993, p. 200) de descrição

por compreensão. E a descrição por extensão é a descrição de um conceito através de todas as suas possíveis realizações.

As propriedades dos conceitos descritas por FELBER (1984, p. 116) são:

- Intensão – que corresponde ao agregado de características de um conceito.
- Extensão – que corresponde ao agregado de todos os conceitos específicos subordinados, no mesmo nível de abstração. No caso de agregado de objetos individuais a extensão é denominada classe (FELBER, 1984, p.116).

Segundo ISO WD 704.1 (1996, p.10)

intensão e extensão – O conjunto de características que são agrupadas como uma unidade para formar o *conceito* é chamado de *intensão*. A *intensão* delimita o *conceito* estabelecendo os *objetos* que são admitidos para formar o conjunto. Os objetos considerados como um conjunto e conceitualizados em um *conceito* são conhecidos como *extensão*. Por exemplo, a *intensão* de ‘lápiz preto’ determina a *extensão*, ou seja, os *objetos* que são qualificados como lápis pretos.¹⁵

2.4.6 Sistema de Conceitos

Um sistema de conceitos de um campo temático corresponde aos conceitos individuais desse campo apresentados de forma estruturada, revelando-se as relações entre os referidos conceitos. A descrição de um conceito é efetuada através de sua intensão ou extensão. Ao analisarmos o agregado de características que descrevem os conceitos de um campo temático ou uma subsecção desse campo, temos condições que permitem relacionar os objetos individuais que esses conceitos representam.

Segundo CABRÉ (1993, p.181) “sistemas de conceitos, relativamente a uma determinada área de especialidade, correspondem a conceitos da referida área organizados em conjuntos estruturados configurando uma visão da realidade dessa área de atividade.” A organização desses conjuntos estruturados requer uma análise que permita hierarquizá-los através de comparações entre seus conceitos que revelarão as relações que mantêm entre si.

¹⁵ Itálicos no original.

Segundo FELBER (1984,p.120-130), Wüster classifica as relações entre os conceitos de um campo temático da seguinte forma:

- relações lógicas;
- relações ontológicas
- relações de efeito

2.4.6.1. Relações lógicas

As relações lógicas baseiam-se na similaridade entre os conceitos, ou seja, ao compararmos a intensão dos conceitos verificamos a existência de uma (ou mais) característica comum. As relações podem ser de quatro tipos basicamente:

a) Subordinação, ou relação vertical.

Ocorre quando um conceito A tem todas as características de outro B e pelo menos uma característica adicional. O conceito A é dito espécie de B, que é o gênero. Exemplo: Se o conceito B (gênero) for veículo, temos as seguintes possibilidades de A (espécie) se levarmos em conta o meio em que se locomove: marítimo, terrestre, aéreo. Podemos dizer então que aeronave mantém uma relação de subordinação em relação a veículo.

b) Coordenação, ou relação horizontal.

A relação é dita de coordenação ou horizontal quando os conceitos compartilham de todas as características de um conceito genérico e há pelo menos uma característica não coincidente que os faz diferente. No caso do exemplo acima, a relação entre embarcação marítima e aeronave seria de coordenação.

c) Diagonal

Quando duas espécies de um mesmo gênero não estão relacionadas nem por coordenação e nem por subordinação, dizemos que mantém uma relação diagonal. Voltando ao primeiro exemplo, se considerarmos os conceitos subordinados a aeronave, levando em conta se é de transporte de carga ou de passageiros, podemos dizer que embarcação marítima mantém uma relação diagonal com avião de carga.

d) Intersecção lógica

Quando dois conceitos, ao serem comparados, apresentarem intensões parcialmente idênticas, dizemos que elas mantêm uma relação de intersecção lógica, que é representada pelo símbolo gráfico X. Exemplo: ensino X instrução

Nem sempre comparamos apenas dois conceitos. Quando comparados três ou mais conceitos, no caso da relação de subordinação os conceitos formam uma série lógica vertical, e no caso de coordenação os conceitos forma uma série lógica horizontal.

2.4.6.2 Relações ontológicas

As relações ontológicas existem apenas entre objetos individuais, levando-se em conta a proximidade situacional dos objetos na realidade, ou seja, são caracterizadas pela contigüidade (justaposição) no espaço ou no tempo, ou pela conexão causa-efeito. A forma mais importante deste tipo de relação é a que relaciona o todo e suas partes denominada relação partitiva.

As relações partitivas entre dois conceitos podem ser:

a) Relação de subordinação partitiva.

Se um objeto individual A consiste das mesmas partes de outro B, contendo uma parte a mais, então A é considerado o inteiro e B parte. Exemplo: a relação de um automóvel e o seu motor.

b) Relação de coordenação partitiva

Se um objeto individual A e outro B representam parte de um inteiro C, mantêm uma relação de coordenação partitiva ou relação partitiva horizontal. Exemplo: motor do automóvel e assentos do automóvel em relação ao automóvel inteiro.

c) Relação de intersecção partitiva

Se dois objetos individuais comparados apresentarem partes comuns, essas partes em comum representam a intersecção dos objetos analisados. Exemplo: na ciência, química e biologia apresentam uma parte em comum, que é denominada bioquímica.

d) relação partitiva diagonal

Quando duas partes de um inteiro que não mantém nem relação de coordenação e nem de subordinação dizemos que sua relação é diagonal. Exemplo: do todo ciência: mecânica e biologia.

Quando comparamos três ou mais conceitos em relação às suas relações partitivas, podem ocorrer: apenas relação de coordenação, apenas relação de subordinação ou ambos os tipos simultaneamente.

A ligação partitiva consiste no processo de integração que vem a ser a criação de uma nova entidade através da reunião de dois ou mais objetos individuais. A ligação partitiva não combina os conceitos, mas os objetos individuais correspondentes a esses conceitos. Exemplo: A ligação partitiva entre homem e mulher cria a entidade casal humano.

Se a relação for de proximidade no tempo a relação é denominada relação de sucessão. Exemplo: tabela de sucessão de regras. Se a relação indicar diferentes estágios na produção de bens da matéria prima ao produto final, a relação é denominada relação material produto. Exemplo: madeira → cadeira

2.4.6.3 Relações de efeito

As relações de efeito são relações verticais que indicam a relação entre o conceito precedente e o sucessor. Podem ser de:

	Precedente	sucessor
a) Causalidade –	Causa	efeito
b) Instrumentação –	Ferramenta	instrumentação
c) Descendência –	Pai	filho

Na presente pesquisa estabeleceremos um sistema de conceitos desenvolvido a partir da intensão de cada conceito. Segundo CABRÉ (1993, p. 196) a ISO/R 1087 estabelece que as características de um conceito são cada uma das propriedades que a descrevem. E a expressão do conjunto de características de um conceito constitui a sua paráfrase ou definição.

2.4.7 – Definição

Ao elaborar uma definição é necessário que tenhamos em mente com que objetivo nos propomos a executar tal atividade. CABRÉ (1993, p. 208 – 209) distingue no plano teórico três tipos de definição que se diferenciam pelo fato de exprimir a mesma realidade vista por perspectivas diferentes. Se a definição é do tipo lingüístico, o objetivo é o signo lingüístico; se a definição é do tipo ontológico, o objetivo é a realidade; e se a definição for do tipo terminológico, o objetivo é o conceito nocional de um campo de especialidade. E é de Cabré a afirmação de que a definição do tipo terminológico é uma fórmula lingüística que se propõe a descrever o conceito representado por uma denominação – o termo – em relação exclusiva a um domínio de especialidade.

FELBER (1984, p. 160) afirma que a definição é a chave de qualquer trabalho científico e que “a definição é uma descrição de um conceito por meio de outros conceitos conhecidos, na maioria das vezes em forma de palavras e termos. Ela determina a posição desse conceito num sistema de outros conceitos relacionados.” Afirma também o autor que se a descrição do conceito não considerar sua posição num sistema de conceitos, então não é uma definição, mas uma explicação.

Segundo SAGER (1993, p.68) “a definição, como produto, é uma descrição lingüística de um conceito, baseada em uma lista de características (intensão) que transmite o significado do conceito.”

Podemos, então, afirmar que uma definição do tipo terminológico é uma declaração, uma forma lingüística, que se propõe a descrever um conceito representado por uma denominação por meio de suas características, que virão a determinar a posição que ele ocupa num sistema de conceitos. Trata-se de uma definição que só é aplicável a um campo temático, podendo ser tão restrita quanto esse campo permita. Ela é somente uma parte da especificação contida num registro semântico, não havendo necessidade de ser nem exaustiva nem auto-suficiente.

Segundo SAGER (1993, p. 75), a definição é analítica se relaciona um termo ao seu superordenado e também pode incluir os termos coordenados. A definição é sintética se identifica a posição de um conceito em um sistema de relações e menciona

os termos subordinados; e a definição é denotativa se simplesmente enumera todos os termos subordinados, envolvendo assim a extensão de um termo.

2.4.7.1 Necessidade da definição em Terminologia

Em Terminologia, segundo SAGER (1993, p.79), a definição de um termo (unidade terminológica) é necessária para:

- colocar o termo em seu lugar adequado dentro da estrutura de conhecimento;
- fixar o significado especializado do termo;
- oferecer ao usuário não especializado, certo grau de compreensão de um termo (esse tipo de definição denominamos enciclopédico).

Essas necessidades levam a concluir que uma definição do tipo terminológico “deve concentrar-se nas características essenciais que um conceito tem em comum com os outros e aqueles que o diferenciam dos demais, ou seja, a relação indica o tipo de vínculo que um conceito tem os outros conceitos do sistema.” (SAGER, 1993, p. 84).

2.4.7.2 Definição terminológica e suas relações

Inicialmente, analisaremos as diferenças entre conceituar e definir segundo BARBOSA (2004,p.59)

Conceituar é o processo de construção de um modelo mental que corresponde a um recorte cultural e, em seguida, de escolha / engendramento da estrutura léxica que pode manifestá-lo de maneira mais eficaz. Tal processo tem como ponto de partida u universo natural. Definir é o processo de analisar e descrever o semema lingüístico, para reconstruir o modelo mental: o seu ponto de partida é a estrutura lingüística manifestada.

Ou seja, ainda segundo Maria Aparecida BARBOSA (2004, p. 59) “ ...conceito é o resultado de uma interpretação de fatos naturais e/ou culturais, enquanto a definição é o resultado de uma interpretação de unidades lexicais.”

As definições terminológicas podem estar relacionadas com o campo do contexto, no sentido de que o contexto pode conter termos ou expressões que

apareçam na definição, ou que possam facilitar uma definição mediante uma implicação ou exemplo. Segundo SAGER (1993, p. 81), na prática, as definições já existentes em outros campos podem ser consideradas como referência, pois são definições que têm um estado reconhecido, portanto podendo ser utilizadas. Entretanto, existem termos que necessitam de definições terminológicas para que se possam estabelecer relações com outros termos dentro da estrutura de conhecimento, de forma a produzir critérios de diferenciação e qualificação em relações horizontais e diagonais.

2.4.7.3 Princípios para definição de conceitos

Ao elaborarmos a definição de conceitos, devemos ter em mente, segundo FELBER (1984, pg. 165 – 166) os seguintes fatos:

- a definição é um recurso para a seleção de um termo;
- a definição depende de um sistema de conceitos selecionado;
- a definição deve fixar a posição do conceito dado no sistema de conceitos e ser formulada levando em consideração sua consistência em relação a outras definições do sistema considerado;
- todos os conceitos utilizados em uma definição devem ter sido definidos em publicações confiáveis e delas fazer referência;
- é preciso evitar definições circulares, ou seja, um termo não deve ser definido com auxílio de um segundo termo cuja definição tenha sido elaborada com a utilização do primeiro termo;
- é necessário atentar para a abrangência das definições – algumas definições são limitadas de forma que são aplicáveis apenas a um número limitado de casos, nesse caso, lembrar sempre de explicitar esse fato;
- a definição deve ser precisa – o uso prático dos termos deve indicar o grau de precisão, que não é aumentado pelo mero recurso de acrescentar mais detalhes, mas pelo uso da linguagem específica pertinente;
- a definição de um conceito deve ser o mais concisa possível.

Outros requisitos que devem ser cumpridos pela definição terminológica são enunciados por ARNTZ e PICHT (1995, p. 96) como se segue:

- Emprego unificado de termos – sendo a definição um predicado verbal, para explicar um conceito novo ou totalmente desconhecido é necessário forçosamente apoiar-se em referências (denominações) já conhecidas ou explicadas. Por isso, na medida do possível, as definições deverão utilizar termos existentes e definidos no mesmo sistema. Também se deve manter a mesma denominação para um mesmo conceito. Ainda que o emprego de sinônimos possivelmente melhore o estilo de uma definição, ele pode prejudicar notadamente sua compreensão.
- Adequação segundo a finalidade e o âmbito de vigência – como uma definição pode perseguir distintas finalidades, um conceito pode estar adequadamente definido num livro texto para bacharelados, sem que de forma alguma satisfaça um cientista da área. É importante, também, que as definições considerem as necessidades específicas de uma área determinada. Isso quer dizer que as características incluídas em uma definição devem ser expressas essencialmente a partir do ponto de vista da área especializada em questão. Frequentemente nas definições só é possível indicar parte das características, para que se as compreendam é necessário assinalar seu âmbito de vigência. A seleção das características deve fazer patente a ordenação seguida dentro do sistema de conceitos correspondente.
- Atualização de caráter regular - Uma vez que o conhecimento humano encontra-se em contínua evolução, uma definição só pode ter validade enquanto suas características se mantiverem inalteradas. A mudança de uma característica ou de um conceito subordinado conduz à mudança do conceito, que requer uma nova definição. Para o trabalho terminológico prático, isso significa a necessidade de controlar e atualizar periodicamente as compilações terminológicas.

2.4.7.4 Categorização das definições

As definições terminológicas são categorizadas, de acordo com FELBER (1984, p. 160 – 163), segundo a sua finalidade e o tipo de ligação que o seu conceito correspondente mantém em seu sistema.

De acordo com a finalidade podem ser:

- descritiva – uma definição descritiva expressa que significado tem o termo;
- prescritiva – uma definição prescritiva expressa que significado deve ter um termo.

Levando em consideração o tipo de ligação entre os conceitos temos:

- definição por intensão – é uma definição elaborada a partir da especificação das características do conceito, ou seja, a partir da descrição de sua intensão. Deve-se procurar o conceito genérico mais próximo que ou já foi definido ou pode-se esperar que seja amplamente conhecido, não um conceito genérico de um nível mais alto de abstração, de forma que possa considerar o primeiro conceito como espécie do segundo. Pode-se dizer que a conexão entre os dois conceitos é de determinação.
- definição por extensão – consiste na enumeração de todas as espécies do mesmo nível de abstração, ou de todos os objetos individuais pertencentes ao conceito definido. Trata-se de uma expressão lingüística extensiva de uma conexão de conceitos que é o resultado de uma conjunção, ou seja uma integração das intensões de dos dois conceitos membros, sendo o conceito resultante a próxima espécie comum aos dois. Exemplo: avião anfíbio, que é um avião ao mesmo tempo terrestre e hidroplano. Pode-se obter uma definição por extensão através da disjunção de conceitos a partir da integração das extensões de dois conceitos membros. Exemplo: a partir dos conceitos de menino e menina obtemos o conceito de criança.

Devido ao desenvolvimento da ciência que faz surgir novas espécies adicionais a um determinado gênero, uma definição por extensão nunca será exaustiva. Entretanto, é muito útil para completar uma definição por intensão por ser de compreensão mais fácil.

2.4.8 Equivalência na Comparação de Termos em Línguas Diferentes

A comparação de termos em línguas diferentes tem como condição prévia a sua equivalência, que é definida por ARNTZ e PICHT (1995, p. 32) como a existência de uma ampla concordância conceitual entre os termos. A grande dificuldade para o trabalho terminológico multilíngüe está no fato de que em cada língua, freqüentemente, a classificação conceitual da realidade é efetuada de forma diferente. Esse é um fenômeno comumente encontrado na linguagem comum, sendo um caso especialmente ilustrativo o das palavras que indicam cor. As dificuldades ficam maiores se os conceitos passam do âmbito do concreto para o abstrato.

Se considerarmos que em linguagem de especialidade as definições são elaboradas a partir das características dos conceitos e que um termo só pode ser concebido inserido dentro de um sistema, faz-se necessário elaborar os sistemas de conceitos nas duas línguas em separado, para em seguida fazer uma comparação.

Em princípio, dois termos são considerados equivalentes quando há identidade conceitual, que é mais facilmente detectada se tivermos os sistemas de conceitos numa representação gráfica, pois serão considerados equivalentes se ocuparem a mesma posição em seus respectivos sistemas. Essa apreciação é feita normalmente através da definição dos conceitos, o que, entretanto, apresenta dificuldades advindas da diversidade de estruturas, ou então, do fato de alguns conceitos significativos do ponto de vista terminológico não possuírem definição.

Na elaboração de um sistema bilíngüe é com freqüência que encontramos “vazios terminológicos” indicando que em uma das línguas não existe um termo documentado na literatura de especialidade correspondente. Neste caso poderá ser colocada uma tradução em caixa alta, com a ressalva que poderá ser substituída por uma denominação mais apropriada.

Em relação a empréstimos, BARBOSA (1996,p.175) considera esse fato um dos processos da formação da palavra neológica ao afirmar:

“O neologismo pode decorrer da importação de um termo que pertença a outro sistema lingüístico.” Tais empréstimos podem ser distinguidos como empréstimo interno e externo de palavras. Sendo empréstimo interno aquele que ocorre entre

vocabulários regionais, entre vocabulários profissionais ou ainda entre vocabulários profissionais e o vocabulário geral; e empréstimo externo de que ocorre entre um sistema lingüístico para outro.

Tanto em relação a empréstimos internos como externos BARBOSA (1996, p.290 – 291) diz:

...é lícito falar-se em criação lingüística, pois cada norma regional, ou cada norma de universo de discurso, assim como cada sistema lingüístico tem, respectivamente a sua *visão de mundo* e as estruturas lingüísticas que lhe correspondem.

Ora, ao adotar um novo termo, uma região, uma classe social, um grupo profissional ou uma comunidade nacional está adotando, ao mesmo tempo, um novo recorte e o seu correspondente lingüístico. Tem-se, pois, em suma, uma palavra nova na língua, embora não se trate da criação de um signo e sim da adoção de uma palavra.

Na verdade, a neologia por empréstimo não consiste na criação do signo, mas na sua adoção, visto que não é o locutor que toma emprestado o termo, que realiza a criação – que consiste, esta, na atribuição consciente de um conteúdo de significação ao segmento lingüístico (um significado a um significante) – ou que avaliza essa criação, acolhendo-a e interpretando-a de acordo com a motivação que resulta da relação entre os seus elementos; ele recebe essa criação como um fato consumado...

Em linguagem de especialidade, muitas vezes admitimos a necessidade de empréstimos, pois, como afirma ALVES (1995, p. 319):

Referindo-se ao empréstimo externo, o neólogo e terminólogo francês Louis Guilbert afirmou, reiteradas vezes, que a transferência de tecnologia faz-se acompanhar, muito freqüentemente, de uma transferência de terminologia. Na verdade, sabem todos os que estudam as línguas de especialidade que o termo estrangeiro introduz-se e, muitas vezes, instala-se em outro sistema lingüístico, seguindo a tecnologia, o objeto criado ...

A adoção do empréstimo é realizada por etapas. Considera-se como situação do empréstimo desde o momento em que se introduz o conceito e o seu correspondente lingüístico. O termo na primeira fase de sua instalação é denominado peregrinismo. Se o termo permanece inalterado, mesmo com alta freqüência de atualização constitui um xenismo – um termo estrangeiro que permanece sempre estrangeiro. O peregrinismo é considerado um empréstimo se houver adoção pela integração e generalização,

alcançando o termo alta frequência de uso a ponto de não mais ser sentido como estrangeiro.

A ISO WD 704.1 (1996, p.38) afirma que o empréstimo translingual pode ser feito nas formas:

Empréstimo direto – termos existentes são freqüentemente adotados de uma língua para outra se não existir nenhum termo corrente para o conceito na segunda língua. O termo emprestado pode ter uma pronúncia, ortografia ou inflexão diferente na língua de destino.

(...)

Empréstimo de tradução literal – é o processo pelo qual os elementos morfológicos de um termo estrangeiro são traduzidos para formar um novo termo.

2.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO

A Análise de Conteúdo é um conjunto de técnicas de pesquisa do campo da comunicação social que leva a uma interpretação controlada do objeto investigado. Nasceu da necessidade de desvendar e interpretar textos, sendo muito utilizada durante a segunda guerra mundial.

2.5.1 Desenvolvimento da Análise de Conteúdo

No início do século XX, invocando rigor científico para analisar principalmente material jornalístico da época, teve início na Escola de Jornalismo da Columbia, Estados Unidos, um tipo de procedimento de análise que se fazia contando o número de palavras, a frequência de determinadas palavras no artigo, o tamanho da letra, a localização no jornal, etc.

Nos anos 40-50 essa prática tem um desenvolvimento muito grande, havendo sistematização das regras, e havendo grande importância dada à análise estatística devido à preocupação com a objetividade.

No fim dos anos 50 a análise de conteúdo não é considerada apenas pelo seu alcance descritivo, mas nota-se que o resultado estatístico permitia inferir não só as condições de produção, mas também possibilitava inferir sobre os possíveis efeitos causados pelo discurso.

Dos anos 60 em diante, o desenvolvimento dos programas de informática a serviço da análise de conteúdo fazem com que a preparação dos textos a serem analisados passem por processos mais rigorosos, mas que permite ampliar o campo do uso deste método de pesquisa. Neste período a análise de conteúdo sofre influência externa da lingüística e da semiologia (que trata de signos não lingüísticos).

2.5.2 Definição

Segundo BERELSON (apud BARDIN, 1977, p.17) “A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a criação objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação.” BARDIN (1977, p. 31) explica: “A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será o único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.” Comunicações essas consideradas como sendo “...qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor controlado ou não por este, deveria poder ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.”

2.5.3 Procedimento

Segundo BARDIN (1977, p.95) o desenvolvimento de uma análise de conteúdo de comunicação consta das seguintes fases:

- a pré - análise;
- a exploração do material
- o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

2.5.3.1 Pré-Análise

Corresponde à fase de organização das operações desenvolvidas com o objetivo de organizar a seqüência de ações que permite constituir um *corpus* que deverá ser submetido à investigação. Segundo BARDIN (1997,p.96) “O *corpus* é o conjunto dos

documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras.”

A escolha dos documentos depende dos objetivos, por outro lado os objetivos dependem dos documentos disponíveis. Antes de se iniciarem as atividades acima há necessidade de se conhecer os documentos disponíveis para análise, reconhecimento que é realizado através da leitura, que pouco a pouco vai se tornando mais precisa à medida em que se percebem as hipóteses que poderão ser criadas, as técnicas de análise que poderão ser utilizadas. Esta leitura é conhecida como leitura flutuante.

Existem duas formas de escolha de documentos:

- o universo de documentos de análise pode ser determinado a priori quando o objetivo é analisar um documento pré determinado, ou
- com um objetivo pré determinado selecionar documentos que permitam fornecer as informações necessárias.

As principais regras para a constituição do corpus são (BARDIN, 1997, p. 97 – 98):

- Regra da exaustividade:
uma vez definido o campo do corpus, não se deve deixar de lado nenhum documento. Por exemplo, se o campo do corpus for respostas de um questionário não se deve deixar de fora nenhum questionário. Ou seja, nada deve ser deixado de ser considerado, isto consiste na regra da não-seletividade.
- Regra de representatividade:
pode-se realizar a análise através de uma amostra e generalizar os resultados obtidos para o universo todo. Entretanto, é necessário levar-se em conta se a amostra é representativa do universo inicial. Nem todo material permite a escolha de uma amostragem para análise.
- regra da homogeneidade:
os documentos que constituem o corpus devem obedecer a critérios precisos de escolha. Por exemplo, se os documentos forem entrevistas, devem ser

sempre sobre um mesmo tema, obtido em circunstâncias semelhantes, realizadas por indivíduos semelhantes.

- regra da pertinência:

os documentos devem ser adequados enquanto fonte de informação.

Na pré-análise, após se definir o *corpus* é necessário que se faça a escolha dos índices. São considerados índices as palavras chaves, temas, sentenças contidas no documento a ser analisado, que poderão validar ou invalidar as hipóteses levantadas. Uma vez determinados os índices é necessário codificá-los.

“A codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (HOLSTI apud BARDIN, 1977, p. 103)

A organização da codificação se faz pela:

- a. escolha das unidades – o recorte
- b. escolha das regras de contagem – a enumeração
- c. escolha das categorias – a classificação e agregação

a – Escolha das unidades (de registro e de contexto) – o recorte (a divisão)

O que é unidade de registro? “É a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem freqüencial. A unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis.” (BARDIN, 1977, p. 104)

São unidades de registro mais utilizadas: a palavra (palavra-chave); o tema que segundo BERELSON (apud BARDIN, 1997, p. 104) “...é uma afirmação acerca de um assunto”; o objeto ou referente, que corresponde ao tema ao redor do qual o discurso se organiza. Exemplo: numa pesquisa sobre o ensino de língua estrangeira no DF, a organização curricular das escolas; numa obra de ficção, o personagem; no caso de relatos ou narrações, o acontecimento, que é uma unidade de ação; em se tratando de uma análise rápida um filme, um artigo, etc. pode ser tomado o documento como unidade de registro, desde que a idéia dominante encontrada no documento seja suficiente para alcançar o objetivo previsto.

b – Escolha das regras de contagem – a enumeração

A unidade de registro vista anteriormente consiste no objeto que será contado. As regras que aqui são apresentadas, denominadas regras de enumeração, correspondem ao modo de se fazer a contagem de tais registros. Existem diversos tipos de enumeração: enumeração por presença (ou ausência); enumeração por frequência; enumeração por frequência ponderada; enumeração por intensidade, que depende da modalidade de expressão de cada unidade de registro apresentada conforme a intensidade (semântica) de uma palavra (exemplo: estar em desacordo, reprovar, depreciar, rejeitar todas as indicam não aprovação mas em intensidade diferente); direção, que recorre do estudo da frequência a partir do qual podemos representar os resultados em forma de perfis que podem ser favoráveis, desfavoráveis ou neutros se o estudo for de aceitação de algo; ordem, que se observa devido à seqüência em que surgem as unidades de registro, pode ser um índice pertinente se o documento analisado for uma entrevista ou relato.

c – Escolha das categorias - categorização

Segundo BARDIN (1977, p. 117) :

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamentos segundo o gênero, com os critérios previamente definidos. As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos.

A categorização tem por objetivo fornecer uma representação simplificada, através de elaboração de resumos ao essencial dos dados brutos. Para isso se fazem:

- um inventário – isola os elementos;
- uma classificação – reparte os elementos conforme seu interesse

A categorização pode ser efetuada de duas formas:

- é dado um sistema de categorias e os elementos são separados conforme vão sendo encontrados, ou,
- não é fornecido um sistema de categorias e as palavras sofrem uma classificação analógica (agrupadas pela afinidade de sentido).

Segundo BARDIN (1977:122), um conjunto de categorias será considerado bom se apresentar as seguintes qualificações:

- exclusão mútua – “cada elemento não pode existir em mais de uma divisão.”
- homogeneidade – a categorização deve ser organizada a partir de um único princípio de classificação. “Num mesmo conjunto categorial, só se pode funcionar com um registro e com uma dimensão da análise.”
- pertinência – “O sistema de categorias deve refletir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens.”
- objetividade e fidelidade – “As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises.”
- produtividade – “Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos.”

Na maioria dos casos é necessário que se crie a **grelha categorial (conjunto de categorias)** para a sua análise. Entretanto, as grelhas utilizadas por pesquisadores anteriormente podem servir de inspiração. BARDIN (1977, p.153) afirma ser a análise por categorias cronologicamente a mais antiga e na prática a mais usada, pois “...funciona por operações de desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.”

2.5.3.2 Exploração do Material

A exploração do material será efetuada de forma ordenada e com cientificidade se todos os passos da pré-análise estiverem bem definidos, sendo suficiente a aplicação sistemática das decisões tomadas. Nessa fase, quer o processo seja manual ou através de computadores é importante que se tenha em mente sempre os objetivos da pesquisa para que a coleta de dados seja feita de forma objetiva, precisa e produtiva.

2.5.3.3 Tratamento dos Resultados

Nesta fase, segundo BARDIN (1977, p. 101):

Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos («falantes») e válidos. Operações estatísticas simples (percentagens), ou mais complexas (análise factorial), permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas, figuras e modelos, os quais condensam o põem em relevo as informações fornecidas pela análise. Para um maior rigor, estes resultados são submetidos a provas estatísticas, assim como a testes de validação.

Tendo em mãos tais resultados é possível ao pesquisador:

- propor inferências a propósito dos objetivos previstos,
- expor descobertas inesperadas;
- fazer inferências que podem servir de base para uma outra análise, que pode ser baseada em novas dimensões teóricas ou praticada com técnica diferente.

2.5.4 A Análise de Conteúdo, a Terminologia e a Lingüística Aplicada

A utilização dos procedimentos da Análise de Conteúdo em documentos considerados textos especializados pode conduzir a uma análise das unidades terminológicas do documento examinado. Segundo BARDIN (1977, p.119), “A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos.” O procedimento da categorização permite determinar as relações conceituais entre as unidades terminológicas do documento examinado, de forma objetiva sem introduzir desvios, é importante instrumento para a Terminologia.

É claro o potencial do uso da Análise de Conteúdo na Lingüística Aplicada. Ela é um instrumento muito útil como procedimento de pesquisa, conforme afirma ARAUJO NETO (2005, p. 42): “A Análise de Conteúdo tem grandes possibilidades de utilização no campo da Lingüística Aplicada, particularmente na sistematização de dados obtidos com perguntas abertas em questionários e entrevistas, (...) Além de poder ser utilizada em qualquer discurso ou suporte ...”

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza fundamentos da Terminologia e de Análise de Conteúdo para coletar e ordenar os dados. A organização das unidades terminológicas da linguagem de especialidade do ensino da escrita japonesa em conjuntos estruturados representará a realidade dessa área de ensino, o que nos permitirá uma visão global sobre a mesma.

A seguir descrevem-se os passos adotados na pesquisa.

3.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Foi realizado um levantamento bibliográfico a partir da análise de obras pertencentes ao acervo da área de Japonês do Departamento de Letras e Tradução da Universidade de Brasília, da Associação de Estudos da Língua Japonesa de Brasília e biblioteca pessoal. O corpus foi determinado seguindo os passos indicados pela Análise de Conteúdo em textos especializados da seguinte forma:

3.1.1 Primeira Etapa

Na primeira etapa, a escolha foi determinada a partir da verificação de características facilmente identificáveis de cada obra como título, autor, data de publicação e sumário, sendo selecionados documentos cuja abrangência e relevância de conteúdo fosse importante para a presente pesquisa.

3.1.2 Segunda Etapa

Numa segunda etapa, selecionamos as seguintes obras por tratarem especificamente de escrita japonesa e seu ensino:

- KOIZUMI, T. *Nihongo seishohô*. Tóquio: Daishuukanshoten, 1996, 456p.
- NAGANO, T. *Nihongo hyougen'hô*. Tóquio: Tamagawadaigaku Shuppanbu, 2001, 208p

- OKI, H. **Yasashii nihongo shidô 7 moji/hyôki**. Tóquio: Kokusai Nihongo Kenshûkyôkai. 1999, 108p.
- SATO, K. (org) **Kanjikôza**. Tóquio: Meijishoten, 1988, 329p.
- TAKAGI, H. **Nihongono mojihyôki nyûmon**. 4.ed. Tóquio: Babel Press, 2003. 153p.
- TAKEBE, Y. **Mojihyôki to nihongokyôiku**. Tóquio: Bonjinsha, 1991, 410p.
- TAKEBE, Y. **Kanjino oshiekata**. Tóquio: ALC Kabushikigaisha, 1989, 238p.
- TOMITA, T; SANADA, K. **Hyôki**. Tóquio: Bonjinsha, 1988: 318p.
- TOMITA, T.; SANADA, K. **Shin hyôki**. Tóquio: Bonjinsha, 1997, 287p.

3.2 ESTABELECIMENTO DO CORPUS

A escolha das obras que compuseram o corpus foi realizada com a utilização do seguinte procedimento:

- **leitura flutuante**¹⁶ - para conhecer cada obra acima discriminada, extraíndo uma idéia geral de seu conteúdo;
- **seleção de obras** – as obras foram selecionadas levando-se em consideração:
 - ❖ a **caracterização do autor**: um especialista em ensino de língua japonesa;
 - ❖ **finalidade**: textos escritos com a finalidade de esclarecer quais as características do ensino da escrita japonesa;
 - ❖ **elaboração do texto**: com informações relevantes e mais recentes possíveis sobre o assunto.

O corpus final acabou se reduzindo a textos dos autores **Oki** e **Takagi**, pois trazem de forma clara, precisa e concisa os fundamentos básicos da escrita japonesa, o seu uso regido pela norma atual e o seu ensino.

¹⁶ leitura flutuante – denominação por analogia com a atitude de um psicanalista. Trata-se de uma atividade que consiste em estabelecer contato com o documento a analisar, extraíndo a idéia geral do texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. (BARDIN, 1977).

Uma vez selecionadas as obras que compõem o corpus, foram realizadas leituras pormenorizadas de cada uma, de forma a possibilitar a coleta de dados, através do método de indexação, cuja qualidade pode ser verificada através de critérios que permitem analisar a:

- **exaustividade** – verificando se os conceitos tratados nos documentos estão bem representados;
- **seletividade** – verificando se as informações coletadas são apenas aquelas que interessam para alcançar os objetivos propostos;
- **especificidade** – verificando se os termos coletados traduzem, da forma mais precisa possível, o conteúdo das obras examinadas (Sendo os termos coletados nem muito gerais e nem muito específicos em relação às noções expressas nas obras);
- **uniformidade** – verificando se os termos coletados nas obras descrevem um mesmo assunto da mesma forma.

A seguir passaremos a descrever os instrumentos utilizados para a coleta de dados, que no nosso caso são as unidades terminológicas da linguagem de especialidade do ensino da escrita japonesa.

3.3 COLETA DE DADOS

A coleta das unidades terminológicas foi realizada após se estabelecerem critérios para definir quais informações seriam relevantes para a pesquisa. A coleta não se restringiu à unidade terminológica, mas também, às informações referentes à sua definição. As informações foram registradas em ficha própria, denominada Ficha Terminológica de Coleta, descrita em seguida.

3.3.1 Ficha Terminológica de Coleta

Trata-se de uma ficha que consta de vários campos, tantos quanto forem necessários para coletar todas as informações relevantes e necessárias que o texto permita extrair, dados esses necessários para a execução da pesquisa.

A ficha de coleta elaborada para a presente pesquisa possui os seguintes campos:

- 1 – Unidade terminológica de entrada, coletada em língua japonesa;
- 2 – Número da ficha de coleta;
- 3 – Fonte da coleta;
- 4 – Sinônimo;
- 5 – Hipônimo;
- 6 – Hiperônimo;
- 7 – Equivalente em inglês;
- 8 – Definição;
- 9 – Contexto¹⁷;
- 10 – Observações;

3.3.2 Registro na Ficha de Coleta

A coleta das unidades terminológicas foi efetuada na língua de origem dos dados – língua japonesa, procurando-se preencher todos os campos da ficha terminológica de coleta, através de leitura exaustiva do texto, selecionando-se as palavras chaves de cada tópico examinado. Caso houvesse informações simultâneas de definição e inclusão do termo em um contexto pertinente que auxiliasse a definição, foram coletadas essas duas informações. As informações quanto à origem dos dados estão indicadas no campo de registro das mesmas. O corpus examinado na pesquisa terminológica compõe-se das obras:

- OKI, H. **Yasashii nihongo shidô 7 moji/hyôki**. Tóquio: Kokusai Nihongo Kenshûkyôkai. 1999, 108p.
- TAKAGI, H. **Nihongono mojihyôki nyûmon**. 4.ed. Tóquio: Babel Press, 2003. 153p.

¹⁷ Tanto em relação à definição como contexto, a fonte e a página de onde foi coletada está inserida junto ao texto correspondente.

Utilizando-se a ficha de coleta elaborada com os campos discriminados no item anterior, foram coletadas unidades terminológicas e dados relativos às mesmas conforme o exemplo abaixo.

FIGURA 6 – EXEMPLO DE UMA FICHA DE COLETA

FICHA TERMINOLÓGICA DE COLETA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 文字	No. 001
Fonte da coleta Fonte 1 – TAKAGI,Hiroko. <i>Nihongono moji-hyôki nyûmon</i> .Tokyo. Babel Press,2003.153p.	
Hipônimo(s)	Hiperônimo(s) 日本語教育の表記
Sinônimo	Equivalente em inglês
Definição Fonte 1 – pg 6 文字は、情報・思想面から文化などを保存、伝達、表現するための仲介をなす特殊な記号やシンボルで、音声を視覚的にとらえるかたちに造形化・体系化したもの。 文字は、機能面から論じた場合、口から発せられた消えやすい音声言語を写しどり、記録し、固定化するシステムです。ですから、文字は口から発せられることばを対応関係にあることが必須条件です。	

3.4 ELABORAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

O fato do corpus estar apresentado em língua japonesa e da coleta de dados ter sido feita,conseqüentemente, nessa língua tornou necessária a tradução e elaboração das informações em português. Com a finalidade de organizar os dados coletados em língua portuguesa, preparamos uma ficha onde esses dados foram registrados, denominando-a ficha terminológica de elaboração.

A principal dificuldade encontrada na elaboração dos dados coletados em língua portuguesa foi encontrar a denominação equivalente em português de um conceito denominado em língua japonesa. Pois nem sempre existe uma mesma realidade, principalmente quando o objeto é o estudo de um aspecto da língua que nem sempre existe em outra língua, e muitas vezes culturas diferentes classificam a mesma

realidade de forma diferente. A tradução, então, representa um processo de transferência de informação entre duas línguas com sistemas de expressão diferentes integradas cada uma delas a sistemas culturais específicos e muito diferentes. Neste ponto, gostaria de lembrar que a pesquisa trata do ensino do sistema de escrita que é típico da língua japonesa, completamente diferente daquele que utilizamos no sistema de escrita alfabética.

Em nossa pesquisa, a terminologia é relevante na prática da procura da equivalência pois:

- tratam-se de unidades terminológicas e fraseológicas próprias da área de conhecimento especializado pesquisado;
- sendo um texto especializado preciso, há um grande número de unidades terminológicas contidas no mesmo.

Durante a procura da equivalência entre a unidade terminológica coletada em língua japonesa e o seu correspondente em língua portuguesa, nos deparamos com as seguintes situações:

- a documentação especializada como dicionários especializados bilíngües (japonês-português) é praticamente inexistente;
- não dispomos, na língua de chegada, de informações das unidades terminológicas de partida adequadamente descritos;

Os fatos acima descritos, fizeram com que procurássemos por empréstimos em tradução literal para denominar conceitos típicos da escrita japonesa, baseando-nos no pensamento de Guilbert (vide item 2.4.8), que afirma que a transferência de conhecimento vem acompanhada muitas vezes de uma transferência de terminologia.

As denominações elaboradas e adotadas como equivalentes a partir de empréstimos diretos e/ou tradução literal foram analisadas por especialistas, sendo adotada aquela considerada mais adequada pela maioria do grupo de consulta.

Todas as informações obtidas através de consultas a obras de referência foram registradas em ficha própria denominada Ficha Terminológica de Elaboração em campo próprio que foi denominado Considerações.

A seção a seguir descreve a Ficha Terminológica de Elaboração e apresenta dois exemplos.

3.4.1 Ficha Terminológica de Elaboração

A Ficha Terminológica de Elaboração foi construída contendo campos que permitissem registrar as seguintes informações:

- 1 – unidade terminológica coletada transcrita em alfabeto romano.
- 2 – o número da ficha de elaboração, que deve coincidir com o número da ficha de coleta.
- 3 – equivalente, em língua vernácula, à unidade terminológica coletada.
- 4 – empréstimo direto em língua japonesa transcrito em alfabeto latino, no caso de impossibilidade de se encontrar um equivalente apropriado; ou empréstimo por tradução literal conforme ISO WD 704.1, p.38: “O empréstimo direto será utilizado no caso da denominação por tradução literal se transformar em uma explicação muito longa.”
- 5 – todos os demais itens constantes na ficha de coleta foram traduzidos para o português, exceto o campo equivalente em inglês. A partir da tradução da definição ou contexto coletado; foi criado um texto em português condensando a informação, ou foi mantido o original caso fosse curto.
- 6 – O campo “considerações” da ficha de elaboração traz as justificativas para a adoção de determinadas terminologias como equivalente e indicação das fontes que tornaram possível adotar tais denominações. Pode haver também complementação de informação relevante para efetivar a definição da unidade terminológica considerada, obtida através de consultas a obras de referência.

A seguir apresentamos exemplos de ficha terminológica de elaboração para ilustrar a explicação acima.

FIGURA 7 – EXEMPLOS DE FICHA TERMINOLÓGICA DE ELABORAÇÃO
PREENCHIDA

FICHA TERMINOLÓGICA DE ELABORAÇÃO
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade Terminológica (UT) de coleta: <i>Moji</i>		No. 001
UT equivalente no vernáculo Grafema	UT de empréstimo	
Hipônimo(s) Grafema semântico, Grafema fonético, Sinais gráficos	Hiperônimo(s) Ensino da escrita	
Sinônimo(s)	Equivalente(s) em inglês	
Categorização Grafema		
<p>Tradução da definição</p> <p>O grafema é um sinal ou símbolo especial que serve de intermediário para preservar, transmitir e expressar a cultura através das informações e idéias, transformando em forma visível a linguagem verbal modelando-a e sistematizando-a.</p>		
<p>Considerações</p> <p>Os dicionários japônês – português trazem o vocábulo <i>moji</i> equivalente ao vocábulo letra. Entretanto, preferimos utilizar grafema pois segundo HOUAISS (2001,p.1472) grafema indica unidade de um sistema de escrita que, na escrita alfabética, corresponde às letras (e também a outros sinais distintivos, como hífen, o til, sinais de pontuação, os números, etc.) e na escrita ideográfica corresponde aos ideogramas.</p> <p>DUBOIS, J et al (1973,p.41,313,360) considera grafema – um elemento abstrato de um sistema de escrita que se realiza por formas chamadas alografes (na escrita, o alografe é a representação concreta ou uma das representações concretas do grafema elemento abstrato). E letra – termo geral empregado para designar cada um dos elementos gráficos de que é constituído um alfabeto e que são utilizadas nas escritas alfabéticas.</p> <p>CRYSTAL,D. (2000, p.128) diz” grafema – a unidade mínima contrastiva no sistema de escrita de uma língua.”</p> <p>As definições acima nos levaram a considerar grafema como elemento do vernáculo que é mais adequado como equivalente para <i>moji</i>.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DE ELABORAÇÃO
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade Terminológica (UT) de coleta: <i>tenchû</i>		No. 067
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Composição por sinédoque	
Hipônimo	Hiperônimo <i>Rikusho</i>	

Sinônimo	Equivalente em inglês
Categorização Grafema	
Tradução da definição Fonte 1 – p. 52 <i>Tenchû</i> corresponde a fazer o uso do ideograma correspondendo ao novo significado. Pode-se afirmar que se uma mudança no significado do ideograma, através de uma associação de idéias. Trata-se do uso do ideograma fazendo uma interpretação ampliada do significado que já possui. Fonte 2 – p. 15 O ideograma [longo,comprido] é um pictograma oriundo da figura de um idoso com longos cabelos. O significado indicava longo e também idoso. Mais tarde, esse significado foi ampliado para indicar “o cabeça” , “o chefe”.	
Considerações TAKAMIZAWA,H. et al (2004,p. 129) afirmam que <i>tenchû</i> é resultado da ação de ao invés de construir um novo ideograma para introduzir um novo conceito, usa-se o ideograma que já existe para esse fim. DUCROT,H.;TODOROV,T.(1988,p.254) “Sinédoque: emprego de uma palavra num sentido cujo significado habitual é apenas uma de suas partes.”	

3.4.2 – Consulta a Especialistas

Foi realizada uma consulta, por escrito, a especialistas em língua japonesa com a finalidade de avaliar a equivalência entre os termos coletados em japonês e os termos em português por nós sugeridos e de ajudar na escolha de uma tradução definitiva (definitiva para fins deste trabalho, entenda-se).

Para tanto, cada especialista recebeu um formulário de consulta em que, para cada termo em japonês eram apresentadas sugestões de traduções em português e em alguns casos o empréstimo direto. A cada um era pedido que escolhesse o termo que considerasse mais adequado em cada caso. Também havia um espaço para sugestão caso nenhuma das possibilidades fosse aprovada pelo especialista. A figura 7 é um exemplo do tratamento dado a uma unidade terminológica no formulário de consulta.

FIGURA 8 – EXEMPLO DO FORMULÁRIO DE CONSULTA A ESPECIALISTAS

表記法	Método de escrita	
	Método de transcrição fonética	
	Notação	
Sugestão caso não considere nenhuma apropriada		

O formulário de consulta foi distribuído entre 8 dos especialistas que participaram da XVII Encontro de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa e IV Congresso Internacional de Estudos Japoneses, realizado em setembro deste ano, em São Paulo Não houve dificuldade em relação à receptividade. As respostas à consulta foram devolvidas, em papel, no dia seguinte ou por via correio eletrônico nas semanas seguintes.

Ao se recolherem as fichas foi feito um levantamento da frequência das escolhas. Constatou-se uma forte tendência para a utilização do empréstimo direto. Sendo nosso objetivo encontrar a equivalência da denominação das unidades terminológicas coletadas em língua portuguesa, optamos sempre pela opção mais votada em português. Isso apesar do fato de que, se houvesse um termo em japonês (empréstimo direto) entre os termos sugeridos, aquele, via de regra, era o mais votado pelos especialistas.

A partir da elaboração dos dados coletados em língua portuguesa e a validação, por especialistas, da denominação equivalente adotada, foi possível registrar os dados obtidos de forma sistematizada a partir da análise e categorização das unidades terminológicas coletadas. Os dados obtidos a partir da análise e categorização estão registrados em fichas que denominamos de Ficha Terminológica Definitiva. O procedimento de análise, categorização e registro na Ficha Terminológica Definitiva está descrito no capítulo 4.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

O exame de textos especializados referentes à área de ensino da escrita, com o uso de procedimentos de pesquisa da Terminologia, que incluíram a copilação, recopilação e análise das unidades terminológicas de sua linguagem de especialidade, permitiu-nos chegar a resultados que passaremos a expor e discutir em seguida.

4.1 COLETA DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS

O estabelecimento do *corpus* para a realização desta investigação seguiu os procedimentos indicados pela Análise de Conteúdo e critérios de CABRÉ (2002, p.3-13) para análise de textos especializados. Sendo considerados dois aspectos:

a) as condições de produção, transmissão e recepção que envolvem as características do emissor (um especialista); dos destinatários (um especialista ou aprendente de especialista); a forma de transmissão e o meio de circulação;

b) a estrutura textual, que inclui a estrutura formal do texto, a estrutura cognitiva e a estrutura lingüística.

A precisão do texto especializado é medida considerando-se o número de unidades terminológicas contidas no mesmo. Quanto maior o número de unidades terminológicas da área de conhecimento de que trata o texto, mais preciso será o texto.

O conteúdo de um texto é expresso pelo vocabulário da linguagem de especialidade da área de conhecimento de que trata esse texto, ou seja, pelas unidades terminológicas de sua linguagem de especialidade. No nosso caso, a linguagem de especialidade do ensino da escrita japonesa.

Os textos que compõem o *corpus* preenchem as condições indicadas acima, pois foram elaborados por especialistas em ensino de língua japonesa, dirigidos para professores e estudantes da escrita japonesa, ou seja, do sistema gráfico de notação da língua japonesa.

Os textos selecionados são especializados, uma vez que tratam do tema investigado com utilização de recursos próprios de uma língua particular, ou seja, a linguagem de especialidade do ensino da escrita japonesa. As unidades terminológicas

contidas no texto mantêm relações conceituais que permitem a descrição da estrutura da área de conhecimento que o texto aborda.

4.1.1 – Coleta

A coleta de unidades terminológicas e informações pertinentes foi efetuada após a leitura e análise da linguagem de especialidade utilizada nos textos analisados. O fato de um dos textos apresentar as palavras chaves em destaque facilitou em muito a localização das unidades terminológicas. Após a localização e identificação da unidade terminológica, foi efetuada uma seleção de forma que a informação coletada fornecesse dados para uma classificação através das relações conceituais mantidas entre elas. Como afirmamos anteriormente, a coleta de dados não ficou restrita à unidade terminológica. Foram coletados dados referentes à sua definição e informações relevantes para a descrição da intensão da unidade terminológica coletada. Essa coleta resultou em um repertório de unidades terminológicas que representa o conteúdo do *corpus*.

4.1.2- Controle de Qualidade

Após a coleta, esse repertório foi submetido a uma análise de controle de qualidade segundo os critérios indicados por GUINCHAT e MENO (1994.p.180) como:

- exaustividade, isto é, verificar se todos os temas, objetos e conceitos tratados pelo documento foram bem representados na indexação;
- seletividade, isto é, verificar se foram retidas apenas as informações que interessam ao usuário;
- especificidade, isto é, ver se a descrição traduz da forma mais precisa possível, o conteúdo do documento e que não utiliza descritores muito gerais ou muito específicos em relação às noções expressas no documento.

A verificação foi efetuada pela comparação das unidades terminológicas coletadas e os temas tratados pelo *corpus* . Como as unidades terminológicas coletadas descrevem os temas tratados pelo *corpus* verificamos que este conjunto representa o mesmo com:

- exaustividade – pois foram coletadas unidades terminológicas referentes a todos os temas abordados no *corpus*;
- seletividade – pois foram retiradas apenas unidades terminológicas que tratam do objeto de pesquisa;
- especificidade – as unidades terminológicas coletadas descrevem de forma mais precisa possível o conteúdo do corpus.

As unidades terminológicas foram objeto de análise com a finalidade de:

- obter a equivalência em língua portuguesa das mesmas, uma vez que a coleta foi efetuada em língua japonesa;
- classifica-las segundo a afinidade de sentido, ou seja, classificar segundo os temas tratados;
- identificar as relações conceituais entre as unidades terminológicas coletadas.

4.2 CATEGORIZAÇÃO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS

A categorização classifica os elementos constituintes de um documento por diferenciação e em seguida por reagrupamento, segundo critérios que podem ou não ser previamente definidos.

O critério utilizado para a categorização foi o de classificação analógica, seguindo BARDIN (1977, p.119 – 122) que afirma ser a categorização a passagem de dados brutos para dados organizados sem introduzir desvios no material, devendo possuir as seguintes qualidades:

- exclusão mútua – cada elemento não pode existir em mais de uma divisão;
- homogeneidade – a organização deve ser feita seguindo um único princípio;
- pertinência – deve refletir as intenções da investigação;
- objetividade e fidelidade – as diferentes partes do material devem ser codificadas da mesma maneira;

- produtividade – se fornecem resultados que permitem inferências, hipóteses novas e dados exatos.

Tendo em mente os critérios acima, passamos a agrupar as unidades terminológicas conforme o tema abordado. Por exemplo: Selecionando todas as unidades terminológicas que fazem referência a ideograma. Ao fim dessa seleção, notamos que as unidades terminológicas tratavam do grafema em si, das normas de utilização e indicações para o seu ensino. Por essa razão foi efetuada uma nova seleção, levando em consideração esses três enfoques. Ao selecionar as unidades terminológicas referentes aos fonogramas observamos, também, a existência desses três enfoques. Esses fatos permitiram tornaram possível selecionar e agrupar as unidades terminológicas por temas (afinidade de sentido), estabelecendo-se três grupos:

Grupo 1 – Grafema - Origem, desenvolvimento e constituição dos grafemas – que reúne unidades terminológicas que dizem respeito a como são os grafemas da escrita japonesa;

Grupo 2 – Uso – Como são utilizados os três tipos de grafemas da escrita japonesa – em que se reúnem unidades terminológicas que estão relacionadas ao uso e funções dos grafemas e normas ortográficas vigentes;

Grupo 3 – Ensino da escrita japonesa – Procedimentos para o ensino da escrita japonesa – que reúne unidades terminológicas relacionadas às diretrizes do processo de ensino dos grafemas.

Dessa forma, a área de **Ensino de Escrita Japonesa** descrita pela unidade terminológica “**Ensino do Sistema Gráfico de Notação da Língua Japonesa**” pode ser descrita pelas categorias: **1 Grafema, 2 Uso e 3 Ensino**. Esse mesmo raciocínio foi utilizado para encontrar as relações hierárquicas subseqüentes.

4.3 CONCEITO

A representação de uma área do conhecimento de forma organizada pode ser efetuada através de um conjunto organizado de unidades terminológicas. A unidade terminológica é a designação de um conceito. Não se trata do nome de um objeto

material ou não material existente. Ao observarmos objetos existentes ao nosso redor, formamos conceitos por meio de uma seleção das características relevantes e atribuímos uma unidade terminológica para designar cada um desses conceitos. A unidade terminológica indica o conceito de uma classe de objetos e não objetos individuais. Por exemplo, de todas as cadeiras que vimos e conhecemos descartamos características particulares como cor, fabricante, material, e até número de pernas, e usamos as características que todos os objetos dessa classe têm em comum (como o fato de servir para sentar, o fato de ter um assento, o fato desse assento estar apoiado a uma certa distância do chão, o fato de ter um encosto, etc.) para compor o conceito de cadeira.

Por estarmos tratando linguagem de especialidade de uma área do conhecimento, o conceito não é apenas uma unidade de pensamento, mas é também uma unidade de conhecimento. As propriedades específicas do objeto são denominadas características, elementos conceituais ou elementos de conhecimento do mesmo. São essas características que descrevem um conceito.

O conceito associado à unidade terminológica é descrito pela definição, pois a definição fixa a posição do mesmo em um dado sistema de conceitos. A definição, por sua vez, deve ser precisa – a precisão está medida pela utilização de linguagem específica pertinente; concisa e adequada para a finalidade proposta.

Ao analisarmos os dados coletados de cada unidade terminológica e ao separarmos e agruparmos as unidades terminológicas em conjuntos segundo a categorização indicada no item anterior, encontramos unidades terminológicas coletadas cujas informações eram complementares. Resolvemos, então, agrupar essas informações registrando-as em uma única ficha que denominamos de Ficha Terminológica Definitiva.

Este tipo de seleção e agrupamento trouxe uma redução na quantidade de unidades terminológicas a serem consideradas para análise. Essa redução ocorreu devido à reunião de unidades terminológicas que mantinham relação horizontal com o seu superior hierárquico comum. Por exemplo: reunimos as unidades terminológicas

coletadas como “grafema fonético”- ficha número 005, “grafema silábico”- ficha número 020 e “grafema segmental” – ficha número 021.

A figura 8 é constituída das fichas terminológicas de elaboração acima citadas e tem a finalidade de esclarecer como se deu a redução do número de unidades terminológicas coletadas apresentando como resultado a ficha terminológica definitiva número 018

FIGURA 9 – FICHAS DE ELABORAÇÃO UTILIZADAS PARA CRIAR A FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA 18

FICHA TERMINOLÓGICA DE ELABORAÇÃO
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade Terminológica (UT) de coleta: <i>hyôon'moji</i>		No. 005
UT equivalente no vernáculo Fonograma	UT de empréstimo grafema fonético	
Hipônimo(s) <i>Man'yôgana, Rômaji</i>	Hiperônimo(s) Sistemas de grafemas da língua japonesa	
Sinônimo(s) Fonograma, kana	Equivalente em inglês Phonogram	
Categorização Grafema		
Tradução da definição por outro lado o que ocorre com o <i>kana</i> ? Em [ki] e [ha] há forma e som (leitura), mas não há significado. Devido a esse fato o <i>kana</i> é denominado grafema fonético. Como não são atribuídos significados a esses símbolos é possível usá-los para escrever despreocupadamente. Além disso, o grafema fonético é um <i>kana</i> que representa uma sílaba. Não é como no alfabeto romano em que uma sílaba é representada por uma vogal ou pela associação de uma consoante com uma vogal.		

Considerações:

Segundo DUBOIS et al (1973,p.284)) “ Nas escritas ideogramáticas , chama-se fonograma a um signo que, capaz de funcionar noutras situações com o seu valor pleno de ideograma, é utilizado para o transcrição do consonantismo de uma palavra homônima daquela que designa o ideograma. ... Num estágio mais desenvolvido, os fonogramas representam sons silábicos, como na escritura dos antigos mesopotâmios, que dispunham de caracteres para representar sílabas ... “

Sampson (1996, p.31) admite na escrita “ os sistemas logográficos são os que baseiam nas unidades significativas; os sistemas fonográficas têm como base as unidades fonológicas”

Desta forma adotamos para *hyōon' moji* que equivale a representação gráfica de um som a denominação equivalente grafema fonético. Tomaremos a liberdade de utilizar como sinônimo a terminologia fonograma conforme indicada o equivalente em língua inglesa indicada por TAKAMIZAWA,H. et al (2004,p.128).

Outro sinônimo que utilizaremos é *kana*, como o próprio texto indica.

FICHA TERMINOLÓGICA DE ELABORAÇÃO ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade Terminológica (UT) de coleta <i>onsetsumoji</i>		No. 020
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Grafema silábico	
Hipônimo Man'yōgana, rōmaji	Hiperônimo Sistema de grafemas da língua japonesa	
Sinônimo	Equivalente em inglês	
Categorização Grafema		
Tradução do contexto O grafema fonético consiste dos: grafema silábico (<i>hiragana, katakana</i>) e grafema segmental (<i>rōmaji</i>).		
Considerações Os sistemas de grafemas <i>hiragana</i> e <i>katakana</i> são denominados silábicos uma vez que cada grafema representa uma sílaba em língua japonesa.		

FICHA TERMINOLÓGICA DE ELABORAÇÃO ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade Terminológica (UT) de coleta <i>tan'on moji</i>		No. 021
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Grafema segmental	
Hipônimo Man'yōgana, rōmaji	Hiperônimo Sistema de grafemas da língua japonesa	

Sinônimo	Equivalente em inglês
Categorização Grafemas	
Tradução do contexto Os grafemas fonéticos consistem de: grafemas silábicos (<i>hiragana, katakatana</i>) e grafemas segmentais (<i>rômaji</i>).	
Considerações Sampson (1996,p.39) diz “ As sílabas de qualquer língua podem ser analisadas como seqüências de elementos derivados de um conjunto menor de segmentos consonantais e vocálicos que, por sua vez, podem ser vistos como feixes de traços fonéticos de ocorrência simultânea: em geral, o inventário de traços usados por uma língua será um tanto menor que o seu inventário de segmentos. (nota 2. Do ponto de vista teórico, é um equívoco descrever os traços fonéticos como elementos dos segmentos; em vez disso, os traços sobrepõem-se uns aos outros e ocorrem, simultaneamente e de maneira complexa, com conseqüências de outros traços dentro de uma sílaba.” (Sampson, a890a,p.217-8).” Mas aqui não precisamos entrar nesta questão. ... A noção de uma escrita baseada em segmentos não exige grandes exemplos, pois as ortografias européias são (pelo menos aproximadamente) segmentais.” Baseados nas considerações de Sampson adotamos para <i>tan'on'moji</i> a denominação equivalente a grafema segmental.	

Segundo as informações contidas nas fichas acima podemos dizer que:

Hyôon'moji é um grafema que possui forma e som (leitura), mas não tem significado. Considerando SAMPSON (1996) e TAKAMIZAWA (2004), podemos denominá-lo de grafema fonético e fonograma. O grafema fonético pode ser silábico ou segmental. O grafema fonético silábico é denominado também de *kana* ou então fonograma, e que a escrita japonesa admite dois tipos de *kana*: *hiragana* e *katakana*.

Outra vez utilizando SAMPSON (1996), podemos dizer que o grafema fonético segmental utilizado na escrita japonesa consiste no alfabeto latino utilizado na forma denominada escrita romanizada.

Essas ponderações foram reunidas em uma só ficha denominada, como já dissemos anteriormente, de Ficha Terminológica Definitiva com os seguintes campos:

- 1) unidade terminológica
- 2) número da unidade terminológica
- 3) unidade terminológica equivalente no vernáculo
- 4) unidade terminológica de empréstimo
- 5) categorização

- 6) fonte (indicada pelo(s) número(s) da(s) ficha(s) terminológica de elaboração)
- 7) descrição sistematizada da unidade terminológica – informação que será base para a elaboração da definição da unidade terminológica

Foi considerada unidade terminológica mais adequada para constar na ficha definitiva aquela que denomina o conceito mais genérico entre as unidades terminológicas reunidas, uma vez que a descrição da unidade terminológica foi elaborada partindo da descrição das unidades terminológicas componentes. A figura abaixo demonstra o resultado dessa reunião de dados constantes nas fichas terminológica de elaboração números 005, 020 e 021.

FIGURA 10 – EXEMPLO DE FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 表音文字 <i>Hyôon' moji</i>		No. 018
UT equivalente no vernáculo Grafema fonético	UT de empréstimo Fonograma	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 005, 020 e 021		
Descrição sistematizada da unidade terminológica <i>Hyôon' moji</i> são grafemas que possuem forma e som (leitura), mas não tem significado. Devido a esse fato é denominado de grafema fonético. O grafema fonético pode ser silábico ou segmental. O grafema fonético silábico é denominado também de <i>kana</i> ou então fonograma. A escrita japonesa admite dois tipos de <i>kana</i> : <i>hiragana</i> e <i>katakana</i> . O grafema fonético segmental utilizado na escrita japonesa consiste no alfabeto latino utilizado na forma denominada escrita romanizada.		

Essa junção de três fichas em uma só fez com que o número de unidades terminológicas consideradas fosse reduzido, deixando a coleta mais selecionada, sem perder a exaustividade, pois dessa forma continuamos com a mesma quantidade e qualidade de informação. A informação está apresentada de forma mais suscinta,

eliminando detalhes que não seriam relevantes para a descrição do conceito, sendo mantidas apenas aquelas que pudessem auxiliar na elaboração da definição.

4.4 RELAÇÕES CONCEITUAIS

Os preceitos da Terminologia afirmam que as unidades terminológicas são descritas por sua denominação e conceito. O conceito descrito pela definição não tem existência isolada, mantém sempre uma relação com outros conceitos da mesma área, dentro de uma estrutura cognitiva. Os conceitos que descrevem o ensino da escrita japonesa mantêm relações que podem ser descritas como relações lógicas, pois baseiam-se na similaridade entre os conceitos que podem ser relação de subordinação, coordenação ou diagonal.

Por exemplo, a unidade terminológica “sistema de grafemas da língua japonesa” mantém uma relação vertical com as unidades terminológicas “ideograma”, “fonograma”, “sinal de pontuação” e “sinal de repetição”, esses últimos sendo seus subordinados. A unidade terminológica “ideograma” é considerada subordinada de “sistema de grafemas”, pois “ideograma” é um grafema. Quanto à unidade terminológica “fonograma”, também é um grafema que tem como característica possuir forma e leitura. Podemos afirmar que “ideograma” e “fonograma” são espécies do gênero “sistema de grafemas da língua japonesa”. De “ideograma” e “fonograma”, por se tratarem de subordinados de mesmo nível de um mesmo gênero, dizemos que mantêm uma relação horizontal.

É dessa mesma forma que poderemos relacionar as unidades terminológicas restantes.

4.5 EQUIVALÊNCIA TERMINOLÓGICA

A equivalência de termos em línguas diferentes é realizada através da comparação entre os conceitos que os definem. A grande dificuldade em terminologias multilíngües está no fato de que a realidade em cada cultura é descrita de forma diferente de outra. E também é muito difícil denominar conceitos que existem em uma língua mas não existem em outras. Há também casos em que são encontradas várias

denominações equivalentes, quando a seleção da mais adequada é também problemática.

Discutimos alguns casos a seguir:

moji – os dicionários de língua trazem para esta unidade terminológica o equivalente “letra”. Entretanto, em dicionários especializados “letra” é denominação para designar cada um dos elementos gráficos utilizadas nas escritas alfabéticas. Quanto ao termo “grafema”, tanto o dicionário de língua geral como o especializado o definem como unidade mínima de um sistema de escrita. Por esta razão adotamos como equivalente “grafema”.

rikusho – foi adotado como equivalente “princípio de construção do ideograma”, levando-se em consideração o conceito que essa unidade terminológica representava na língua de partida.

hiragana – foi adotado como equivalente o empréstimo direto pelo fato de tal tipo de grafema existir apenas na escrita japonesa; e também pelas seguintes razões: a inconveniência em adotar uma denominação a partir de uma explicação que ficaria longa, e também pela fato da denominação estar sendo largamente utilizada nos meios do ensino de língua japonesa como língua estrangeira sem causar estranheza.

rômaji – por ter o significado de letra romana, foi adotada a equivalência “escrita romanizada”.

Houve casos em que a equivalência foi encontrada por comparação de conceitos como no caso de *moji*, outros por explicação do conceito de partida como *rikusho*, ou por adoção de empréstimos diretos como *hiragana* ou por tradução literal como *rômaji*.

A equivalência por empréstimo foi levada a julgamento a um grupo de especialistas. Notou-se uma grande tendência em manter empréstimos diretos, em caso de ser dada essa possibilidade. A argumentação de alguns especialistas para essa manutenção é que os japoneses não iriam reconhecer o conceito com a denominação em língua portuguesa. Ficamos em dúvida quanto à validade de tal argumentação.

Como consequência da consulta feita a especialistas, substituímos algumas denominações das unidades terminológicas em língua portuguesa. Essas modificações

foram inseridas no texto na fase final da dissertação. A denominação por empréstimo utilizada na descrição das unidades terminológicas e no sistema de conceitos é resultante dessa modificação.

4.6 SISTEMA DE CONCEITOS

As unidades terminológicas têm um valor específico como unidade de conhecimento da área do ensino da escrita japonesa. Cada uma dessas unidades está localizada em “nós” de um sistema de conceitos. Esse sistema de conceitos é uma estrutura cognitiva que transmite o conhecimento especializado relacionando as unidades de conhecimento específico entre si.

4.6.1 – Organização Conceitual

As relações conceituais são identificadas através da relação entre os conceitos individuais de cada unidade terminológica considerada. A descrição de uma unidade terminológica é feita através de suas características. A análise do agregado de características de cada unidade terminológica permitirá relacionar os objetos individuais que eles representam.

Sendo nosso propósito apontar as características do ensino da escrita japonesa apresentadas no *corpus* examinado, consideramos a unidade terminológica “ensino do sistema gráfico de notação da língua japonesa” como elemento superordenado principal. Há duas razões para escolha desse termo como unidade principal:- a unidade terminológica trata de ensino da escrita japonesa; e a definição dessa unidade terminológica registra como elementos subordinados as unidades terminológicas “grafema”, “uso” e “ensino”.

Então, partindo do conceito de ensino da escrita japonesa dada pela unidade terminológica ensino do sistema gráfico de notação da língua japonesa, podemos considerar três grandes sub-áreas para a unidade terminológica em questão que são:

- “grafema” – tipologia, classificação; descrita pela unidade terminológica sistema de grafemas da língua japonesa;

- “uso” – normas de utilização ou seja a ortografia; descrita pela unidade terminológica escrita padrão do texto em língua japonesa; e
- “ensino” descrita pela unidade terminológica ensino do grafema.

Considerou-se a unidade terminológica “ensino do sistema gráfico de notação da língua japonesa” como um objeto inteiro, ou seja um conceito superordenado, a partir do qual, por comparação das características essenciais dos conceitos relacionados, obtivemos uma seqüência de relações entre as unidades terminológicas analisadas.

A categorização e organização dessas unidades terminológicas permitiram a construção do sistema de conceitos abaixo representado:

日本語教育における表記法の指導 Hyôkihô no shidô - Ensino do sistema gráfico de notação da língua japonesa

1. 日本語の文字体系 - *Nihongo no moji taikai* - Sistema de grafemas da língua japonesa

1.1 表意文字 - *Hyôimoji* - Ideograma

1.1.1 六書 – *Rikusho* - Princípio de construção do ideograma

1.1.1.1 象形文字 – *Shôkeimoji* - Pictograma

1.1.1.2 指示文字 – *Shijimoji* - Notação em diagrama

1.1.1.3 会意文字 – *Kaiimoji* - Composição associativa

1.1.1.4 形成文字 – *Keiseimoji* - Composição por conceito e som

1.1.1.5 仮借 - *Kasha* - Composição por rébus

1.1.1.6 転注 - *Tenchû* - Composição por sinédoque

1.1.2 漢字の音訓 - *Kanji no on'kun* - Leituras do ideograma

1.1.2.1 訓読み *Kun'yomi* - Leitura japonesa

1.1.2.2 音読み *On'yomi* - Leitura chinesa

1.1.3 漢字の字体 - *Kanji no jitai* - Forma padrão do ideograma

1.1.3.1 漢字の画数 - *Kanji no kakusû* - Número de traços de um ideograma

1.1.3.2 漢字の筆順 - *Kanji no hitsujun* - Seqüência de traços

1.1.3.3 漢字の部首 - *Kanji no bushu* - Radical do ideograma

1.2 表音文字 - *Hyôon 'moji* - Fonograma

1.2.1 万葉仮名 - *Man 'yôgana* - *Man 'yôgana*

1.2.1.1 平仮名 - *Hiragana* - *Hiragana*

1.2.1.2 片仮名 - *Katakana* - *Katakana*

1.2.2 五十音図 - *Gojûon 'zu* - Tabela do silabário japonês

1.2.3 ローマ字 - *Rômanji* - Escrita romanizada

1.3 区切り符号 - *Kugiri fugô* - Sinal de pontuação

1.4 繰り返し符号 - *Kurikaeshi fugô* - Sinal de repetição

2 漢字仮名交じり文 - *Kanji kana majiribun* - Escrita padrão do texto em língua japonesa

2.1 現代日本語の音の表記 - *Gendai nihongo no on no hyôki* - Escrita dos sons da língua japonesa atual

2.1.1 直音の表記 - *Chokuon no hyôki* - Escrita do som básico

2.1.2 撥音の表記 - *Hatsuon no hyôki* - Escrita do som nasal moraico

2.1.3 濁音の表記 - *Dakuon no hyôki* - Escrita da sílaba sonorizada

2.1.4 半濁音の表記 - *Han' dakuon no hyôki* - Escrita da sílaba

bilabial surda

2.1.5 促音の表記 - *Sokuon no hyôki* - Escrita da consoante dobrada

2.1.6 長音の表記 - *Chôon no hyôki* - Escrita da sílaba longa

2.1.7 拗音の表記 - *Yôon no hyôki* - Escrita do som palatalizado

2.2 Regras ortográficas

2.2.1 定家名遣い - *Teika kana zukai* - Ortografia Teika do silabário

- 2.2.2 歴史的仮名遣い - *Rekishiteki kana zukai* - Ortografia histórica do silabário
- 2.2.3 現代かなづかい - *Gendai kana zukai* - Ortografia contemporânea do silabário
- 2.2.4 当用漢字表 - *Tôyô kanji hyô* - Lista de ideogramas de uso corrente
 - 2.2.4.1 当用漢字音訓表 - *Tôyô kanji on kun hyô* - Lista de leituras do ideograma de uso corrente
 - 2.2.4.2 当用漢字字体表 - *Tôyô kanji jitai hyô* - Lista do padrão de escrita dos ideogramas de uso corrente
- 2.2.5 常用漢字表 - *Jôyô kanji hyô* - Lista de ideogramas de uso diário
- 2.2.6 現代仮名遣い - *Gendai kana zukai* - Ortografia atual do silabário
- 2.2.7 送り仮名 - *Okurigana* - Desinência de palavras
- 2.2.8 振り仮名 - *Furigana* - Guia fonético
- 2.3 文字の書体 - *Mojino Shotai* - Estilo de escrita do grafema
 - 2.3.1 印刷体 - *Insatsutai* - Forma impressa
 - 2.3.2 筆写体 - *Hisshatai* - Forma manuscrita
- 2.4 漢字の機能と役割 - *Kanji no kinô to yakuwari* - Função e papel do ideograma
 - 2.4.1 漢字の熟語 - *Kanjino Jukugo* - Palavra composta por ideogramas
 - 2.4.1.1 熟語の読み方 - *Jukugo no yomikata* - Forma de leitura do *jukugo*
 - 2.4.2 日本語の語類 - *Nihongo no goru i* - Tipos de palavras japonesas
- 2.5 外来語 - *Gairaigo* - Palavra de origem estrangeira

2.5.1 外来語の表記 - *Gairaigo no hyôki* - Escrita de palavras de origem estrangeira

2.5.2 片仮名の表記 - *Katakana no hyôki* - Escrita em katakana

2.6 ローマ字のつづり方 - *Rômaji no tsuzurikata* - Escrita romanizada

3 文字の指導 - *Moji no shidô* - Ensino do grafema

3.1. 平仮名の指導の基本 *Hiragana no shidô no kihon* - Fundamentos do ensino de *hiragana*

3.1.1 平仮名の導入の順序 *Hiragana no dônnyû no junjo* - Sequência de introdução do *hiragana*

3.2 片仮名の指導 - *Katakana no shidô* - Ensino de katakana

3.2.1 片仮名の指導の基本 - *Katakana no shidô no kihon* - Fundamentos do ensino de katakana

3.2.2 片仮名表記の問題 - *Katakana hyôki no mondai* - Dificuldades da escrita em katakana

3.3 漢字の指導 - *Kanji no shidô* - Ensino de ideogramas

3.3.1 漢字の指導の基本 - *Kanji no shidô no kihon* - Fundamentos do ensino de ideogramas

3.3.2 漢字の導入方法 - *Kanji dônnyû hōhō* - Formas de apresentar ideogramas no ensino

3.4 Prática da escrita do grafema

3.4.1 ます目書き - *Masumegaki* - *Masumegaki*

3.4.2 縦書き - *Tategaki* - Escrita vertical

3.4.3 横書き - *Yokogaki* - Escrita horizontal

3.4.4 分かち書き - *Wakachigaki* - Escrita com espaçamento entre palavras

3.4.5 原稿用紙の使い方 - *Genkô yôshi no tsukaikata* - Uso do papel para manuscrito

Esta organização em sistema de conceitos prioriza a relação vertical entre as unidades terminológicas. Outras relações horizontais que possivelmente poderiam ser detectadas não foram consideradas.

No item 3 Ensino grafema o sub-ítem 3.4 Prática da escrita do grafema foi considerado em separado e em relação horizontal com o ensino de cada tipo de grafema por se tratar de conhecimento que deve ser transmitido independentemente do tipo de grafema que está sendo ensinado.

4.6.2 Representação Gráfica do Sistema de Conceitos

Os diagramas a seguir representam o sistema de conceitos apresentado acima em outra forma gráfica, em que linhas evidenciam visualmente as relações entre os conceitos. Em seguida, apresentaremos as representações gráficas parciais. Primeiro é apresentado um gráfico em que o conceito principal aparece junto com os três principais conceitos subordinados. A seguir, cada um desses conceitos encabeça um gráfico próprio.

FIGURA 11 – DIAGRAMA GERAL DO SISTEMA DE CONCEITOS

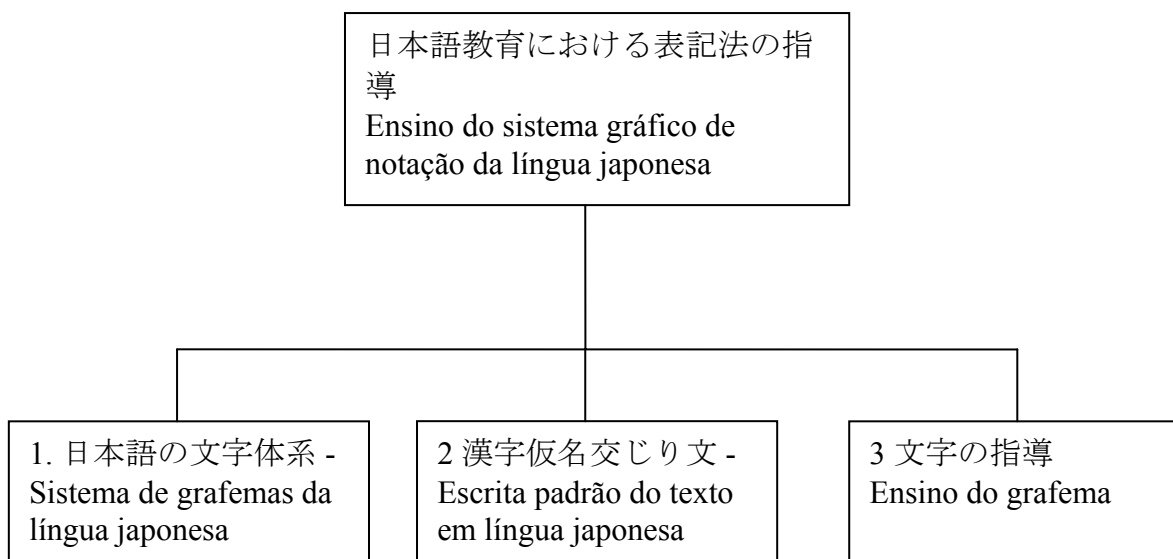


FIGURA 12 – SUBSISTEMA DE CONCEITOS 1 – GRAFEMA

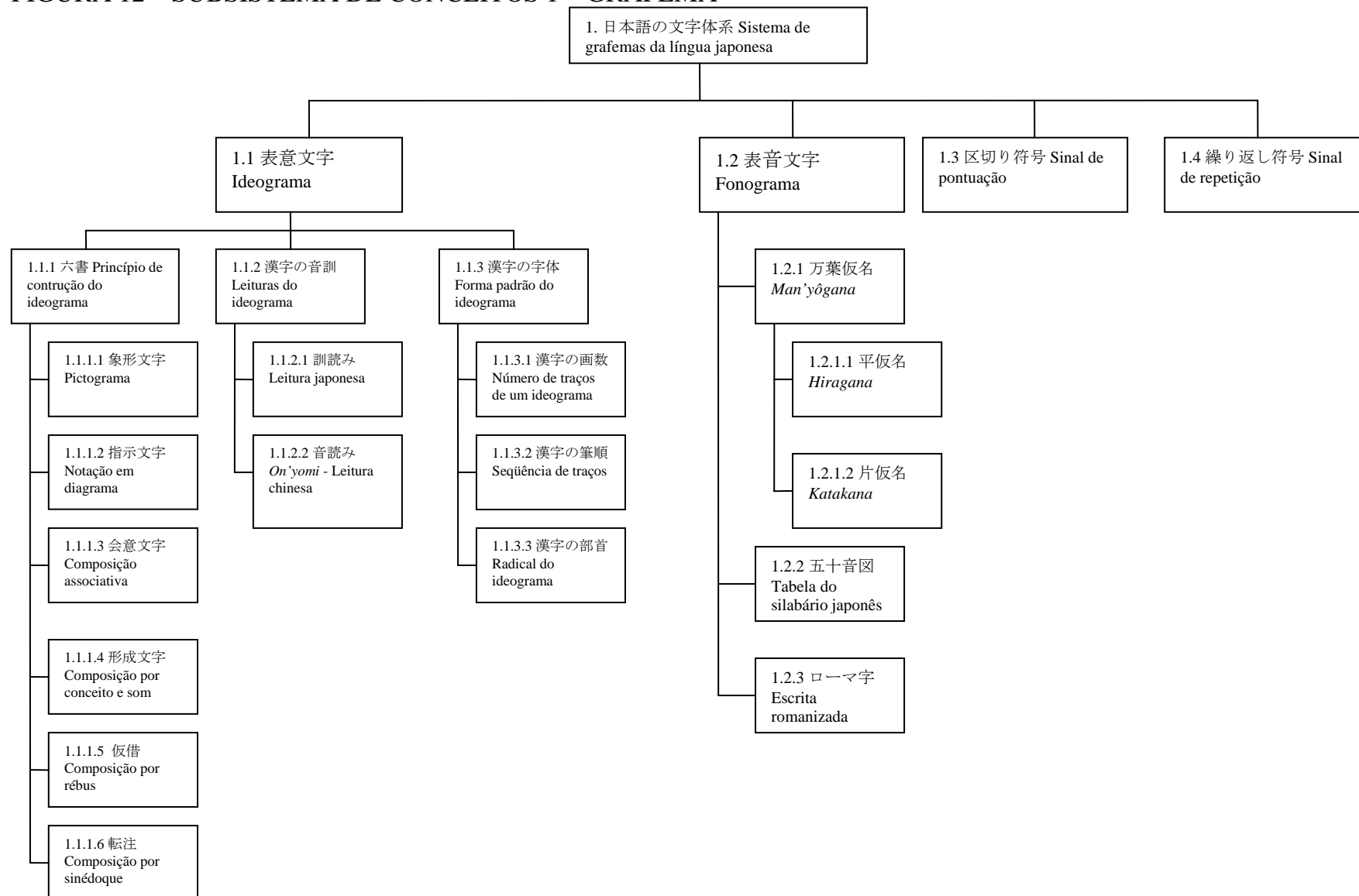


FIGURA 13 – SUBSISTEMA DE CONCEITOS 2 – USO

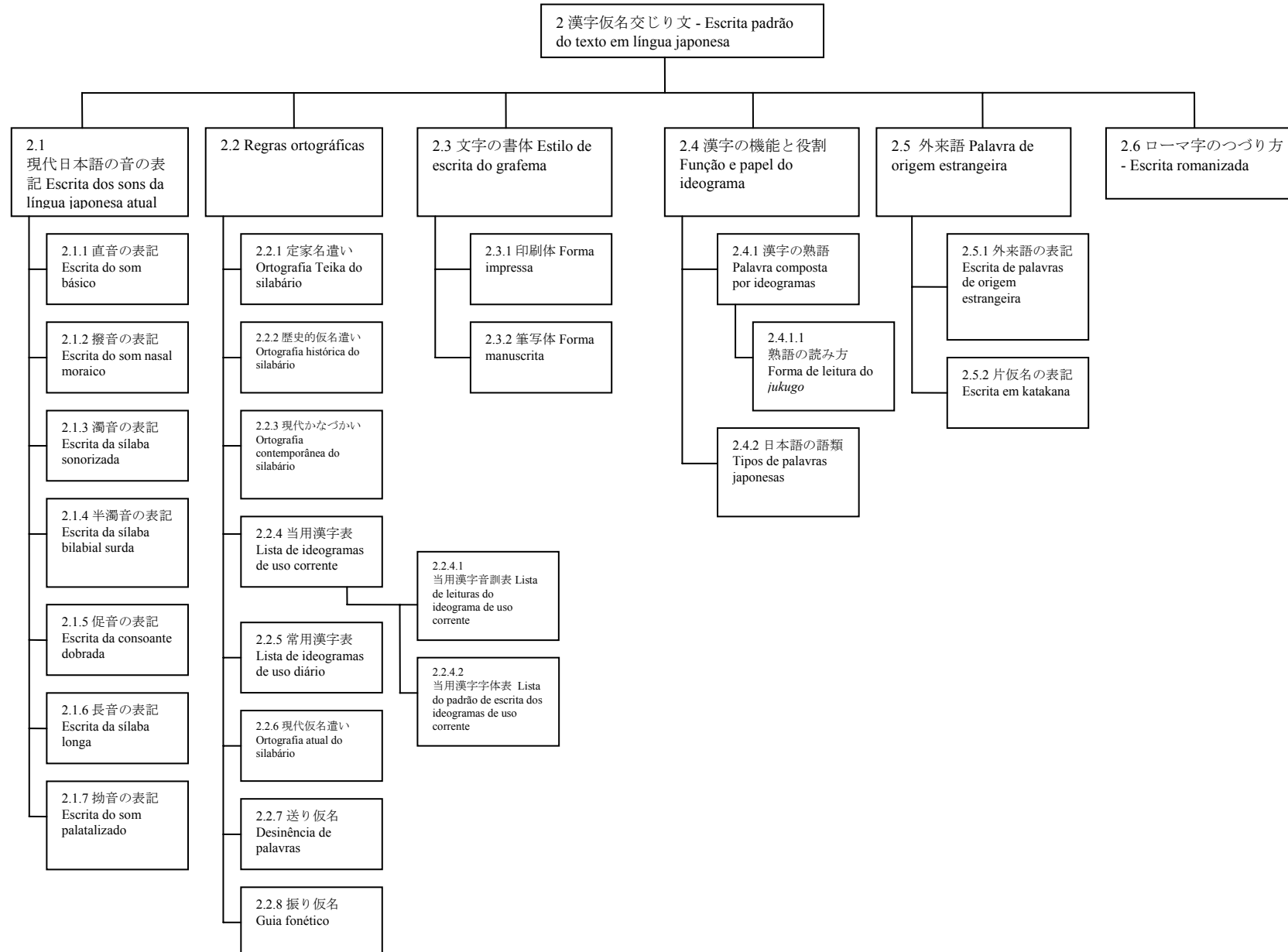
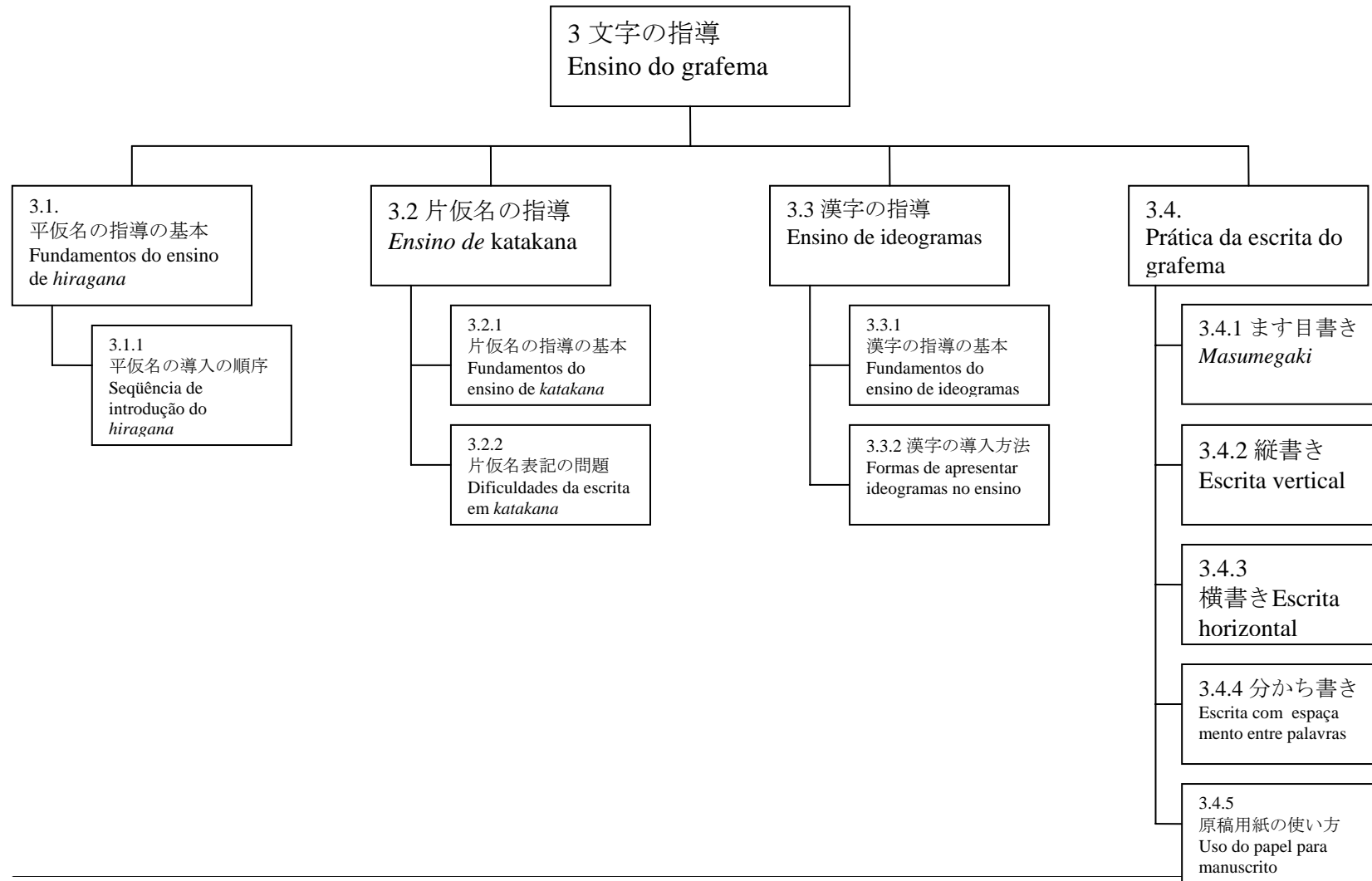


FIGURA 14 – SUBSISTEMA DE CONCEITOS 3 - ENSINO



5 CONCLUSÃO

Ensinamos língua estrangeira com o propósito de auxiliar na formação do indivíduo, de forma que o resultado dessa atividade sirva de instrumento para interação entre pessoas e culturas diferentes.

Um dos desafios do ensino de língua japonesa como língua estrangeira está no processo de ensino-aprendizagem da escrita japonesa. Sendo uma forma de representação gráfica da língua efetuada de forma distinta da que estamos acostumados, muitas vezes os aprendentes criam expectativas devido a crenças e idéias pré-concebidas, que mais atrapalham que auxiliam o aprendizado. O desenvolvimento da leitura e escrita dos grafemas está intimamente ligado à expansão do léxico e seu uso que por sua vez se reflete no aprimoramento da leitura, da produção de texto e da oralidade (capacidade de ouvir e falar). Demonstrando que o ensino da escrita japonesa é um dos pilares do ensino da língua japonesa.

Esses fatos nos fizeram examinar textos especializados relativos ao ensino da escrita japonesa com a finalidade de descrever como se apresenta o ensino da escrita japonesa em tais textos.

A análise dos textos especializados foi realizada utilizando um conjunto de técnicas indicadas pela Análise de Conteúdo e Terminologia, pois elas permitem:

- a organização das operações a serem desenvolvidas como a seqüência de ações para determinar o *corpus*, determinar o que coletar, de que forma coletar (dados registrados na Ficha Terminológica de Coleta);
- que a coleta seja objetiva, precisa e produtiva;
- organizar cada um dos dados coletados de forma que possamos fazer inferências (dados registrados na Ficha Terminológica de Elaboração);
- categorizar os dados coletados classificando através da separação por diferenciação e reagrupamento por afinidade, cujo resultado foi registrado na Ficha Terminológica Definitiva;
- analisar os dados registrados na Ficha Terminológica Definitiva de forma a estabelecer as relações entre seus conceitos;

- estabelecer das relações entre os conceitos das unidades terminológicas (os dados coletados) possibilitam a configuração do conhecimento contido nos textos especializados analisados em forma de um sistema de conceitos, apresentado em lista sistemática e em representação gráfica.

A metodologia de pesquisa utilizando a Análise de Conteúdo e a Terminologia permitiu estabelecer de antemão os passos a serem seguidos indicando uma linha mestra de procedimentos. Podemos apontar, como procedimento relevante que não havia sido previsto, a necessidade de consulta a especialistas devido ao uso de empréstimos por tradução literal.

Esse fato ocorreu porque desde o início houve preocupação com a denominação em língua portuguesa, o que resultou na procura de uma terminologia que melhor representasse as unidades terminológicas que representam o conhecimento sobre a escrita japonesa e seu ensino. Houve um empenho para adotar equivalências por empréstimo com tradução literal, em caso de não haver equivalente no vernáculo. Tornando necessária a opinião de especialistas para avaliar a terminologia utilizada.

A partir do sistema de conceitos obtido podemos afirmar que o ensino da escrita japonesa descrita pela unidade terminológica ensino do sistema gráfico de notação da língua japonesa é constituído de três grandes vertentes que são: o conhecimento sobre o grafema propriamente dito indicada pela categoria **grafema**, o conhecimento sobre o uso desses grafemas indicada pela categoria **uso** e os procedimentos para o ensino indicada pela categoria **ensino**, como descrevemos a seguir.

A categoria **grafema** nos mostra a necessidade do conhecimento da evolução da escrita – grafema – ao lado da evolução da história literatura japonesa, principalmente em relação aos primeiros textos escritos. É claro que é um conhecimento recomendável ao professor, entretanto, sem a obrigatoriedade de se exigir do aprendente tal conhecimento. Ao aprendente basta que saiba ler, escrever, entender e saber utilizar adequadamente a escrita japonesa. Por se tratar de um sistema muito diferente do alfabético, admitindo grafemas semânticos e fonéticos, o processo de ensino deve ser efetuado de forma a não criar atritos que venham a se transformar em choque cultural por parte do aprendente.

A organização da informação quanto ao **uso** dos grafemas permite selecionar melhor os recursos auxiliares colocados à disposição dos aprendentes, a fim de facilitar sua independência no tocante à ampliação do léxico da língua japonesa e seu uso adequado. Esse uso adequado demanda um processo de ensino do grafema vinculado a um contexto que permita ao aprendente fazer inferências que possibilitem o domínio desse conhecimento de forma facilitada. Pesquisadores japoneses sobre escrita japonesa são unânimes em considerá-la de difícil utilização, pois são muitas as exceções às regras gerais, como leituras especiais atribuídos a alguns ideogramas ou conjunto de ideogramas formando palavras. Esse fato deve explicar a produção e edição de inúmeros tipos de dicionários relativos à escrita e uso de palavras das mais variadas formas, como por exemplo dicionários específicos para palavras de origem estrangeira, dicionários de uso e escrita de palavras e outros. A utilização desses recursos pode ser recomendada a partir do final do nível básico.

A categoria **ensino** nos dá diretrizes teóricas de como desenvolver o processo de ensino-aprendizagem da escrita japonesa. Sendo que se analisarmos os materiais disponíveis, devido aos recursos que disponibilizam, podemos nos basear num mesmo livro didático para introduzir a escrita de forma silábica ou por palavração, conforme o enfoque que quisermos dar.

O tripé que se apresenta como ensino de escrita japonesa aponta linhas que fundamentam o ensino de qualquer assunto. O ensino da escrita japonesa está fundamentado no conhecimento do conteúdo (os grafemas), na utilização correta desse conteúdo e nos conhecimentos de processos e recursos que permitam esse ensino. Apesar das diferenças culturais, as diretrizes que caracterizam o ensino da escrita japonesa são universais.

Os especialistas afirmam ser necessário que a linguagem oral esteja desenvolvida para se iniciar o aprendizado da escrita. No caso do ensino de língua japonesa como língua estrangeira, é realidade evidente que o desenvolvimento da oralidade e a da escrita são efetuadas simultaneamente. Entretanto, faz-se necessário lembrar que em geral os aprendentes, no caso de brasileiros, já têm a oralidade e escrita da língua portuguesa adquirida. É de se esperar que façam associações

inconscientes por ocasião da aquisição dessa nova escrita, apesar de ser um sistema completamente diverso àquele com o qual estão acostumados.

O desenvolvimento simultâneo da oralidade e da escrita faz necessária a interface com a área da psicologia cognitiva. O conhecimento daí retirado permitirá responder questões como: de que forma funciona o cérebro que já possui um código de comunicação escrita para adquirir um novo código de escrita? Neste ponto não devemos nos esquecer de que a criança japonesa tem um tempo de nove anos para adquirir o conhecimento básico obrigatório da escrita japonesa, que consiste na aquisição da leitura, escrita e utilização dos grafemas fonéticos e de cerca de dois mil grafemas semânticos, os ideogramas, quantidade considerada satisfatória para um indivíduo comum na sociedade japonesa.

O estudo da linguagem de especialidade do ensino da escrita japonesa nos permite uma visão teórica dos processos de ensino e não uma receita milagrosa que com um passe de mágica consigamos alcançar todo e qualquer objetivo de ensino.

Na maioria das vezes os autores afirmam que se “aprende o ideograma pela mão”, ou seja, através do treino da escrita. A receita dada por esses autores é: “cópia cuidadosa dos traços do grafema, repetindo essa ação inúmeras vezes”. Entretanto, é constatação real que este tipo de exercício repetitivo não é condizente com o cotidiano de boa parte de nossos aprendentes, que têm acesso a recursos modernos como o estudo com utilização de meios proporcionados pela informática. E há aqueles que não têm acesso a esses recursos, e os cujo cotidiano está permeado entre o trabalho para a sobrevivência e os estudos, restando pouco tempo para se dedicar a este último. Em qualquer dos casos, só é possível recomendar o treino da escrita nos moldes indicados acima.

Mudanças devem ser realizadas após reflexão e pesquisas de campo acerca do assunto. Pesquisas devem ser realizadas através do desenvolvimento de estratégias planejadas para o ensino da escrita japonesa, sua aplicação e observação para coleta de dados de forma a obter um resultado quantitativo em relação ao aprendizado de forma palpável, para determinar a adequação ou não da estratégia planejada.

Consideramos propício o desenvolvimento de novas estratégias de ensino da escrita japonesa para evitar que ocorram “choques culturais” durante o seu aprendizado. De forma que o aprendizado da escrita japonesa não se torne um fator de falta de motivação para o estudo da língua japonesa.

É nossa intenção, atuar positivamente dentro do sistema do grande processo de ensino-aprendizagem de línguas e dessa forma concretizar o pensamento de TAKEBE (1991, p. 3) “O grafema e a correspondente escrita utilizada na língua japonesa é complicada. Entretanto, ensiná-la significa ensinar a língua japonesa.”

A descrição das propostas de ensino da escrita japonesa através de um sistema que relaciona suas unidades terminológicas demonstra que o ensino da escrita japonesa não é uma coleção de metodologias e técnicas de ensino, mas envolve um conhecimento profundo do que é a escrita japonesa e seu uso, além dos fundamentos de seu ensino. Aliando o conhecimento sobre ensino da escrita japonesa com a percepção das necessidades e condições do público alvo será possível avaliar e escolher a estratégia mais adequada para cada grupo de aprendentes de tal forma que eles consigam adquirir, de forma orientada, o léxico da língua japonesa. E assim, através do ensino da escrita japonesa e seu uso, será possível fazer com que o aprendente percorra um universo diferente daquele a que está habituado, abrindo novos horizontes que permitam uma nova visão de mundo.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas.** Campinas.SP: Pontes. 2002.75p
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Ensino de línguas & comunicação.** Campinas, SP: Pontes. 2005. 111p
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. **O grande processo de ensino-aprendenteagem de línguas. UNB.** 2005. in mimeo
- ALVES, I. M. Empréstimos nas línguas de especialidades: algumas considerações. In **Ciência da Informação.** Brasília: IBICT, vol 24, número 3, 1995.
- ARAUJO NETO, A. G. **O comunicativo no ensino de língua estrangeira e o texto especializado.** Brasília, 2005.136p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Letras – Universidade de Brasília
- ARNTZ, R.; PICHT, H. **Introducion a la terminologia.** Madri: Pirámide, 1995. 384p.
- BARBOSA, M. A. **Léxico, produção e criatividade: processo de neologismo.** 3ª ed. São Paulo: Plêiade, 1996. 323p.
- BARBOSA, M. A. Estrutura e formação do conceito nas línguas especializadas: tratamento terminológico e lexicográfico. In **Revista Brasileira de Lingüística Aplicada,** Belo Horizonte, vol. 4, número 1, 2004, 333p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70. 1977, 225p.
- BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching** 4 ed. New York: Longman. 2000. 352p
- CABRÉ, M. T. **La terminologia. Teoria, metodologia, aplicaciones.** Barcelona: Editorial Antártida. 1993. 529 p
- CABRÉ CASTELLVI, M. T. **El traductor y la terminologia.** in Coloquio Internacional: Interpretar, traducir textos de la(s) cultura(s) hispânica(s). Forli 21-23 de outubro de 1999.
- CABRÉ, M. T. Textos especializados y unidades de conocimiento: metodología y tipolización. In Garcia Palacios,J.; Fuentes,M.T. (ed) . **Texto, terminología y traducción.** Salamanca: Ediciones Almar. 2002. p 15-36
- CABRÉ, M. T. **Theories of Terminology: their discription, prescription and explanation.** In Terminology. 9.2. 2003. p 163-200

CABRÉ, M. T. La terminologia, una disciplina em evolução: pasado, presente y algunos elementos de futuro. In **Revista Debate Terminológico**, 1. 2005 (em fase de publica o). N o paginado

CABRÉ, M. T. **La terminologia: representación y comunicación: elementos para una teoria de base comunicativa e otros artículos**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. 1999. 369p

CABRÉ, M.T.; FELICE, J. **La terminologia cientifico-tecnica: reconocimiento, análisis y extracción de información formal y sem ntica**. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. 2001. 302p

CAMPOS, H. (org). **Ideograma: Lógica, Poesia, Linguagem**. SP: EDUSP. 2000. 237p

COELHO, J; HIDA, H. **Dicionário universal japonês - português**. Japão: Shogakukan.1998. 1461p

CRYSTAL,D. **Dicionário de ling stica e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000. 275p

DOI, E. T. **Reflexões sobre o emprego da escrita no ensino de japonês** in Estudos Japoneses V .São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP 1985, p 5-10

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de Ling stica**. 15 ed. São Paulo: Cultrix. 1997. 653p

DUCROT; O., TODOROV, T. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. SP: Perspectiva. 1988. 339p

FELBER, H. **Terminology manual**. Paris: Unesco: Infoterm. 1984. 426 p.

FELBER, H.;PICHT, H. **Métodos de Terminografia y principios de investigacion terminologica**. Madri: Instituto Miguel Cervantes, 1984.252p.

FERREIRO, E. **Cultura escrita e educa o**: conversas de Emilia Ferreiro com José Antonio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres. Tradu o Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed. 2001. 179p

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários   prática educativa . São Paulo: Terra e Paz. 1996. 148p.

FUNDA O JAPÃO. São Paulo. **Ensino de língua japonesa**: escolas e cursos. 2003

GAKUSH  KENKY SHA **Shin Renb  Sh gaku Kanjijiten**. 3 ed. Japão.Gakken. 2005. 851p.

GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdu o geral às ciências e técnicas da informa o e documenta o**. Brasília: MCT/CNPq/IBICT. 1994. 540p

- HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. São Paulo: Parábola Editora. 2003.183p
- HINATA, N. **Dicionário japonês - português romanizado**. Japão: Editora Kashiwashobo.1992.612p
- HOUAISS, A.; VILLAR, M .S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001. 2922p.
- INTERNATIONAL STANDARZATION INSTITUTE ISO WD 704.1 **Terminologia: princípios e métodos**. [S.I.], 1996
- JOKO, Alice T. **Análise contrastiva dos sistemas fonológicos do japonês e do português – Subsídios para o ensino de japonês para falantes do português do Brasil**. 1987. 129p. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas e Vernácula da Universidade de Brasília.
- KATO, M. A. **No mundo da escrita**. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003. 144p
- KITAHARA, Y. **Meikyo Kokugojiten**. Japão : Daishûkan'shoten, 2002.1813p.
- NAGANO, T. **Nihongo hyougen hô**. 3 ed. Japão: Tamagawa Daigaku, 2001. 208p.
- NAGAO, T. **Hayawakari nihonbungaku**. Japão: Nihon Jigyo Shuppansha. 2001 262p
- NAKAYAMA, H. Terminologia do ensino da língua japonesa. In Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua Literatura e Cultura Japonesa. São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP. 1992 p 41-45
- NUIBE, Y. **Nihongo nihongokyôiku nyûmon**. Japão: Sôtakusha. 991. 270p
- OBUNSHA. **Hyôjun kanwa jiten**. Japão: Obunsha, Inc. 1991. 1055p.
- PRAHBU, N. S. A dinâmica da sala de aula. Tradução de J.C.P de Almeida Filho e R.C.Tardin Cardoso. In **Contexturas – Ensino crítico da língua inglesa**. No.5. Indaiatuba: Apliesp 2000/2001. p.79-96
- SAGER, Juan C. **Curso práctico sobre el procesamiento de la terminología**. Madri: Pirâmide, 1993. 448p
- SAMPSON, G. **Sistemas de escrita**. São Paulo: Ática, 1996. 240p
- SANADA, S. **Yokuwaku nihongo shi**. Japão: ALC. 2004 . 174 p.
- SILVEIRA, M. I. M. **Línguas estrangeiras: uma visão histórica das abordagens, métodos e técnicas de ensino**. São Paulo: Ed. Catavento. 1999. 86p

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2 ed. 8^a. reimpressão. Belo Horizonte: Autentica. 2004. 125 p.

SUZUKI, T. A escrita japonesa. in **Estudos Japoneses** V. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da USP 1985, p 53-61

TAKAMIZAWA, H. et al. **Shin hajimete no nihongo kyouiku. Kihon'yôgo jiten** Tokio: ASK. 2004. 293p

TAKEBE, Yoshiaki. **Moji hyôki to nihongo kyôiku**. Tokyo: Bonjinsha. 1991. 480p.

WAKISAKA, G. **Man'yôshû**: vereda do poema clássico japonês. São Paulo: Ed. Hucitec. 1992. 264p

WIDDOWSON, H. G. **O ensino de línguas para a comunicação**. Tradução José Carlos Paes de Almeida Filho. Campinas, SP: Pontes. 1991. 230p

YAMASHIRO, J. **História da Cultura Japonesa** .São Paulo: Ibrasa. 1985. 234p

DUCROT.; TODOROV, T. **Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem**. SP: Perspectiva. 1988. 339p

APÊNDICE 1

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES DOS DADOS DAS FICHAS DE ELABORAÇÃO

Esta tabela tem a finalidade de identificar as informações inscritas nas fichas de elaboração, informando a fonte da unidade terminológica de coleta.

A tabela a seguir indica:

Coluna 1 - número da ficha de elaboração

Colunas 2 e 3 - página(s) da fonte de referência – em caso de não haver indicação da página a fonte não foi utilizada

No.	Fonte 1 - TAKAGI,Hiroko. <i>Nihongono moji-hyôki nyûmon.</i> Tokyo.Babel Press,2003.153p. Página(s)	Fonte 2 - OKI, Hirokazu. Yasashii nihongo shidoô 7 – moji/hyôki . Tôkyô:Kokusainihongokenshûkyôkai, 1999,108p Página(s)
001	6	
002	6	
003	1, 6	
004		7
005		7
006	2	
007	2, 42	
008	104	100
009	2, 5	
010	16	
011	6 e 9	
012	8	
013	8	
014	8	
015	9	
016	38	19
017	38	20 e 21
018	12 e 13	
019	16	
020	16	7
021	16	
022	17, 24 e 126	
023	17	
024	24	80
025	24, 25 e 26	
026	11 e76	82
027	18	62
028	18	

029	18	58
030	18	
031	18	
032	18	
033	19	60 e 62
034	20	
035	22	
036	22	94
037	22	94
038	26 e 27	16
039	28 e 29	6
040	32 e 37	68 e 69
041	32 e 36	67
042	34	
043	34	
044	34	
045	34	
046	34	
047	35	
048	35	
049	38	
050	38	
051	40	
052	40	
053	41	
054	42	48
055	42	50
056	46	12
057	4	
058	46	12
059	46	
060	46	13
061	50	14
062	50	14
063	50	14
064	50	14
065	51	14 e 15
066	52	15
067	52	15
068	52	38 e 39
069	56	27
070	56	
071	56	26
072	56	24
073	56	
074	56	
075	57	40

076	60	40
077	60	
078	60	
079	66	
080	66	34
081	66	32
082	66	32
083	66	32
084	67	33
085	68	
086	68	
087	70	
088	70	
089	71	36
090	71	36
091	71	36
092	71	37
093	72	
094	72	23
095	74	
096	80	
097	102	
098	102	
099	102	
100	115,116 e 126	
101	116	
102	118	
103	118	
104	120	
105	120	
106	122	
107		13
108		21
109		22
110		23
111		23
112		23
113		35
114		35
115		35
116		42
117		44
118		64
119		65 e 66
120		76
121		83 e 84
122		88

123		98
124	101	105
125		25
126		102
127		103
128	34	
129	17	

APÊNDICE 2

FICHAS TERMINOLÓGICAS DEFINITIVAS

Identificação da fonte de dados da ficha definitiva:

1 – Indicação em campo próprio na ficha terminológica definitiva – referem-se a dados coletados para elaboração da descrição da unidade terminológica. Os números indicam as fichas de elaboração. A indicação da fonte de dados de cada ficha de elaboração está registrada no apêndice 1.

2 – A indicação de fonte no final dado campo “descrição sistematizada da unidade terminológica” indica referencias consultadas para elaborar a equivalência em língua portuguesa.

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 表記法の指導 <i>Hyôkihô no shidô</i>		No. 001
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Ensino do sistema gráfico de notação da linguagem	
Categorização		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 011 e 100		
Descrição sistematizada da unidade terminológica O ensino da escrita japonesa tem como objetivo o uso correto dos grafemas e o conhecimento do sistema de escrita padrão na língua japonesa e normas relativas à escrita (ortografia). É considerado como campo de abrangência do método de escrita o seguinte conhecimento concreto e sistemático sobre grafema e sua escrita: A. os tipos de grafemas e sinais; B. o uso dos grafemas e sinais que consiste em: (1) a escrita padrão japonesa; (2) o uso do <i>kana</i> (3) <i>okurigana</i> (4) a escrita de palavras de origem estrangeira (5) a escrita dos ideogramas (6) a leitura dos ideogramas (7) os usos dos sinais (8) o uso do dicionário; C. a seleção da escrita dos grafemas É necessário o conhecimento sistematizado dos itens acima enumerados, para desenvolver um procedimento de ensino e aprendizagem adequada a cada grupo de aprendentes. HIDA, Y.; COELHO, J. (1998, p.379) e DURCROT, O.; TOFOROV, T. (1988, p.186)		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 日本語の文字体系 <i>Nihongo no moji taikai</i>		No. 002
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Sistema de grafemas da língua japonesa	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 001, 010 e 012		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica Para Takagi (2003,p.16), após a identificação feita por Taylor, passou-se a classificar os grafemas utilizados na língua japonesa como ideogramas e fonogramas. Denominamos de grafema a unidade do sistema de escrita em pesquisa, considerando-o adequado como equivalente para a unidade terminológica <i>moji</i>. Consideramos como elementos que compõe a estrutura da escrita padrão japonesa os grafemas e sinais que tornam isso possível.</p> <p style="text-align: right;">HOUAISS,A(2001,p.1472), DUBOIS,J.et al(1973,p.41,313,360),CRYSTAL,D.(2000,p.128)</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 表意文字 <i>Hyôimoji</i>		No. 003
UT equivalente no vernáculo Ideograma	UT de empréstimo	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 004		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica <i>Hyôimoji</i> significa letra com significado, podendo ser considerado um grafema semântico. O ideograma é considerado um grafema semântico uma vez que possui significado como uma das características. O ideograma possui três características simultaneamente: a forma , o som (leitura) e o significado.</p> <p style="text-align: right;">TAKAMIZAWA et al(2004,p.104) e KITAHARA,Y.(2002,p.360)</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 六書 <i>Rikusho</i>	No. 004
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Princípio de construção do ideograma
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 061	
<p> Descrição sistematizada da unidade terminológica O <i>rikusho</i> é o resultado da análise em relação à forma, leitura e significado dos grafemas escritos no estilo <i>reisho</i>, induzindo seis tipos de regras para construção (<i>shokei, shiji, kiai, keisei, kasha, tenchû</i>). No início do segundo período da dinastia Kan (mais ou menos no século I da nossa era), um estudioso de nome <i>Kyôshin</i> elaborou o texto “<i>Setsumon kaiji</i>”. Nesta obra, <i>Kyôshin</i> reuniu, sistematizou, classificou e explicou diversos ideogramas criados e usados no período de 1000 anos desde o tempo do período <i>Shû</i>, de <i>kinbun</i> (±1300AC). Analisou 9353 ideogramas tipo <i>tensho</i> (±200AC) e 1163 ideogramas anteriores diferentes da forma <i>tensho</i>. <i>Kyôshin</i> considerou como princípio para a classificação dos ideogramas o <i>Rikusho</i>, por ele concebido. Esse princípio de classificação considera os ideogramas em 6 grupos, sendo que nos quatro primeiros dependem do tipo de formação: <i>shôkei, shiji, kiai e seikei</i> e nos dois são considerados o tipo de uso: <i>kasha e tenchû</i>. Quando <i>Kyôhin</i> realizou este trabalho, ainda não havia sido descoberto o <i>kôkotsumoji</i>. Para os pesquisadores tradicionais de ideogramas primeiro foi criado um grupo de ideograma denominado [<i>bun</i>], em seguida tomando isto como base foram criados grupos de grafemas [<i>ji</i>]. Por isso [<i>bun</i>] é o grafema que não pode ser mais decomposto representando a unidade básica do mesmo. O <i>shôkeimoji</i> (pictograma) representa [<i>bun</i>]. Normalmente é denominado de [<i>ji</i>] se for um grafema elaborado pela combinação de dois ou mais [<i>bun</i>]. </p> <p style="text-align: right;">CAMPOS,H(2000,p.208)</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 象形文字 <i>Shôkeimoji</i>		No. 005
UT equivalente no vernáculo Pictograma	UT de empréstimo	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 062		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Segundo SUZUKI,T.(1985,p.53) “<i>shôkei</i>”, significa literalmente “figura” – são ideogramas que representam pictoricamente objetos, elementos da natureza. Trata-se de um pictograma. Deve-se imaginar como um desenho simplificado. Como por esse método não era possível representar tudo que existia, em geral quando se criava um ideograma <i>shôkeimoji</i>, este era usado como base para elaborar outros ideogramas. Apesar de constituírem a forma originária de criação de ideogramas, seu número é reduzido, correspondendo a cerca de 3% do total de ideogramas hoje existentes.”</p> <p>BORBA,F.(org) (2006,p.1071) considera “pictograma é um desenho estilizado que funciona como um signo de uma língua.”</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 指示文字 <i>Shijimoji</i>		No. 006
UT equivalente no vernáculo Logograma	UT de empréstimo Notação em diagrama	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 063		
<p>O logograma (<i>shijimoji</i>) é o ideograma que os antigos construíram reunindo idéias para representar gráfica e abstratamente, conceitos que não podem ser vistos, são ideogramas apresentados, principalmente, por empréstimos de outros já existentes. O logograma é construído colocando pontos e linhas representando idéias abstratas, ou utilizando parte de um pictograma</p> <p>CAMPOS,H. DE (ORG) DIZ:”... o segundo o princípio de construção dos caracteres é o diagrama. Algumas idéias não podem ser representadas, podendo entretanto, diagramadas.”</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 会意文字 <i>Kaiimoji</i>		No. 007
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Composição associativa	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 64		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Consiste na associação do significado que originariamente era o [<i>bun</i>], a unidade básica do grafema, usado para criar um ideograma [<i>ji</i>], uma composição de unidades básicas, com novo significado. Consiste na representação de um conceito pela associação de mais de dois tipos de ideogramas. Podendo ser pensada como resultante da associação do pictograma e <i>shijimoji</i>. Por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> - utilizando o ideograma árvore - se juntarmos dois ideogramas representando árvore temos a palavra <i>hayashi</i> (bosque), reunido três ideogramas com significado de árvore, obteremos o ideograma <i>mori</i> (floresta); <p>e se juntarmos o ideograma indicativo de pessoa com o ideograma indicativo de árvore, passa a representar uma pessoa descansando debaixo de uma árvore indicando o conceito de descanso, descansar.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 形声文字 <i>Keiseimoji</i>		No. 008
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Composição por conceito e som	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 065		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>São ideogramas constituídos utilizando a associação de pelo menos dois [<i>bun</i>], ou seja, pelo menos duas unidades básicas de grafema, onde um deles torna-se elemento de leitura e o outro elemento de significado. Então, no ideograma composto temos a parte que indica a leitura e a parte que indica o significado. Na classificação do <i>rikusho</i> corresponde a aproximadamente 2/3 dos ideogramas de uso diário.</p> <p>Segundo SUZUKI, T. (1985, p. 54) “<i>keisei</i>”, literalmente “conceito e som” – são ideogramas que nasceram da combinação de um ideograma que dá a leitura e de outro que dá o conceito.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 仮借 <i>Kasha</i>	No. 009
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Composição por rébus
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 066	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O ideograma utilizado por empréstimo de leitura é baseado na representação de um novo conceito através do empréstimo da leitura de um ideograma já existente. Ou seja, dentre os ideogramas existentes, escolhe-se apenas pelo fato da leitura ser semelhante ao som que se quer representar, sem levar em conta o significado para usar como a representação. Consiste na utilização do ideograma considerando apenas o aspecto da leitura do mesmo. Trata-se de um procedimento semelhante ao utilizado na China antiga para transcrever nomes escritos em sânscrito com ideogramas.</p> <p>DUCROT,H.;TODOROV,T.(1988,p187) “... rébus processo que parece haver desempenhado o papel mais importante, e que consiste em notar uma palavra usando o signo de outra, porque as duas são homófonas.”</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 転注 <i>Tenchû</i>	No. 010
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Composição por sinédoque
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 067	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p><i>Tenchû</i> é a utilização de um ideograma já existente para dar-lhe um novo significado. Pode-se afirmar que se trata de uma mudança no significado do ideograma, através de uma associação de idéias. Trata-se do uso do ideograma fazendo uma interpretação ampliada do significado que já possui. Exemplo: O ideograma [longo,comprido] é um pictograma oriundo da figura de um idoso com cabelos longos. O significado indicava longo e também idoso. Mais tarde, esse significado foi ampliado para indicar “o cabeça”, “o chefe”.</p> <p>DUCROT,H.;TODOROV,T.(1988,P.254) “Sinédoque:emprego de uma palavra num sentido cujo significado habitual é apenas uma de suas partes.”</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の音訓 <i>Kanji no on'kun</i>	No. 011
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Leituras do ideograma
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 079	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Denomina-se “<i>kanji no on'kun</i>” às leituras associadas ao ideograma. Chama-se [<i>on</i>], [<i>on'yomi</i>] ou [<i>jion</i>] a leitura adaptada à pronúncia japonesa da leitura chinesa do ideograma introduzido da China. A leitura denominada [<i>kun</i>], [<i>kun'yomi</i>] ou [<i>jikun</i>] é a leitura associada à palavra japonesa que possui significado igual ao do ideograma em questão.</p> <p>Em dicionários e livros didáticos as indicações das leituras [<i>on</i>] são transcritas em <i>katakana</i> e das leituras [<i>kun</i>] em <i>hiragana</i>.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 訓読み <i>Kun'yomi</i>	No. 012
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Leitura japonesa
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 080, 113, 114 e 115	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>A leitura <i>kun</i> (leitura japonesa) ocorre quando o significado do ideograma e a sua correspondência em língua japonesa são equivalentes. Se a denominação em língua japonesa e o ideograma chinês representam um mesmo conceito, a denominação japonesa fixa-se ao ideograma chinês como leitura, nesse caso essa denominação é um <i>jikun</i> (leitura japonesa). Para cada ideograma há uma leitura e significado associado. Um ideograma utilizado na língua japonesa possui basicamente uma leitura <i>on</i> (leitura de origem chinesa) e uma leitura <i>kun</i> (leitura de origem japonesa).</p> <p>Podemos classificar o <i>jikun</i>, a leitura <i>kun</i> (leitura japonesa) em:</p> <p><i>Seikun</i> - se a palavra japonesa associada estiver de acordo com o significado original do ideograma;</p> <p><i>Kokukun</i> - se o ideograma for adotado pela língua japonesa, sem relação alguma com o significado original do ideograma, sendo este usado apenas como empréstimo;</p> <p><i>Gikun</i> – trata-se de palavra composta por ideogramas, e a leitura associada à palavra japonesa por inteiro. Tem também a denominação <i>juku jikun</i>.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 音読み <i>On'yomi</i>	No. 013
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Leitura chinesa
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 081, 082, 083, 084 e 085	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p><i>Jion</i> - a leitura <i>on</i> (leitura chinesa) do ideograma corresponde à leitura na língua chinesa com pronúncia à moda japonesa. A leitura chinesa do ideograma depende do período, da região da China, e do governo que sustentava a China na época de sua introdução no Japão. Pode-se dizer que chegaram ao Japão na seqüência [<i>goon</i>], [<i>kan'on</i>], [<i>toon</i>].</p> <p>Chama-se <i>go on</i> – leitura <i>go</i> - a leitura do ideograma transmitida ao Japão, através do intercâmbio com a China entre os séculos V e VI , chegando junto com o budismo para ler textos sagrados. Nessa época, o Japão mantinha intercâmbio principalmente com Go. É necessário chamar a atenção de que mais ou menos na mesma época, o budismo, também, chegou ao Japão através de Kudara. Entretanto as leituras dos textos, também, eram realizadas através da leitura <i>go</i>.</p> <p>Chama-se <i>kan'on</i> – leitura <i>kan</i> – a leitura incorporada à língua japonesa em um período de aproximadamente 300 anos, de 607 a 894, quando o intercâmbio com a China se deu através de missões denominadas <i>kentôshi</i> (comitiva de emissários japoneses formado por monges budistas, estudantes e funcionários do governo com a finalidade de manter intercâmbio comercial e cultural). Durante esse período, ocorreu a unificação de <i>Zui</i> e <i>To</i> e ambos passaram a capital para <i>Chôan</i>. Os participantes das missões desse período, estudaram as leituras dos ideogramas utilizados na época. Ao regressar ao Japão passaram a adotar essa leitura, denominada de <i>kan'on</i>. Houve um forte movimento entre os séculos VIII a XII para a adoção da leitura <i>kan'on</i>. Como resultado, hoje em dia encontramos dois terços das leituras realizadas em <i>kan'on</i> e o restante em leitura <i>go</i>. Por essa razão freqüentemente encontramos ideogramas admitindo duas ou mais leituras chinesas.</p> <p>A leitura do ideograma introduzida no Japão na época da dinastia To é denominada leitura <i>tô</i>. Engloba também a leitura do período Sô, sendo chamada de leitura <i>sô</i>, mas essa nomenclatura não é utilizada no sentido amplo. A leitura <i>tô</i>, foi introduzida junto com o zen-budismo no período Kamakura (1185-1333). E após o período Edo (1600-1867) só era utilizada por pessoas ligadas a relações comerciais com <i>Tô</i> ou por monges budistas, ou então por estudiosos como tema de pesquisa.</p> <p><i>Kan'yôon</i> – denominamos de leitura de uso corrente, a leitura originada das modificações sofridas ao longo do tempo pelas leituras <i>go</i> e <i>kan</i>. À medida que eram utilizadas no Japão, essas leituras sofreram alterações de forma que foram, inúmeras vezes, modificadas por influências e analogias e acabaram por admitir leituras que não coincidem com nenhuma das originais.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の字体 <i>Kanji no jitai</i>		No. 014
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Forma padrão do ideograma	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 069, 077, 078 e 110		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica Denominamos de escrita padrão à estrutura do grafema. TAKAMIZAWA, H. et al (2004, p.132) consideram <i>jitai</i> equivalente a standard – que por sua vez consideramos equivalente a padrão, no vernáculo. Para Takamizawa o padrão de um ideograma corresponde à composição de pontos e traços que o distingue de outro ideograma. Existem diferenças entre os padrões estabelecidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>shinjitai</i> – padrão de escrita utilizado após o anúncio do Guia de escrita de ideogramas de uso corrente. É o padrão utilizado atualmente; - <i>kyūjitai</i> - padrão de escrita utilizado antes do anúncio do Guia de escrita de ideogramas de uso corrente; - <i>seiji</i> – forma de escrita fiel em relação à forma original sem omitir pontos ou traços; - <i>zokuji</i> – corresponde ao padrão de escrita do grafema utilizado normalmente. Corresponde ao <i>seiji</i> simplificado. Após o anúncio de sua adoção no Guia de ideogramas de uso corrente, passaram a ser o novo estilo de escrita utilizado oficialmente. - <i>ryakuji</i> – consiste na utilização da escrita do grafema em substituição ao padrão <i>seiji</i>, sendo escrito de forma mais simplificada com a eliminação de alguns traços. <p>Os padrões <i>ryakuji</i>, <i>seiji</i>, <i>zokuji</i> tem grafemas que foram introduzidos mais ou menos na mesma época, tendo uma longa história. Antes o padrão <i>ryakuji</i> era utilizado extra-oficialmente, mas após ser indicado no Guia de ideogramas de uso corrente, tornou-se um <i>shinjitai</i> (padrão novo), passando a ser admitido oficialmente como padrão de escrita. O que ocorre atualmente é a coexistência, em alguns casos dos dois tipos de escrita, tornando necessário levar em conta o bom senso de quem escreve, que deve prestar atenção para a ocasião, o lugar, tipo de mensagem para determinar qual padrão usar.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の画数 <i>Kanji no kakusû</i>	No. 015
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Número de traços de um ideograma
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 076	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Se observarmos o padrão de escrita do ideograma, verificamos que é constituído de pontos e traços. Chamamos de número de traços à quantidade total desses pontos e traços que constituem o ideograma. Entre os ideogramas, existem os simples com 1 ou 2 traços e os complicados com até 60 traços. Cada um desses ideogramas deve ficar inserido dentro de um espaço quadriculado bem determinado. Considera-se o estilo de escrita <i>kyôkashotai</i> como padrão para contagem do número de traços, pois pode ocorrer variação quanto ao número de traços conforme o estilo de escrita utilizado.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の筆順 <i>Kanji no hitsujun</i>	No. 016
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Seqüência de traços do ideograma
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 075	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>A seqüência de traços consiste na seqüência de composição dos pontos e traços para formar um grafema. A seqüência dos traços quando a escrita é a pincel, é a forma de conduzir o pincel com naturalidade, dando atenção ao fato de escrever corretamente. Portanto, se escrevermos segundo uma seqüência ordenado dos traços, o grafema terá um aspecto mais organizado. (a letra fica melhor)</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の部首 <i>Kanji no bushu</i>	No. 017
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Radical do ideograma
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 068	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O radical indica a divisão em grupo, a partir de sua forma. Trata-se de um instrumento para classificar e ordenar um ideograma através de características de sua forma, agrupando aqueles que tem as mesmas características. Existem os seguintes tipos de radicais:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <i>hen</i> – ao dividir o ideograma em dois blocos verticais, o bloco do lado esquerdo corresponde ao radical; 2. <i>tsukuri</i> – ao dividir o ideograma em dois blocos verticais, o bloco do lado direito corresponde ao radical; 3. <i>kan'muri</i> – ao dividir o ideograma em dois blocos horizontais, o bloco superior corresponde ao radical; 4. <i>ashi</i> – ao dividir o ideograma em dois blocos horizontais, o bloco inferior corresponde ao radical; 5. <i>tare</i> – a parte inclinada de cima para baixo em direção à esquerda corresponde ao radical; 6. <i>nyô/nyû</i> – a parte que rodeia de cima à esquerda para baixo à direita corresponde ao radical; 7. <i>kamae</i> – a parte que rodeia por inteiro corresponde ao radical. <p>Este é um dos tipos de organização utilizada em dicionários de ideogramas japoneses. E dentro de cada grupo são organizados segundo o número de traços.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 表音文字 <i>Hyōon'moji</i>		No. 018
UT equivalente no vernáculo Grafema fonético	UT de empréstimo Fonograma	
Categorização <p style="text-align: center;">Grafema</p>		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 005, 020 e 021		
Descrição sistematizada da unidade terminológica <i>Hyōon'moji</i> são grafemas que possuem forma e som (leitura), mas não têm significado. Devido a esse fato é denominado de grafema fonético. O grafema fonético pode ser silábico ou segmental. O grafema fonético silábico é denominado também de <i>kana</i> ou então fonograma. A escrita japonesa admite dois tipos de <i>kana</i> : <i>hiragana</i> e <i>katakana</i> . O grafema fonético segmental utilizado na escrita japonesa consiste no alfabeto romano utilizado na forma denominada escrita <i>rōmaji</i> . DUBOIS et al(1973,p.284), TAKAMIZAWA,H. et al (2004,p.128) e SAMPSON(1996,p.39,217 e 218)		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 万葉仮名 <i>Man'yōgana</i>		No. 019
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo <i>Man'yōgana</i>	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 028, 029 e 030		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Chama-se <i>man'yōgana</i> o ideograma utilizado como <i>kana</i> (grafema fonético). Considerando que o <i>hiragana</i> e <i>katakana</i> tiveram sua origem no ideograma, é necessário considerar as etapas pelas quais sua escrita atravessou. O nome <i>man'yōgana</i> indica uma das etapas. OKI,H (1999, p.58) indica a seguinte evolução:</p> <p>Mais ou menos 300 anos após a entrada da escrita ideográfica no Japão foram publicadas as primeiras obras escritas por japoneses. São eles: <i>Kojiki</i>, no ano 712; <i>Nihon shoki</i> em 720 e <i>Man'yōshu</i> em 759. A análise da forma de escrita dessas obras demonstra a evolução da escrita japonesa. A obra <i>Nihon shiki</i> está escrita, em sua totalidade, em <i>kanbun</i>, ou seja texto cuja seqüência de palavras segue a estrutura da língua chinesa. O <i>Kojiki</i> apresenta textos em <i>kanbun</i> também, mas em algumas partes apresenta textos com palavras que seguem a seqüência da estrutura da língua japonesa, com utilização de ideogramas funcionando como se fossem grafemas fonéticos, podendo-se dizer que a obra apresenta uma mistura onde à primeira vista parece ser um texto em chinês, mas se verificarmos com atenção não é isso que ocorre. A obra <i>Man'yōshu</i> foi escrita em sua totalidade com estrutura da língua japonesa e utilização de ideogramas ora como ideogramas ora como fonogramas. A utilização, nessa obra, de determinados ideogramas como fonogramas é que deu origem aos grafemas fonéticos inicialmente denominados <i>man'yōgana</i>. E é denominado de <i>magana</i> o som de cada um dos grafemas <i>man'yōgana</i>.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 平仮名 <i>Hiragana</i>	No. 020
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo <i>hiragana</i>
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 027 e 031	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O <i>hiragana</i> é denominado [<i>kana</i>] ou [<i>kan'na</i>], onde [<i>na</i>] indica letra com o significado de não ser padrão, mas ser proveniente de uma simplificação. O nome [<i>hiragana</i>] passou a ser utilizado após o período Edo. O <i>hiragana</i> é originado da escrita simplificada do ideograma na forma <i>man'yōgana</i>. Na realidade é a simplificação da escrita cursiva do ideograma, consistindo em algo que não é possível saber qual é o ideograma original (de partida). Como este tipo de letra teve início na aprendizagem e treino de escrita (caligrafia) das mulheres, também é chamada de <i>on'na te</i>.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 片仮名 <i>Katakana</i>	No. 021
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo <i>Katakana</i>
Categorização Grafema	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 033	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O <i>katakana</i> foi elaborado a partir da abreviação de um grafema, utilizado como método mnemônico para leituras de textos oficiais escritos em chinês (<i>kanbun</i>). Foi utilizado a partir do período <i>Heian</i> (794-1185) para redigir documentos e como sinais de orientação de textos chineses. Consistia de uma parte da escrita de um ideograma em forma cursiva, abreviada, concretizou-se no período <i>Heian</i>. O <i>katakana</i> era inscrito por monges budistas em sutras e textos chineses para auxiliar na leitura japonesa, era usada também para inscrever, entre as colunas escritas, notas do tradutor e anotações em dicionários.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 五十音図 <i>Gojûon 'zu</i>		No. 022
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Tabela do silabário japonês	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 018		
Descrição sistematizada da unidade terminológica A tabela do silabário japonês foi construída com base na análise da língua. Tem origem na organização dos sons japoneses em componente vogal e componente consoante. Esta organização foi elaborada por monges que antigamente realizavam estudos do sânscrito. A referida tabela consiste em uma lista de grafemas <i>kana</i> . Dizem que essa organização foi realizada no fim do século X ou início do século XI. Há diversas teorias quanto aos objetivos deste tipo de disposição, mas pode-se dizer que estão relacionados a essa elaboração os estudos da escrita em sânscrito, e a utilização como recurso para indicar o som de um determinado ideograma, utilizando outros dois (de leitura conhecida). Esta tabela foi publicada entre os séculos XII e XIII. A tabela do silabário atual contém 46 fonogramas do kana não modificado. TAKAMIZAWA et al (2002,p.226) e KAWARAZAKI,M.(1979,p.IX)		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica ローマ字 <i>Rômaji</i>		No. 023
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita romanizada	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 035, 036 e 037		
Descrição sistematizada da unidade terminológica A escrita romanizada é efetuada através do alfabeto latino Foi utilizado pela primeira vez em publicação de um texto cristão em língua japonesa, através da escrita latina. Por isso a escrita romanizada da época era a pronúncia da língua japonesa escrita com grafemas da língua portuguesa. Em 1885, Tanakadate Aikitsu, propôs uma escrita romanizada de acordo com o silabário da escrita japonesa, seguindo o sistema fonético da língua japonesa e foi denominada escrita romanizada <i>nihonshiki</i> . Em 1905, foi organizado o grupo [<i>rômaji hirôkai</i>], algo como [associação de divulgação do rômaji], que adotou o chamado <i>hebonshiki</i> , ou seja o estilo <i>hebon</i> , no qual os fonemas são representados de acordo com a pronúncia inglesa. O nome <i>hebon</i> deve-se ao fato de J.C. Hepburn ter produzido um dicionário japonês-ínglês, cuja entrada era grafada em escrita romanizada.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 区切り符号 <i>Kugiri fugô</i>		No. 024
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Sinal de pontuação	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 008		
Descrição sistematizada da unidade terminológica Chamamos de sinal de pontuação (também <i>kudokuten</i>) aos sinais que tanto na escrita vertical como na horizontal, indicam visualmente dentre os componentes de um texto o corte e a continuação, clarificando as relações entre as palavras na construção de frases, evitando enganos de interpretação, facilitando a leitura. Foram relacionadas em 1950, e são em número de 5: <ol style="list-style-type: none"> 1 。 <i>maru</i> – ponto final 2 、 <i>tem</i> - vírgula 3 ・ <i>nakaten</i> - ponto de separação – utilizada quando se escreve de forma seguida ou abreviada nomes, datas. 4 () <i>kakko</i> - parênteses 5 「」 『』 <i>kagi</i> - colchetes os sinais 4 e 5 são utilizadas para destacar citações. O ponto final e a vírgula são denominados também de <i>kutôten</i> . É necessário prestar atenção também na posição de cada um dos sinais em caso de escrita vertical e horizontal		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 繰り返し符号 <i>Kurikaesi fugô</i>		No. 025
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Sinal de repetição	
Categorização Grafema		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 124		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O sinal de repetição é utilizado em substituição ao segundo grafema, quando se apresentam dois iguais em seguida.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O sinal 々 é utilizado para substituir um ideograma. Entretanto tal substituição não se aplica quando o último ideograma de uma palavra coincidir com o primeiro ideograma da palavra seguinte. 2. Apenas em caso de escrita vertical, o sinal ヷ é utilizado para substituir som repetido dentro de uma palavra. Entretanto, não utilizamos em caso de <i>katakana</i>, <i>okurigana</i> e sons repetidos em duas palavras seguidas. 3. Apenas em caso de escrita vertical, usa-se o sinal ヸ em situação semelhante ao item 2, quando o som repetido é sonorizado. 4. Apenas em caso de escrita vertical, usa-se o sinal ヹ para indicar a repetição de dois <i>kana</i>. 5. Tanto em escrita vertical como em horizontal utiliza-se o sinal " para indicar repetição daquilo que está registrado na linha anterior. <p>Os sinais indicados por 2, 3 e 4 não são utilizados em textos de ensino de língua japonesa para evitar erros. Entretanto, é conveniente que seja explicado o significado de cada um deles, pois em textos comuns tais sinais são utilizados. Procura-se não utilizar sinais de repetição em textos oficiais.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字仮名交じり文 <i>Kanji kana majiri bun</i>		No. 026
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita padrão de texto em língua japonesa	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 015 e 039		
Descrição sistematizada da unidade terminológica A expressão “ <i>kanjikanamajiribun</i> ” indica que a escrita padrão atual da língua japonesa é uma combinação adequada de ideogramas japoneses <i>kanji</i> e fonogramas japoneses <i>kana</i> (<i>hiragana</i> e <i>katakana</i>). Entretanto, na realidade são utilizados quatro tipos diferentes de escrita: o ideograma <i>kanji</i> , o fonograma <i>hiragana</i> , o fonograma <i>katakana</i> e o alfabeto latino, além dos números arábicos. As regras de ortografia tornam possível o uso correto dos fonogramas; as regras de okurigana, o uso dos ideogramas adaptados às regras socialmente toleradas tanto em relação à forma como em relação à escrita da letra.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 現代日本語の音の表記 <i>Gendai nihongo no on no hyôki</i>		No. 027
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita dos sons da língua japonesa atual	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 128		
Descrição sistematizada da unidade terminológica A escrita da língua japonesa está baseada nos sons da mesma como ela é na atualidade. Os fonogramas e suas combinações representam a escrita dos sons: <i>chokuon</i> , <i>hatsuon</i> , <i>dakuon</i> , <i>han'dakuon</i> , <i>yôon</i> , <i>sokuon</i> , <i>chôon</i> .		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 直音の表記 <i>Chokuon no hyōki</i>		No. 028
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita do som básico	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 042		
Descrição sistematizada da unidade terminológica Denominamos <i>chokuon</i> ao som básico (fundamental) do silabário. É o som correspondente a todos os grafemas da tabela do silabário japonês, excetuando-se o grafema correspondente ao som [N] indicado pelo grafema 「ん」. São sílabas representadas por uma única letra <i>kana</i> , sem uso do diacrítico.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 撥音の表記 <i>Hatsuon no hyōki</i>		No. 029
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita da consoante nasal moraico	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 043		
Descrição sistematizada da unidade terminológica É o som indicado pelo grafema 「ん」, correspondente ao som de [N], que é denominação de vários sons nasais, quando moraico.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 濁音の表記 <i>Dakuon no hyôki</i>		No. 030
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita da sílaba sonorizada	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 044		
Descrição sistematizada da unidade terminológica Escrita do som vozeado ou consoante sonora são sons expressos por grafemas que representam sons surdos [k],[s],[□],[t],[t□],[ts],[h],[ç],[F] acrescidos do diacrítico 「 [°] 」.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 半濁音の表記 <i>Han'dakuon no hyôki</i>		No. 031
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita da sílaba oclusiva bilabial surda	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 045		
Descrição sistematizada da unidade terminológica Escrita da sílaba oclusiva bilabial surda. São sílabas iniciadas pela oclusiva bilabial surda /p/ - [pa][pi][pu][pe][po]. Sons expressos pelos grafemas (は, ひ, ふ, へ, ほ) acrescidos do diacrítico 「 [°] 」.		
JOKO, A .T.(1989,p.33-34)		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 促音の表記 <i>Sokuon no hyôki</i>		No. 032
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita da consoante dobrada	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 047		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica Corresponde à escrita do som oclusivo da consoante dobrada, com duração de uma mora. Em língua japonesa é representada pelo fonograma [tsu] em tamanho menor que os outros fonogramas que representam as sílabas. Em escrita romanizada é representada por repetição da consoante. Exemplo: せっけん – sekken (sabão)</p> <p style="text-align: right;">Takamizawa,H. ET AL(2004,P.69)</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 長音の表記 <i>Chôon no hyôki</i>		No. 033
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita da sílaba longa	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 048		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica <i>Chôon</i> (sílabas longas) – corresponde ao som da vogal longa. É o som pronunciado estendendo longamente, prolongamento este equivalente a uma mora. Ela não existe independentemente. Em hiragana, sua escrita é realizada através do acréscimo do grafema correspondente às vogais (a, i, u, e, o). Em katakana, em caso de escrita horizontal é representado por um traço (-) horizontal, em caso de escrita vertical, por um traço () vertical.</p> <p style="text-align: right;">TAKAMIZAWA,H. et al(2004,p.69)</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 拗音の表記 <i>Yôon no hyôki</i>		No. 034
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita do som palatalizado	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 046		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>A escrita de <i>Yôon</i> (som palatalizado) corresponde à escrita de sons constituídos pela combinação dos sons dos fonogramas da linha 「i」 com o fonema (j). A representação do yoon é realizada escrevendo o primeiro grafema em tamanho normal e o segundo em tamanho menor. O tempo de pronúncia de cada conjunto yôon é de umas mora.</p> <p style="text-align: right;">TAKAMIZAWA,H.et al (2004,p.70)</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 定家仮名遣 <i>Teika kana zukai</i>		No. 035
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Ortografia Teika do silabário	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 118		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Fujiwara no Sadaie (1162-1241) conhecido pela edição da obra “<i>Hyakunin’ isshû</i>”, era também um estudioso de clássicos e poeta. Na tentativa de corrigir a desordem no uso do <i>kana</i> (fonograma) Sadaie publicou o livro “<i>Gekansho</i>”. Trata-se de um manual onde estão registrados os critérios para o uso de <i>kana</i> que foi denominada Ortografia Teika do silabário. Esta norma orientou a utilização dos fonogramas que foram substituídos em função das mudanças ocorridas na pronúncia dos sons com o passar do tempo. Alguns sons da coluna 「wa」 do silabário, com o tempo perderam o som da consoante (w) e passaram a ser representado por grafemas da coluna 「a」. Esta norma orientou a substituição da utilização dos grafemas da coluna [wa] pelos da coluna [a].</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 歴史的仮名遣い <i>Rekishiteki kana zukai</i>		No. 036
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Ortografia histórica do silabário	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 119		
Descrição sistematizada da unidade terminológica 500 anos após Fujiwara no Sadaie, já no período Edo (1600-1867), Keichû apresentou uma nova ortografia, pois após estudos de obras clássicas percebeu as contradições na Ortografia Teika do silabário. No período Meiji (1868-1912) essa ortografia era utilizada para escrever documentos oficiais e livros didáticos. Essa norma tem como característica a atualização da escrita de sons que eram próximas e representadas por fonogramas diferentes, devido a transformações fonéticas, mas escritas como eram originariamente, passaram a ser escritas conforme a pronúncia atualizada.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 現代かなづかい <i>Gendai kana zukai</i>		No. 037
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Ortografia contemporânea do silabário	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 041		
Descrição sistematizada da unidade terminológica Em novembro de 1946, foram divulgados, simultaneamente, pelo governo o “guia de ideogramas de uso corrente” e a “ortografia contemporânea do silabário”. Foi um fato revolucionário dentro da ortografia da japonesa, pois estabeleciam:- a restrição do número de ideogramas que podem ser utilizados; quantos e quais são os ideogramas com campo de uso restrito; palavras que utilizam ideogramas que não constam da lista devem ser escritas em fonogramas, e a transcrição de palavras com a utilização de fonogramas devem ser elaboradas respeitando a pronúncia real da palavra.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 当用漢字表 <i>Toyô kanji hyô</i>		No. 038
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Lista de ideogramas de uso corrente	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 016		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Ao final da segunda guerra mundial, para escrever a língua japonesa da época, foram estabelecidos 1850 ideogramas para uso diário. A listagem desses ideogramas foi anunciada pelo governo em 16 de novembro de 1946 com a denominação de “Guia de ideogramas de uso corrente”. As leituras desses ideogramas de uso corrente foram estabelecidos no “Guia de leituras de ideogramas de uso corrente”, anunciado em 1948 e revisto em 1973. Em 1949, foram indicadas instruções quanto à forma, direção e tamanho dos pontos e traços de um grafema, consolidando a forma de apresentação do ideograma através do “Guia de escrita do ideograma de uso corrente”.</p> <p>A primeira vez que o governo implementou a política da restrição ao uso dos ideogramas, foi em 1946, quando o governo anunciou o “Guia de ideogramas de uso corrente”. Este guia anunciado simultaneamente às regras da “Ortografia moderna” marca época na história da escrita japonesa. Dizem que este fato fez com que a língua japonesa entrasse no período moderno da escrita.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 当用漢字音訓表 <i>Tôyô kanji on 'kun 'hyô</i>		No. 039
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Lista de leituras do ideograma de uso corrente	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 049		
O guia de leituras dos ideogramas de uso corrente consiste no estabelecimento das leituras (leitura chinesa e leitura japonesa) de um ideograma. Apresentada pelo governo		

em 1948 e revista em 1973.

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 当用漢字字体表 <i>Tôyô kanji jitai hyô</i>	No. 040
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Lista da escrita dos ideogramas de uso corrente
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 050	
Descrição sistematizada da unidade terminológica Em 1949, foi estabelecido pelo governo o guia do padrão de escrita dos ideogramas de uso corrente. Este guia estabelece a forma do grafema, o comprimento e a direção do ponto e do traço, sendo consolidada o padrão e a tolerância quanto a variação na escrita.	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 常用漢字表 <i>Jôyô kanji hyô</i>	No. 041
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Lista de ideogramas de uso diário
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 017	
Descrição sistematizada da unidade terminológica O “guia de ideogramas de uso diário” é composto do “Guia de ideogramas de uso corrente” e do “Guia de leitura dos ideogramas de uso corrente” revistos com o acréscimo do “Guia de escrita dos ideogramas de uso corrente”. Este guia foi anunciado pelo governo em 1 de outubro de 1981. Este guia é o padrão para a leitura e escrita dos ideogramas. É constituído de um guia principal com a tabela dos ideogramas e suas leituras e anexos com considerações que se fazem necessárias para cada ideograma. O guia principal contém 1945 ideogramas. Em 1981 foi anunciado pelo governo o “Guia de ideogramas de uso diário”. Consiste de um guia que é resultado da revisão, correção e acréscimos ao “Guia de ideogramas de uso corrente”. É considerado como referência para o uso dos ideogramas no cotidiano dos japoneses.	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 現代仮名遣い <i>Gendai kana zukai</i>		No. 042
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Ortografia atual do silabário	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 040		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Chama-se “Ortografia atual do silabário” a norma que rege a base da escrita atual em língua japonesa. Foi aprovada em 01 de julho de 1986. Tendo como características o fato da norma ortográfica estabelecer como princípio a escrita da palavra acompanhando a pronúncia da linguagem atual, respeitando o uso corrente da escrita, fixando os usos especiais (exceções à regra). A norma indica também as formas de apresentação dos grafemas e suas variantes com diacríticos, combinações, etc.</p> <p>A diferença entre [ortografia moderna do silabário] e [ortografia atual do silabário] é que esta última, a mais recente, apresenta uma revisão da situação de utilização dos grafemas de um modo geral, enunciando regras precisas em casos duvidosos que ainda restaram na última normalização.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 送り仮名 <i>Okurigana</i>		No. 043
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Desinência de palavras	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 054 e 055		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Quando escrevemos uma palavra utilizando a composição de ideograma e fonograma hiragana, chamamos de <i>okurigana</i> aos fonogramas que acompanham o ideograma. Foi estabelecido para fixar, de modo conveniente, a leitura japonesa do ideograma. Surgiu naturalmente por ocasião da transformação dos textos chineses em língua japonesa. Em 1973, foi anunciada, oficialmente, uma resolução que serve de ponto de referencia para o uso de <i>okurigana</i> em textos oficiais, leis, livros didáticos, jornais, revistas, jornalismo, etc.</p> <p>Há muito tempo, vem-se trabalhando para verificar se não há uma forma coerente de estabelecer regras para <i>okurigana</i>. Entretanto, pelo fato de haver muitos usos já consagrados, não foi possível estabelecer regras sem ambigüidades. Aqui apresentamos resumidamente regras que foram estabelecidas oficialmente:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 – A terminação de palavras que sofrem flexão (verbos, adjetivos) devem ser realizadas com fonograma <i>hiragana</i>. 2 – Em as palavras que não sofrem flexão, como substantivos, não são colocadas terminação em fonograma hiragana. 3 – Em as palavras que não flexionam, como advérbios, pronomes, numerais, conjunção, finalizamos a palavra, colocando como ultima sílaba um fonograma hiragana. 4 – Em palavras construídas por combinação de outros, cada parte da palavra composta seguem as regras acima. <p>Há casos de exceção à regra. Sem dúvida, constitui um problema saber exatamente a partir de sílaba da flexão dos verbos ou adjetivos deve-se escrever em fonograma.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 振り仮名 <i>Furigana</i>	No. 044
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Guia fonético
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 007 e 111	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Chamamos de <i>furigana</i> ao hiragana colocado ao lado do ideograma para indicar a sua leitura. Se a escrita for vertical esse grafema fica, na lateral à direita do ideograma; se a escrita for horizontal em cima ou em baixo do ideograma.</p> <p>O Guia de ideogramas de uso corrente traz: “ como regra, o <i>furigana</i> não será utilizado”. Este guia apresentou uma limitação na quantidade de ideogramas em utilização, retirando os de leitura difícil. A utilização do <i>furigana</i> estaria contra o princípio da limitação da quantidade de ideogramas.</p> <p>O Guia de ideogramas de uso diário publicado mais tarde afirma: “ao ideograma considerado de difícil leitura, conforme a necessidade, é admitido colocar <i>furigana</i>”.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 文字の書体 <i>Moji no shotai</i>	No. 045
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Estilo de escrita do grafema
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 071	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O estilo de escrita do grafema é considerado de duas formas: através do tipo de letra impressa e do tipo da letra manuscrita. No ensino de língua japonesa como língua estrangeira, não se trata do estilo de letra do aprendente, mas como é o tipo de escrita do grafema impressa nos livros didáticos e nos textos de referência.</p> <p>O estilo de escrita do grafema pode ser:</p> <p><i>insatsutai</i>– forma impressa: há vários tipos cada uma com suas peculiaridades. São:- <i>minshotai</i>, <i>kaishotai</i> e outros;</p> <p><i>hisshotai</i> – manuscrito: que tem as formas <i>kaishotai</i>, <i>gyôshotai</i> e <i>sôshotai</i></p> <p>Atualmente, os jornais utilizam o tipo <i>minshotai</i>, estilo considerado de fácil leitura.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 印刷体 <i>Insatsutai</i>	No. 046
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Forma impressa
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 072, 073 e 074	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Estilo de escrita através da impressão gráfica mecânica. A configuração obedece às regras estabelecidas pela ortografia. Existem vários estilos, sendo cada uma com suas peculiaridades.</p> <p>O <i>minchotai</i> consiste em um estilo de forma impressa, que é utilizado em livros em geral, em livros didáticos acima do nível ginásial, jornais e revistas. No início do período Meiji (1868-1912) os impressos utilizavam esse tipo de letra impressa. A configuração é de fácil leitura, porém, é inadequado para introduzir o estudo da escrita manuscrita.</p> <p>O <i>kyôkashotai</i> corresponde a um dos tipos de forma impressa da configuração <i>kaisho</i>. É utilizado em livros didáticos e livros infantis. O livro didático do primário utiliza o <i>kyôkashotai</i> e o livro didático do ginásio utiliza o <i>minchotai</i>.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 筆写体 <i>Hisshatai</i>	No. 047
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Forma manuscrita
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 125	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Forma manuscrita – Estilo de escrita manual. São considerados três tipos de escrita.</p> <p><i>Kaishotai</i> – forma manuscrita sem simplificação, com todos os traços bem definidos. É a forma mais próxima ao <i>kyôkashotai</i> da forma impressa.</p> <p><i>Gyôshotai</i> – <i>forma manuscrita com um pouco de simplificação no desenho dos traços.</i></p> <p><i>Sôshotai</i> – forma manuscrita com muita simplificação no desenho dos traços.</p> <p style="text-align: right;">TAKAMIZAWA, H. et al (2004, p.133)</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の機能と役割 <i>Kanji no kinô to yakuwari</i>	No. 048
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Função e papel do ideograma
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 095, 108, 109 e 112	
Descrição sistematizada da unidade terminológica O ideograma tem como atribuição ser utilizado para a escrita das palavras como substantivos, verbos, adjetivos e advérbios indicando seu significado. Usa-se, também para alguns conectivos. A limitação da quantidade de ideogramas ocorrida devido ao Guia de ideogramas de uso corrente, fez com que, em muitos casos, a parte indicativa do significado deixasse de ser escrita em ideograma. O Guia de ideogramas de uso diário, mais tarde, indicou regras de utilização dos ideogramas.	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の熟語 <i>Kanji no jukugo</i>		No. 049
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Palavra composta por ideogramas	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 087		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Chama-se <i>jukugo</i> ou <i>jukuji</i>, à palavra formada pela composição de dois ou mais ideogramas, reunidos para formar um significado. Uma das razões para este tipo de composição foi o fato de haver muitos ideogramas com a mesma leitura o que tornava difícil uma diferenciação. Essas palavras são compostas pela:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. repetição de um mesmo ideograma; 2. associação de ideogramas de mesmo significado; 3. associação de ideogramas de significados semelhantes; 4. associação de ideogramas de sentidos opostos; 5. associação de ideogramas de forma que o primeiro tenha a função de prefixo qualitativo ou limitativo; 6. associação de ideogramas de forma que o segundo tenha a função de sufixo qualitativo ou limitativo; 7. associação de um ideograma que tenha função qualitativa ou limitativa a um verbo ou adjetivo; 8. associação de dois verbos; 9. utilização de um verbo como prefixo a um substantivo, criando um outro substantivo ou verbo; 10. associação de um ideograma que individualmente ficam sem sentido. 11. associação como sufixo de verbo, adjetivo ou advérbio para criar novos adjetivos e advérbios; 12. a 17 . pela associação com afixos para criar novas palavras. 		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 熟語の読み方 <i>Jukugo no yomikata</i>		No. 050
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Forma de leitura de palavras compostas por ideograma	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 089, 090, 091 e 092		
<p>Os ideogramas da língua japonesa admitem duas formas de leitura. As leituras [on] de origem chinesa e [kun] leitura japonesa. Como são de naturezas diferentes pensamos não existir uso simultâneo, entretanto na realidade, a utilização adequada é difícil. No caso das palavras compostas por ideogramas podemos enumerar os seguintes tipos de leitura:</p> <p><i>jion'go</i> - leitura da palavra composta por ideogramas através da leitura [on] de cada um dos ideogramas componentes;</p> <p><i>jikun'go</i> - consiste em utilizar a leitura [kun] dos dois ideogramas que compõe a palavra;</p> <p><i>jûbakoyomi</i> – quando a leitura do primeiro ideograma é realizada através da leitura [on] e a do segundo ideograma através da leitura [kun];</p> <p><i>yutôyomi</i> - se a leitura do primeiro ideograma for [kun] e a do segundo ideograma for [on].</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 日本語の語類 <i>Nihongo no gorui</i>		No. 051
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Tipos de palavras japonesas	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 022, 023, 025 e 129		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>A língua japonesa é constituída dos seguintes tipos de palavras:</p> <p>Koyûgo ou wago - <i>Wago</i> também é chamado de <i>wagen</i>. Indica dois conceitos: um no sentido amplo com significado de língua japonesa ou palavra da língua japonesa, por outro lado pode indicar também as palavras da língua japonesa peculiar excetuando-se as palavras de origem estrangeira que foram incorporadas ao vocabulário do cotidiano. Com este último conceito é também denominado de <i>yamato kotoba</i> ou <i>yamatoshi</i>.</p> <p>Konshûgo - <i>Konshûgo</i> é palavra originada de combinação de elementos de diferentes origens como no exemplo <i>shôshaman</i> onde <i>shôsha</i> é palavra de origem chinesa, escrita em ideograma e <i>man</i> de origem inglesa, escrita em <i>katakana</i>.</p> <p>Shakuyôgo - é equivalente a <i>loan word</i> (palavra de empréstimo) definida como palavra de outra língua adotada e utilizada da mesma forma que outras palavras já existentes. No caso da língua japonesa incluíam as palavras de origem chinesa, que há muito tempo foram incorporadas na língua japonesa, denominadas kango que podem ser expressos por um, dois ou mais ideogramas, mas está determinado que sua leitura deve ser realizada através da leitura chinesa. Outro <i>shakuyôgo</i> é o gairaigo também palavra de origem estrangeira incorporada ao sistema da língua japonesa. Estas últimas, incorporadas recentemente ao vernáculo japonês, escritas em <i>katakana</i></p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 外来語 <i>Gairaigo</i>	No. 052
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Palavra de origem estrangeira
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 024 e 026	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O <i>gairaigo</i> refere-se a palavra de origem estrangeira incorporado ao sistema do vernáculo, também é denominado de <i>shakuyôgo</i>. É regra escrever utilizando o fonograma <i>katakana</i>. As palavras chinesas que há muito foram incorporadas à língua japonesa são denominadas <i>kango</i>, enquanto que palavras de origem chinesa de incorporação recente são consideradas <i>gairaigo</i> e são tratadas como tal. Atualmente, denominamos a palavra de origem estrangeira como <i>katakana go</i> ou então <i>katakana kotoba</i>. Principalmente, em tempos recentes devido ao rápido progresso da informática, parece que as palavras de origem estrangeira ficaram em maior evidência, induzindo à idéia de associar palavras de origem estrangeira à escrita em fonograma <i>katakana</i>..</p> <p>Devemos lembrar, entretanto, que a origem do fonograma <i>katakana</i> nada tem a ver com palavras de origem estrangeira. Foi apenas em 1954, que foi decidido oficialmente que o fonograma <i>katakana</i> deveria ser utilizado para escrever palavras de origem estrangeira.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 外来語の表記 <i>Gairaigo no hyōki</i>		No. 053
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita de palavras de origem estrangeira	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 096		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Segundo o relatório acerca da escrita de palavras de origem estrangeira, publicada em fevereiro de 1991, temos:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Palavras de origem estrangeira completamente adaptadas à língua japonesa, por estarem ali inseridas há muito tempo, quase não restando a idéia de sua origem são escritas com a utilização do fonograma <i>hiragana</i> e até mesmo com ideograma. (2) Escreve-se em fonograma <i>katakana</i> , se a palavra absorvida pela língua japonesa, não tiver ainda perdido traços de sua origem quanto a sua estrutura, se compararmos com aqueles completamente absorvidos. (3) Escreve-se fazendo combinações do fonograma <i>katakana</i>, na tentativa de reproduzir sons que não existem na língua japonesa, palavras onde restam ainda a idéia de que são de origem estrangeira. Apresentam muita variação na grafia da palavra e há movimentos que procuram ajustar esse formato. 		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 片仮名の表記 <i>Katakana no hyôki</i>	No. 054
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita em <i>katakana</i>
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 034 e 121	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Foi apenas no final do período Meiji (1868-1912) que se levantaram vozes para organizar a escrita de palavras de origem estrangeira, entretanto foi apenas após o fim da segunda guerra mundial, foram estabelecidas regras:</p> <p>1946 – O guia de ideogramas de uso corrente – indica que as palavras de origem estrangeira deveriam ser escritas em <i>kana</i> (fonograma).</p> <p>1954 – pelo anuncio da <i>Kokugo bangikai bukai</i> “palavras de origem estrangeira como regra devem ser escritos em <i>katakana</i>”</p> <p>A escrita do <i>katakana</i> é utilizada nos seguintes casos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- palavra de origem estrangeira e palavra estrangeira; 2- nomes de pessoa e localidade estrangeira; 3- termos técnicos, termos especializados como nome de doenças, etc; 4- nomes de animais, vegetais, ferramentas; 5- onomatopéias; 6- para indicar significados peculiares, gírias; 7- para facilitar a leitura, chamar a atenção ou enfatizar algum significado especial; 8- em textos de telegramas, endereçamento de documentos administrativos; 9- nomes de empresas e produtos; 10- expressar o som ou voz como sinal de pronúncia. 	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica ローマ字のつづり方 <i>Rômaji no tsuzurikata</i>		No. 055
UT equivalente no vernáculo		UT de empréstimo Escrita romanizada
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 123		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>A escrita romanizada consiste na utilização do alfabeto latino para registrar a língua japonesa. São seguintes as regras para a escrita romanizada:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 Representa-se o som nasal por <i>n</i> ou <i>m</i> conforme os sistemas: sistema <i>kunreishiki</i> • <i>nihonshiki</i> <i>tenki sinbun sanmyaku denpô</i> sistema <i>hebonshiki</i> <i>tenki shimun samumyaku demupô</i> 2 Se após o som nasal <i>n</i> tivermos <i>y</i> ou alguma vogal, utiliza-se o sinal ' como no exemplo sistema <i>kunreishiki</i> • <i>nihonshiki</i> <i>tan'i kin'yôbi sin'ei</i> sistema <i>hebonshiki</i> <i>tan'i kin'yôbi <u>sh</u>in'ei</i> 3 som oclusivo → duplica-se a consoante sistema <i>kunreishiki</i> • <i>nihonshiki</i> <i>gakki kitte zassi syuppatu ittyaku</i> sistema <i>hebonshiki</i> <i>gakki kitte zashhi <u>sh</u>uppatsu ictyaku</i> 4 vogal prolongada – coloca-se um acento circunflexo na vogal prolongada, ou escreve-se duplamente a vogal quando for a primeira letra da palavra, em qualquer sistema de escrita.. <i>okâsan kûki ôkii Oosaka</i> 5 sons especiais → a escrita é livre, em qualquer sistema de escrita <i>firumu huirumu ototsan otottwan</i> 6 início de sentenças • nomes próprios → a primeira letra da palavra deve ser maiúscula, em qualquer sistema de escrita <i>Kyô wa kayôbi desu. Mikami Akira</i> 		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 熟字訓 <i>Jukujikun</i>		No. 056
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo <i>Jukujikun</i>	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 093		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Denominamos <i>jukuji kun</i> ou <i>gikun</i> se a leitura da palavra composta por ideogramas for associada em sua totalidade à palavra japonesa. Ou seja, a leitura é realizada considerando a composição em sua totalidade, sem dividir como leitura de cada elemento componenete.</p> <p>O Guia de ideogramas de uso diário apresenta uma de lista 53 palavras com essa conformação.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 当て字 <i>Ateji</i>		No. 057
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo <i>Ateji</i>	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 094		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Chamamos de <i>ateji</i> às palavras construídas, levando-se em conta apenas a leitura do ideograma, sem considerar o significado de cada uma delas. São palavras criadas principalmente no período Edo (1600-1867) quando o uso dos ideogramas foi muito difundido. Os guias recomendam:</p> <p>Guia de ideogramas de uso corrente – o <i>ateji</i> deve ser escrito em fonograma <i>kana</i>.</p> <p>Guia de ideogramas de uso diário – publicou um anexo com 110 palavras consideradas <i>ateji</i> e <i>jukuji kun</i>.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 動植物の名称 <i>Dôshokubutsu no meisho</i>		No. 058
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Denominação da fauna e flora	
Categorização		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 112		
Descrição sistematizada da unidade terminológica Em relação à denominação de animais e vegetais estão estabelecidas as regras: O Guia de ideogramas de uso corrente traz: “denominações da fauna e flora devem ser escritos em <i>kana</i> (fonograma)”. O Guia de ideogramas de uso diário traz uma lista com denominações que são utilizadas em ideograma.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 人名漢字 <i>Jin'mei kanji</i>		No. 059
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Ideograma de nome de pessoas	
Categorização Uso		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 108		
Descrição sistematizada da unidade terminológica Em relação a nome de pessoas existem hábitos que tornam o Guia de ideogramas de uso corrente insuficiente, e criou insatisfação no meio do povo em geral. Por isso para resolver essa situação foi estabelecida, em separado, uma listagem própria. Hoje em dia, para colocar um ideograma no nome de uma criança é preciso seguir a legislação do registro civil. Atualmente estão à disposição 2229 ideogramas para escrever nomes.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 専門用語 <i>Sen'mon'yôgo</i>	No. 060
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Linguagem de especialidade
Categorização Uso	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 109	
Descrição sistematizada da unidade terminológica No Guia de ideogramas de uso diário, consta que o mesmo não deseja exercer influência sobre “ uma área especializada, ou na escrita de uma pessoa”, portanto a linguagem especializada não é objeto de regra. Por isso, cada área pode utilizar o ideograma que achar necessário.	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 文字の指導 <i>Moji no shidô</i>	No. 061
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Ensino do grafema
Categorização Ensino	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 057 e 101	
Descrição sistematizada da unidade terminológica O ensino da escrita japonesa é realizada através de um conjunto de ações que envolvem o ensino do grafema, o ensino de seu uso e normas e da análise dos procedimentos de ensino mais adequados para cada situação, grupo de aprendentes e nível de aprendenteagem. Como orientação para o ensino dos grafemas é indicado começar pelos fonogramas <i>kana</i> (<i>hiragana</i> e <i>katakana</i> – nessa ordem) e depois ensinar os ideogramas. Geralmente, inicia-se através dos sons da língua japonesa, com diálogos simples utilizando recursos visuais, até escrevendo em alfabeto romano, cuja escrita é familiar para o aprendente. Introduce-se inicialmente o <i>hiragana</i> , em seguida o <i>katakana</i> e aos poucos os ideogramas conforme a necessidade.	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 平仮名の指導の基本 <i>Hiragana no shidô no kihon</i>		No. 062
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Fundamentos do ensino do <i>hiragana</i>	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 102		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>É fundamental no ensino do <i>hiragana</i> orientar para que o aprendente consiga fazer a correspondência do som japonês e o grafema. Os objetivos do ensino de <i>hiragana</i> são a aquisição da:</p> <ul style="list-style-type: none"> - escrita; - pronúncia da palavra; - entoação da palavra dentro de uma sentença <p>e saber reconhecer o desvio entre a pronúncia e a escrita dentro de um texto.</p> <p>O método de ensino vai depender de quanto o aprendente está entendendo a pronúncia japonesa. Inicia-se pelos sons básicos, passando pelos sons de sílaba sonorizada, sons da oclusiva bilabial surda, sons da consoante dobrada, sons da sílaba longa, sons palatalizados. Os exercícios de pronúncia devem ser realizados através de vocabulário conhecido e avançando paulatinamente na medida que o aprendente se acostume com a pronúncia japonesa. É recomendado que se ensine o uso do <i>hiragana</i> como <i>okurigana</i>, as distinções no uso de (zi,di,zu,du) e (iu,yuu) após o ensino de ideogramas.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 平仮名の導入の順序 <i>Hiragana dōnyū no junjo</i>	No. 063
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Seqüência de introdução do hiragana
Categorização Ensino	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 120	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>A introdução ao <i>hiragana</i> é realizada, em geral, com a apresentação dos sons japoneses através da tabela do silabário japonês, fazendo a associação dos sons aos grafemas, utilizando o método sintético silábico do ensino da escrita, processo no qual o aprendente parte das sílabas para palavras. Ensinar aos poucos, uma coluna da tabela do silabário de cada vez; procurando formar palavras com os grafemas aprendidos, para não trabalhar apenas grafemas sem sentido, mas palavras. Após a fixação da figura do grafema com o som, passar para a escrita dos mesmos. Neste caso o processo de ensino é semelhante ao método fonético silábico. Após terminar os sons básicos, passar para os sons sibilados, a vogal longa, o som oclusivo e o som contraído; verificando sempre a fixação dos grafemas já introduzidos. Esta não é a única seqüência para ensinar <i>hiragana</i>. TOYOTA, T.; SANADA, K. (1997, p.181-186) sugerem um processo semelhante ao método analítico de palavração, no qual o aprendente parte de palavras que são separadas em sílabas. Neste caso é importante a seleção das palavras. Esta seleção deve ser realizada considerando palavras cujas sílabas componentes possam ser facilmente identificadas na seqüência da tabela do silabário. Por exemplo: se o objetivo é ensinar as sílabas da primeira coluna do silabário (<i>a, i, u, e, o</i>) utilizar palavras como <i>ashi, ie, ushi, e, okashi</i>. É recomendado que se verifique: 1 – que os aprendentes, a medida que treinam a leitura dominem o significado das palavras; 2 – a pronúncia correta das palavras; 3- a associação dos grafemas aprendidos através de palavras com os expostos na tabela do silabário; 4 – a escrita correta dos grafemas; 5 – a aprendizagem, através de recursos de avaliação do mesmo. Estes autores sugerem também que após o ensino dos sons básicos, ensinar o som sibilado, a vogal longo, o som oclusivo e após isso utilizar palavras com o som semi sibilado, uma vez que há possibilidade de encontrar mais palavras com o som semi sibilado se for associado ao som oclusivo, por exemplo utilizando sufixos de contagem. E por fim ensinar o som palatalizado.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 片仮名の指導 <i>Katakana no shidô</i>		No. 064
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Ensino do <i>katakana</i>	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 122		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O ensino do <i>katakana</i> deve ser realizado após o processo de ensino e aprendizagem do <i>hiragana</i>. A diferença no processo de ensino dos dois silabários é que os sons já devem ser do conhecimento dos aprendentes e o que ocorre agora é a associação do som com a nova escrita. Para aqueles que se sentem pressionados por essa nova seqüência de grafemas, mostrar que:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) a seqüência dos sons é a mesma da tabela do silabário de <i>hiragana</i>, portanto um conhecimento já adquirido; (2) a forma da letra é mais simples, pois trata-se de uma simplificação utilizando parcialmente o ideograma adotado para representar graficamente esse som; (3) a sílaba longa é representada por um traço; (4) não pode deixar de aprender, pois é utilizado para escrever além dos nomes de pessoas e logradouros estrangeiros, para escrever palavras consideradas japonesas que são de origem estrangeira; (5) não é só para palavras de origem estrangeira, é utilizado também para onomatopéias, interjeições, etc. 		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 片仮名の指導の基本 <i>Katakana no shidô no kihon</i>	No. 065
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Fundamentos do ensino de <i>katakana</i>
Categorização Ensino	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 104	
Descrição sistematizada da unidade terminológica O ensino de <i>katakana</i> é realizado de forma semelhante ao ensino do <i>hiragana</i> , entretanto a base de seu ensino não é a correspondência entre a forma escrita e a pronúncia original da palavra, mas a correspondência entre a escrita e a pronúncia em língua japonesa da palavra (normalmente de origem estrangeira) e o estudo de seu significado. Por isso, é importante no ensino do <i>katakana</i> o treino da forma escrita de sons que não existem na língua japonesa. Regra geral é utilizado o método analítico de palavração através de imagens e figuras. No Japão, são muito utilizadas palavras que aparecem em menus de restaurantes e palavras de origem estrangeiras com porcentagem de uso alta no cotidiano. Usa-se também ensinar treinando a forma padrão de escrita japonesa que consiste na escrita de sentenças através de uma combinação adequada de ideogramas e fonogramas japoneses.	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 片仮名の表記の問題 <i>Katakana hyôki no mondai</i>		No. 066
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Problemas de notação ortográfica no sistema katakana	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 105		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Como a escrita padrão do <i>katakana</i> tem um traçado mais simples, sua aprendizagem aparenta se mais simples, entretanto apresenta dificuldades como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • possui grafemas de aparência semelhante ao hiragana; • possui grafemas com composição de traços de tipos semelhantes; • a sílaba longa é representada por um traço, o que parece simples, entretanto deverá ser vertical ou horizontal, dependendo se a escrita é vertical ou horizontal; • em relação ao uso, ou seja, transformar uma palavra estrangeira em pronúncia japonesa e depois transcrever em <i>katakana</i>; <p>a redução do tamanho de palavras de mais de três sílabas, em geral de forma aleatória, ao sabor do uso das pessoas, dificulta a compreensão do significado.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の指導 <i>Kanji no shidô</i>		No. 067
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Ensino do ideograma	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 116		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O ensino de ideogramas consiste no ensino da forma, leitura e significado de cada ideograma, considerando as relações entre os três aspectos de cada ideograma e as relações que cada um deles mantém com o universo ao qual pertence. Para promover um processo de ensino com êxito é preciso que o professor mantenha uma atitude que desperte o interesse por seu estudo. TAKEBE, Y. (1989, p.3) afirma ser seu lema no ensino de ideogramas: “o ideograma é algo raro, precioso”. Ele parte da convicção de que o ideograma não é difícil e na crença de que a atitude positiva do professor é importante para vencer obstáculos. Essa atitude do professor vai depender muito de seu conhecimento acerca dos fundamentos para o ensino e forma de conduzir tal processo.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の指導の基本 <i>Kanji no shidô no kihon</i>	No. 068
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Fundamentos do ensino do ideograma
Categorização Ensino	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 106	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>O ideograma é dotado de uma forma (escrita padrão), leitura e significado. No momento do ensino, naturalmente, devem ser abordados esses aspectos. Ao ensinar a forma (escrita padrão) é preciso ensinar os radicais, número de traços, seqüência de escrita. Ao abordar a leitura é preciso ensinar sobre homófonos; e tratar de significado implica em falar sobre composição de palavras, etc. Aprender ideograma deve significar saber usá-los. O método utilizado deve ser adequado para cada grupo de aprendentes considerando suas possibilidades e necessidades. Observar sempre os pontos necessários de reforço e é preciso conhecer as características do aprendente para poder direcionar melhor essa ação. Quanto aos níveis de ensino, podemos pensar em duas etapas: no nível básico – introduzir uma palavra através da leitura, transcrevê-la em ideograma e depois treinar a escrita do grafema; do nível intermediário em diante, utilizar palavras contidas em um texto onde se pode verificar a leitura, significado e uso, fazer com que aprenda simultaneamente a formação, composição, forma de construção de palavras, etc. O objetivo é que consigam ler e escrever por volta de 500 ideogramas. Após isso fazemos com que tenham condição de prosseguir sozinhos consultando dicionários. Entretanto, há um consenso em que esse método não é conveniente, pois a quantidade informação que os aprendentes possuem nessa etapa ainda é não é adequada. Esses fatos fizeram com que houvesse uma revisão dos ideogramas de forma sistemática, levando em consideração a forma de cognição associada ao seu aprendizado, estão sendo realizados estudos e métodos que permitam a memorização através de elementos de composição do ideograma, de desmontagem e disposição dos elementos. Nota-se também a experimentação de procedimentos desenvolvidos para o estudo dos ideogramas através da forma, leitura, imagens, processos de memorização, etc. Apesar dos esforços não temos conhecimento de um método que seja único, apenas podemos citar o aprendizado utilizando processos de auto instrução com programa de computadores como um novo caminho.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 漢字の導入の方法 <i>Kanji no dōnyū hōhō</i>		No. 069
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Formas de apresentar ideogramas no ensino	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 117		
Descrição sistematizada da unidade terminológica Seqüência de apresentação dos ideogramas no ensino da escrita e a forma de introdução depende dos objetivos do público alvo, entretanto podemos apontar alguns critérios que podem ser observados. O ensino dos ideogramas pode ser realizado a partir de: <ol style="list-style-type: none"> (1) ideograma com um número pequeno de traços; (2) ideograma de significado de fácil entendimento; (3) ideogramas que podem se transformar em radicais ou parte de outro ideograma; (4) ideogramas utilizados em palavras de necessidade e uso freqüente; (5) ideogramas com possibilidade alta de vir a ser prefixo ou sufixo com possibilidade alta de formar novas palavras. Além desses critérios, pode-se pensar em um ensino: <ol style="list-style-type: none"> a) associado ao material didático principal; b) associado aos ideogramas listados para o exame de proficiência em língua japonesa; c) a partir de uma seleção, considerando aspectos práticos como iniciar o aprendizado por aqueles que são convenientes saber para uma pessoa viver no Japão. 		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 指導の留意点 <i>Shidô no ryûiten</i>	No. 070
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Prática da escrita do grafema
Categorização Ensino	
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 105	
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>A forma escrita do grafema depende, entre outros, da colocação do ponto, do comprimento e direção do traço, a concretização da delicada curva em sua composição. Um dos problemas encontrados na prática da escrita do grafema consiste na obediência à seqüência dos traços, fato este muitas vezes não obedecido por hábitos na escrita da língua materna do aprendente. Aprender a escrever pode ser comparada com aprender a cozinhar, pois para bem executá-la é preciso executar uma seqüência de ações, não se aprende apenas observando é preciso agir e uma vez aprendido, mesmo que passe um tempo sem executar tal ação, é capaz de cozinhar quando necessário. O mesmo ocorre com a escrita. Também não é só olhando que se aprende, é preciso praticar. Daí a máxima “ aprender com a mão” com o significado de aprender escrevendo. Segundo TAKEBE, Y. (1991, p.143-146) É importante que cada unidade que forma o grafema seja traçado sempre da mesma forma e seqüência. Da mesma forma que existe uma seqüência de ações para cozinhar, que após o aprendizado torna-se automático, o mesmo deve ocorrer com o aprendizado da escrita japonesa. A escrita do grafema exige que ela seja feita sempre na mesma seqüência pré-estabelecida, uma vez que há razões na origem da grafia para que seja feita dessa maneira e para que se torne uma escrita correta e legível. A exigência da seqüência decorre da exatidão que é exigida na escrita do grafema, pois a não observância neste item pode acarretar irregularidade no tamanho e forma dos traços e em consequência tornando-a ilegível. É indicada a seguinte seqüência como objetivos a serem alcançados através do treino da escrita:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>teinei</i> – Copiar prestando atenção no modelo. Fazer a distinção dos tipos de traços observando se é reto, arqueado, curvo ou dobrado. Fazer distinção na finalização do traço observando se o traçado cessa com firmeza, aos poucos afinando os traços ou se termina abruptamente como se a ponta do instrumento para escrever utilizado tivesse dado um salto. • <i>tadashiku</i> - Copiar corretamente. • <i>yomiyasuku</i> - Escrever de forma legível. • <i>totoonoete</i> – Escrever com exatidão. • <i>hayaku</i> – Escrever com rapidez. • <i>Utsukushiku</i> – Escrever de forma que resulte em uma letra bonita. <p>Consideramos a prática plenamente satisfatória se o aprendente chegar a escrever com exatidão e conhecer utilização correta dos recursos de apresentação da escrita japonesa. O fato do texto apresentar recomendações gerais quanto à prática da escrita em geral, na unidade terminológica equivalente foi adotado como prática de escrita do grafema.</p>	

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica ます目書き <i>Masumegaki</i>		No. 071
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo <i>Masumegaki</i>	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 099		
Descrição sistematizada da unidade terminológica <i>Masumegaki</i> significa escrever em um espaço quadrado. Em geral, aprendentes de escrita japonesa realizam os exercícios de treinamento em folha de papel quadriculado, pois a escrita japonesa tem como grande característica que cada letra ocupe o mesmo espaço, independentemente da quantidade de traços. O exemplo mais representativo da escrita japonesa em um espaço delimitado é a escrita na folha de papel quadriculado denominado <i>genkôyôshi</i> . Trata-se de uma folha preparada, normalmente, para a escrita vertical, ou escrita horizontal, em alguns casos, devendo cada letra ou sinal ocupar um espaço. Sinais de pontuação, ou letras auxiliares devem ocupar um quadrado e para facilitar a leitura não escrever fonogramas auxiliares e nem deixar sinais de pontuação ou parênteses em posição que ocupem as extremidades do espaço quadriculado.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 縦書き <i>Tategaki</i>		No. 072
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita vertical	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 097		
Descrição sistematizada da unidade terminológica Escrita vertical consiste na apresentação mais tradicional da escrita japonesa. Os grafemas são apresentados no sentido vertical do papel, são escritos de cima para baixo, por princípio da direita para a esquerda (escrita vertical à direita). Em geral, utilizam essa forma de escrita: os jornais, revistas em geral, as leis, obras literárias, livros didáticos da língua pátria, comunicações individuais.		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 横書き Yokogaki		No. 073
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita horizontal	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 098		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>A escrita japonesa admite dois tipos de apresentação escrita. A escrita <i>tategaki</i> quando os grafemas estão dispostos no sentido vertical do papel, e a escrita <i>yokogaki</i> quando dispostos no sentido horizontal do papel. Em geral, os grafemas são dispostos da esquerda para a direita e é denominada escrita horizontal à esquerda. Após a guerra, documentos oficiais passaram a ter escrita horizontal. Em 4 de abril de 1952, foi publicado “Pontos importantes para a elaboração de documentos oficiais”. Após a publicação dessas regras, excetuando-se os jornais, a utilização da escrita horizontal tem sido mais freqüente. Livros didáticos de ensino de língua japonesa como língua estrangeira, dicionários bilingües, muitos são os textos que usam a escrita horizontal.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 分かち書き <i>Wakachigaki</i>		No. 074
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Escrita com espaçamento entre palavras	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 006		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Em língua japonesa, este é um recurso didático utilizado se o texto estiver escrito apenas com utilização de fonogramas. É preciso que haja espaçamento entre palavras, pois não será possível identifica-las. Entretanto, excetuando-se casos especiais, é hábito escrever sem fazer o espaçamento entre as palavras, utilizando o sistema de combinação de ideogramas e fonogramas. Isto porque aparece o ideograma de forma visível chamando a atenção com seu significado e os fonogramas com a função de representar as flexões, partículas e verbos auxiliares, tornando a separação entre as sílabas sem função.</p>		

FICHA TERMINOLÓGICA DEFINITIVA
ENSINO DA ESCRITA JAPONESA

Unidade terminológica 原稿用紙の使い方 <i>Genkô yôshi no tsukaikata</i>		No. 075
UT equivalente no vernáculo	UT de empréstimo Uso do papel para manuscritos	
Categorização Ensino		
Fonte: número(s) da(s) ficha(s) de elaboração 126 e 127		
<p>Descrição sistematizada da unidade terminológica</p> <p>Chamamos de <i>genkô yôshi</i> ao papel com divisões quadriculadas próprio para manuscritos. Existem as versões para escrita horizontal e vertical. No Brasil, é mais facilmente encontrada a versão de escrita vertical. Em escolas de língua, esses papéis são utilizados para apresentação de textos de cópia, ou em elaboração de redações. Os textos escritos nesses papéis devem seguir regras para dispor o texto. No caso de escrita vertical são:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) Escreve-se o título do texto na primeira ou segunda coluna, a partir da direita, deixando livre 3 espaços, a partir de cima. (2) Escreve-se o subtítulo na coluna seguinte ao do título. Iniciando a uma altura de pelo menos dois espaços abaixo do título principal, colocando traços verticais no início e no fim do subtítulo. (3) Escreve-se o nome do autor do trabalho na coluna seguinte, deixando livre dois espaços no final; (4) Pode-se iniciar o texto na coluna seguinte, ou deixando o espaço de uma coluna. (5) Escreve-se um grafema em cada espaço. As letras menores (auxiliares) que indicam sons palatalizados e consoante dupla ocupam um espaço; (6) No início do texto, ou de um novo parágrafo, deve-se iniciar a coluna deixando um espaço como parágrafo; (7) Os números, em princípio, devem ser escritos em ideograma; (8) Os sinais de pontuação devem ocupar o espaço como se fosse uma letra; (9) Não se deve colocar ponto final ou vírgula, no primeiro espaço de uma coluna. Caso isso ocorra, deixar junto com o grafema anterior. (10) Se o primeiro sinal de parêntese tiver que ocupar o último espaço de uma coluna, deve ser transferido para o primeiro espaço da coluna seguinte; (11) As expressões coloquiais, em geral, são colocadas em outra coluna; (12) O ponto final e o colchete indicativo do fim de uma sentença coloquial devem ser colocados no mesmo espaço. <p>O caso da escrita horizontal:</p> <ol style="list-style-type: none"> (1) a utilização é semelhante ao da escrita em vertical; (2) A localização dos grafemas auxiliares muda de posição dentro do espaço quadriculado; (3) Os sinais indicativos do início e fim de expressão coloquial muda de direção; <p>;</p> <p>No caso de letra do alfabeto romano, é regra escrever duas letras em um espaço (MASUDA, K. 1995, p.328) admite para <i>genkô yôshi</i> o equivalente <i>manuscript paper</i>. Por essa razão utilizamos a terminologia papel para manuscrito.</p>		

APÊNDICE 3 – DESCRIÇÃO DAS UNIDADES TERMINOLÓGICAS CONSTITUINTES DO SISTEMA DE CONCEITOS

A tabela a seguir contém as unidades terminológicas analisadas distribuídas segundo sua categorização. Foram consideradas as categorias: grafema, uso e ensino. Cada linha da tabela informa:

- ❖ Primeira coluna - o número do termo no sistema de conceitos;
- ❖ Segunda coluna - a unidade terminológica na forma que foi coletada, a transcrição de sua leitura em alfabeto romano e o equivalente em língua portuguesa;
- ❖ Terceira coluna – a definição do termo coletado;
- ❖ Quarta coluna – o número da ficha definitiva que permitiu a elaboração da definição.

No. no sistema	Unidade terminológica Japonês/português	Definição	Fonte Ficha no.
	日本語教育における表記法の指導 <i>Hyôkihô no shidô</i> Ensino do sistema gráfico de notação da língua japonesa	Ensino do sistema de grafemas, sinais de pontuação e repetição adotados para transcrever a língua japonesa e seu uso segundo as regras ortográficas vigentes.	001

1 – O GRAFEMA

1	日本語の文字体系 <i>Nihongo no moji taikai</i> Sistema de grafemas da língua japonesa	Conjunto de grafemas (ideogramas, fonogramas e escrita romanizada) e sinais de pontuação que tornam possível a escrita padrão japonesa.	002
1.1	表意文字 <i>Hyôimoji</i> Ideograma	Grafema semântico que possui três características simultaneamente: a forma, o som (leitura) e o significado. É denominado também de <i>kanji</i> .	003
1.1.1	六書 <i>Rikusho</i>	Classificação dos ideogramas chineses segundo sua composição e uso. Segundo a sua composição temos: pictograma,	

	Princípio de construção do ideograma	logograma, ideograma de composição associativa, ideograma de composição através do conceito e som. Segundo o uso: ideograma concebido através de empréstimo fonético, ideograma originado de derivação de conceito.	004
1.1.1.1	象形文字 <i>Shôkeimoji</i> Pictograma	Ideograma representado por um desenho simplificado simbolizando os objetos da realidade.	005
1.1.1.2	指示文字 <i>Shijimoji</i> Notação em diagrama	Ideograma representado por linhas e pontos simbolizando idéias abstratas.	006
1.1.1.3	会意文字 <i>Kaiimoji</i> Composição associativa	Ideograma representado pela associação de outros já existentes, simbolizando um conceito.	007
1.1.1.4	形成文字 <i>Keiseimoji</i> Composição por conceito e som	Ideograma representado pela composição de outros já existentes, onde um componente é responsável pela leitura e o outro pelo significado.	008
1.1.1.5	仮借 <i>Kasha</i> Composição por rébus	Ideograma chinês utilizado apenas no seu aspecto de leitura, para representar um conceito ou leitura de palavra estrangeira.	009
1.1.1.6	転注 <i>Tenchû</i> Composição por sinédoque	Ideograma chinês utilizado por ampliação em seu significado através de associação de idéias.	010
1.1.2	漢字の音訓 <i>Kanji no on'kun</i> Leituras do ideograma	Leitura associada ao ideograma. Salvo algumas exceções, a cada ideograma japonês associam-se pelo menos dois tipos de leitura.	011
1.1.2.1	訓読み <i>Kun'yomi</i>	Leitura do ideograma adotada através da equivalência entre o significado do ideograma e a palavra japonesa	012

	Leitura japonesa	correspondente a esse conceito. Os dicionários de ideogramas têm por convenção, indicar essa leitura em fonograma hiragana.	
1.1.2.2	音読み <i>On'yomi</i> Leitura chinesa	Leitura do ideograma realizada conforme a leitura original chinesa, com pronúncia à moda japonesa. Os dicionários de ideogramas têm por convenção, indicar esta leitura em fonograma katakana.	013
1.1.3	漢字の字体 <i>Kanji no jitai</i> Forma padrão do ideograma	Aspecto do ideograma obtido através de uma composição de pontos e traços e aceito como padrão para representar um determinado conceito, distinguindo-o de outro. O padrão utilizado atualmente denomina-se shinjitai	014
1.1.3.1	漢字の画数 <i>Kanji no kakusû</i> Número de traços de um ideograma	Quantidade de pontos e traços que compõe um ideograma.	015
1.1.3.2	漢字の筆順 <i>Kanji no hitsujun</i> Seqüência de traços	Seqüência de pontos e traços, que devem ser rigorosamente obedecidos, utilizados para compor um ideograma.	016
1.1.3.3	漢字の部首 <i>Kanji no bushu</i> Radical do ideograma	Parte do ideograma utilizado para classificá-lo através de características de sua composição.	017
1.2	表音文字 <i>Hyôon' moji</i> Fonograma	Grafema fonético que possui forma e leitura. O grafema fonético pode ser silábico ou segmental. O grafema fonético silábico é denominado também de kana ou então fonograma. A escrita japonesa admite dois tipos de kana: hiragana e katakana. O grafema fonético segmental utilizado na escrita japonesa consiste na utilização do alfabeto latino na forma denominada escrita romanizada.	018
1.2.1	万葉仮名 <i>Man'yôgana</i>	Ideograma chinês utilizado como fonograma em língua japonesa. Tem esse nome pode ter sido utilizado na obra	019

	Man'yôgana	Man'yôshu (em 759). Esta obra foi escrita em sua totalidade com estrutura da língua japonesa e utilização de ideogramas chineses ora como ideogramas ora como fonogramas. Este fato é importante, pois trata-se de uma das etapas da transformação do ideograma chinês em fonograma japonês.	
1.2.1.1	平仮名 <i>Hiragana</i> <i>Hiragana</i>	Grafema fonético da língua japonesa originado da escrita simplificada da forma cursiva do ideograma chinês cuja leitura foi tomada de empréstimo para representar um determinado som da língua japonesa.	020
1.2.1.2	片仮名 <i>Katakana</i> <i>Katakana</i>	Grafema fonético silábico da língua japonesa elaborado a partir da abreviação de um ideograma chinês, utilizando-se apenas parte do mesmo, cuja leitura foi tomada de empréstimo para ser utilizada como método mnemônico para leituras de textos oficiais escritos em chinês (<i>kanbun</i>).	021
1.2.3	五十音図 <i>Gojûon'zu</i> Tabela do silabário japonês	Tabela contendo 46 grafemas fonéticos, representando os sons da língua japonesa. São grafemas que representam sons sem modificação por acréscimos de diacríticos, ou por associação de dois fonogramas.	022
1.2.4	ローマ字 <i>Rômaji</i> Escrita romanizada	Transcrição da língua japonesa com a utilização do alfabeto latino.	023
1.3	区切り符号 <i>Kugiri fugô</i> Sinal de pontuação	Sinal gráfico que indica visualmente o corte e a continuação em um texto, clarificando as relações entre as palavras na construção de frases, evitando enganos de interpretação, facilitando a leitura.	024

1.4	<p>繰り返し符号 <i>Kurikaeshi fugô</i></p> <p>Sinal de repetição</p>	<p>Sinal gráfico que indica repetição. É utilizado no lugar do grafema no seguinte caso: se uma palavra apresenta seguidamente dois grafemas idênticos, o segundo é substituído pelo sinal gráfico que indica repetição. Procura-se não utilizar sinais de repetição em textos oficiais.</p>	025
-----	--	--	-----

2 O USO

2	<p>漢字仮名交じり文 <i>Kanji kana majiribun</i></p> <p>Escrita padrão do texto em língua japonesa</p>	<p>Escrita realizada por uma combinação adequada de ideogramas, fonogramas, <i>rômaji</i> e sinais gráficos (de pontuação e/ou de repetição) para transcrever a língua japonesa.</p>	026
2.1	<p>現代日本語の音の表記 <i>Gendai nihongo no oto no hyôki</i></p> <p>Escrita dos sons da língua japonesa atual</p>	<p>Representação escrita dos sons da língua japonesa através dos grafemas da tabela do silabário japonês e suas associações com diacríticos ou combinações entre si.</p>	027
2.1.1	<p>直音の表記 <i>Chokuon no hyôki</i></p> <p>Escrita do som básico</p>	<p>Escrita de todos os grafemas da tabela do silabário japonês, excetuando-se aquele correspondente à sílaba nasal indicado pelo grafema 「ん」.</p>	028
2.1.2	<p>撥音の表記 <i>Hatsuon no hyôki</i></p> <p>Escrita do som nasal moraico</p>	<p>Escrita do grafema 「ん」, corresponde ao som de [N], que é denominação de vários sons nasais, quando moraico.</p>	029
2.1.3	<p>濁音の表記 <i>Dakuon no hyôki</i></p>	<p>Escrita do som vozeado ou consoante sonora. São sons expressos por grafemas que representam sons surdos [k],[s],[□],[t],[t□],[ts],[h],[ç],[F]</p>	030

	Escrita da sílaba sonorizada	acrescidos do diacrítico 「 ^ˆ 」.	
2.1.4	半濁音の表記 Han' dakuon no hyôki Escrita da sílaba oclusiva, bilabial surda	Escrita da sílaba oclusiva bilabial surda. São sílabas iniciadas pela oclusiva bilabial surda /p/ - [pa][pi][pu][pe][po]. Sons expressos pelos grafemas (は, ひ, ふ, へ, ほ) acrescidos do diacrítico 「 ^o 」	031
2.1.5	促音の表記 <i>Sokuon no hyôki</i> Escrita da consoante dobrada	Escrita do som oclusivo com duração de uma mora. É representada pelo fonograma TSU em tamanho menor que os outros fonogramas que representam a palavra. Em escrita romanizada é representada por consoante dupla. Exemplo: せっけん – sekken (sabão)	032
2.1.6	長音の表記 <i>Chôon no hyôki</i> Escrita da sílaba longa	Representação gráfica do som equivalente a uma vogal longa que é pronunciada conforme a vogal da sílaba imediatamente anterior. É o som pronunciado estendendo longamente, prolongamento este equivalente a uma mora. Ela não existe independentemente. Em hiragana, sua escrita é realizada através do acréscimo do grafema correspondente às vogais (a, i, u, e, o). Em katakana, em caso de escrita horizontal é representado por um traço (-) horizontal, em caso de escrita vertical, por um traço () vertical. Em escrita romanizada, em geral, a indicação é através do sinal circunflexo (^) na vogal da sílaba longa. Exemplo: すうがく – sûgaku (matemática) ビール – bîru – cerveja	033
2.1.7	拗音の表記 <i>Yôon no hyôki</i> Escrita do som palatalizado	A escrita de <i>Yôon</i> (som palatalizado) corresponde à escrita de sons constituídos pela combinação dos sons dos fonogramas da linha 「i」 com o fonema [j]. A representação do yoon é realizada escrevendo o primeiro grafema em tamanho normal e o segundo em tamanho menor. O tempo de pronúnciação de cada conjunto yôon é de	034

		uma mora.	
2.2	Regras ortográficas	Normas de utilização dos ideogramas e fonogramas. Aqui estão reunidas as regras ortográficas que vieram a ser utilizadas desde o início da história da escrita japonesa, até os dias de hoje.	
2.2.1	定家名遣い <i>Teika kana zukai</i> Ortografia Teika do silabário	Registro de critérios de utilização do fonograma, com a finalidade de uniformização de uso do mesmo. Recebeu este nome por ter sido estabelecido por Fujiwara Teika (1162-1241).	035
2.2.2	歴史的仮名遣い <i>Rekishiteki kana zukai</i> Ortografia histórica do silabário	Norma ortográfica adotada no período Edo (1600-1867). Essa norma tem como característica a atualização da escrita de sons que se tornaram próximos devido a transformações fonéticas, mas escritas como eram originariamente, passaram a ser escritas conforme a pronúncia atualizada.	036
2.2.3	現代かなづかい <i>Gendai kana zukai</i> Ortografia contemporânea do silabário	Norma ortográfica que tem como característica principal a restrição do número de ideogramas a serem utilizados. A norma indica quantos e quais são os ideogramas. As palavras que utilizam ideogramas que não constam da lista devem ser escritas por fonogramas. A transcrição de palavras com a utilização de fonogramas deve ser elaborada respeitando a pronúncia real da palavra. Foi divulgada em novembro de 1946.	037
2.2.4	当用漢字表 <i>Tôyô kanji hyô</i> Lista de ideogramas de uso corrente	Lista de 1850 ideogramas considerados de uso corrente. Esta lista foi anunciada simultaneamente com as regras da “Ortografia moderna”, em 16 de novembro de 1946..	038
2.2.4.1	当用漢字音訓表 <i>Tôyô kanji on kun hyô</i> Lista de leituras do ideograma de uso corrente	Lista que estabelece as leituras (japonesa e chinesa) dos 1850 ideogramas de uso corrente. Foi apresentado em 1948 e revisto em 1973.	039

2.2.4.2	当用漢字字体表 <i>Tōyō kanji jitai hyō</i> Lista do padrão de escrita dos ideogramas de uso corrente	Lista que estabelece a forma padrão de cada ideograma de uso corrente. Indica o formato (tipo de traços e pontos) de cada grafema. Foi apresentado em 1949	040
---------	---	--	-----

2.2.5	常用漢字表 <i>Jōyō kanji hyō</i> Lista de ideogramas de uso diário	Lista que indica a possibilidade de uso de 1945 ideogramas. Trata-se de um guia que é resultado da revisão, correção e acréscimos ao “Guia de ideogramas de uso corrente”. É considerado como referência para o uso dos ideogramas no cotidiano dos japoneses. Anunciado pelo governo em 1 de outubro de 1981.	041
2.2.6	現代仮名遣い <i>Gendai kana zukai</i> Ortografia atual do silabário	Regras ortográficas que regem a base da escrita atual em língua japonesa. Tem como característica o princípio da escrita acompanhando a pronúncia da linguagem atual, fixando os usos especiais (exceções à regra). A norma indica também as formas de apresentação dos grafemas e suas variantes com diacríticos, combinações, etc. Foi aprovada em 01 de julho de 1986.	042
2.2.7	送り仮名 <i>Okurigana</i> Desinência de palavras	Fonogramas que acompanham o ideograma formando uma palavra. Foi estabelecida para fixar, de modo conveniente, a leitura japonesa do ideograma. Surgiu naturalmente por ocasião da transformação dos textos chineses em língua japonesa. Em 1973, foi anunciada, oficialmente, uma resolução que serve de ponto de referência para o uso de <i>okurigana</i> em textos oficiais, leis, livros didáticos, jornais, revistas, jornalismo, etc.	043
2.2.8	振り仮名 <i>Furigana</i> Guia fonético	Fonograma colocado ao lado do ideograma para indicar a sua leitura. Se a escrita for vertical, o guia é colocado na lateral à direita do ideograma; se a escrita for horizontal em cima ou em baixo do	044

		ideograma.	
2.3	文字の書体 <i>Mojino shotai</i> Estilo de escrita do grafema	Estilo de escrita do grafema. Sua apresentação visual que pode ser impressa ou manuscrita. A forma impressa mecanicamente é denominada <i>insatsutai</i> e a forma manuscrita <i>hisshatai</i> .	045
2.3.1	印刷体 <i>Insatsutai</i> Forma impressa	Estilo de escrita em impressão gráfica. Existem vários tipos. Citaremos duas fontes de tipo de letra, uma mais utilizada e outra relacionada com materiais didáticos. O <i>minchotai</i> consiste em um estilo de forma impressa, que é utilizado em livros em geral, em livros didáticos acima do nível ginásial, jornais e revistas. No início do período Meiji (1868-1912) os impressos utilizavam esse tipo de letra impressa. A configuração é de fácil leitura, porém é inadequado para introduzir o estudo da escrita. O <i>kyôkashotai</i> corresponde a um dos tipos de forma impressa da configuração <i>kaisho</i> . É utilizado em livros didáticos e livros infantis. O livro didático do primário utiliza o <i>kyôkashotai</i> e o livro didático do ginásio utiliza o <i>minchotai</i> .	046
2.3.2	筆写体 <i>Hisshatai</i> Forma manuscrita	Forma manuscrita – forma escrita à mão. São considerados três tipos de escrita. <i>Kaishotai</i> – forma manuscrita sem simplificação, com todos os traços bem definidos. É a forma mais próxima ao <i>kyôkashotai</i> da forma impressa. <i>Gyôshotai</i> – forma manuscrita com um pouco de simplificação no desenho dos traços. <i>Sôshotai</i> – forma manuscrita com muita simplificação no desenho dos traços.	047
2.4	漢字の機能と役割 <i>Kanji no kinô to yakuwari</i> Função e papel do ideograma	O ideograma tem como atribuição ser utilizado para a escrita das palavras como substantivos, verbos, adjetivos e advérbios indicando seu significado. Usa-se, também para alguns conectivos. As regras de utilização estão indicadas nos guias próprios. São consideradas como	048

		<p>utilizações específicas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - palavras compostas por ideogramas, considerando apenas a sua leitura e não o significado. São palavras conhecidas como <i>ateji</i>. - denominação de pessoas e elementos da fauna e flora. <p>Quanto a palavras de domínio especializado, estas não são objeto das regras, podendo ser utilizado da forma que o especialista considerar adequado.</p>	
2.4.1	<p>漢字の熟語 <i>Kanji no Jukugo</i> Palavra composta por ideogramas</p>	<p>Palavra formada pela composição de dois ou mais ideogramas, reunidos para formar um significado. Uma das razões para este tipo de composição deve-se ao fato de haver muitos ideogramas com a mesma leitura o que tornava difícil uma diferenciação. Essas palavras são compostas por:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. repetição de um mesmo ideograma; 2. associação de ideogramas de mesmo significado; 3. associação de ideogramas de significados semelhantes; 4. associação de ideogramas de sentidos opostos; 5. associação de ideogramas de forma que o primeiro tenha a função de prefixo qualitativo ou limitativo; 6. associação de ideogramas de forma que o segundo tenha a função de sufixo qualitativo ou limitativo; 7. associação de um ideograma que tenha função qualitativa ou limitativa a um verbo ou adjetivo; 8. associação de dois verbos; 9. utilização de um verbo como prefixo a um substantivo, criando um outro substantivo ou verbo; 10. associação de um ideograma que individualmente ficam sem sentido. 11. associação como sufixo de verbo, adjetivo ou advérbio para criar novos adjetivos e advérbios; 12. pela associação com afixos para criar novas palavras. 	049

<p>2.4.1.1</p>	<p>熟語の読み方 <i>Jukugo no yomikata</i></p> <p>Forma de leitura de palavras compostas por ideograma</p>	<p>Palavras compostas por ideogramas são lidas pela combinação das leituras chinesas ou japonesas de cada ideograma componente, ou pela combinação dos dois tipos de leitura. É considerado leitura em uso idiomático, quando a leitura é realizada considerando a composição da palavra em sua totalidade, sem dividir como leitura de cada elemento componente. O Guia de ideogramas de uso diário apresenta uma lista de 53 palavras com este tipo de uso.</p>	<p>050</p>
<p>2.4.2</p>	<p>日本語の語類 <i>Nihongono gorui</i></p> <p>Tipos de palavras japonesas</p>	<p>As palavras da língua japonesa classificadas segundo sua origem e formação são :</p> <p>Koyûgo ou wago - Wago também é chamado de wagen. Indica dois conceitos: um no sentido amplo com significado de língua japonesa ou palavra da língua japonesa, por outro lado pode indicar também as palavras da língua japonesa peculiar excetuando-se as palavras de origem estrangeira que foram incorporadas ao vocabulário do cotidiano. Com este último conceito é também denominado de yamato kotoba ou yamatoshi.</p> <p>Konshûgo - Konshûgo é palavra originada de combinação de elementos de diferentes origens como no exemplo shôshaman onde shôsha é palavra de origem chinesa, escrita em ideograma e man de origem inglesa, escrita em katakana.</p> <p>Shakuyôgo - é equivalente a <i>loan word</i> (palavra de empréstimo) definida como palavra de outra língua adotada e utilizada da mesma forma que outras palavras já existentes. No caso da língua japonesa incluíam as palavras de origem chinesa, que há muito tempo foram incorporadas na língua japonesa, denominadas kango que podem ser expressos por um, dois ou mais ideogramas, estando determinado que sua</p>	<p>051</p>

		leitura deve ser realizada através da leitura chinesa. Outro shakuyôgo é o gairaigo também palavra de origem estrangeira incorporada ao sistema da língua japonesa. Estas últimas, incorporadas recentemente ao vernáculo japonês, escritas em katakana	
2.4.1.1	<p>熟語の読み方 <i>Jukugo no yomikata</i></p> <p>Forma de leitura do <i>jukugo</i></p>	Palavras compostas por ideogramas são lidas pela combinação das leituras chinesas ou japonesas de cada ideograma componente, ou pela combinação dos dois tipos de leitura. É considerada leitura em uso idiomático, quando a leitura é realizada considerando a composição da palavra em sua totalidade, sem dividir como leitura de cada elemento componente. O Guia de ideogramas de uso diário apresenta uma lista de 53 palavras deste tipo.	050
2.4.2	<p>日本語の語類 <i>Nihongo no gorui</i></p> <p>Tipos de palavras japonesas</p>	<p>As palavras da língua japonesa classificadas segundo sua origem e formação são :</p> <p>Koyûgo ou wago - <i>Wago</i> também é chamado de <i>wagen</i>. Indica dois conceitos: um no sentido amplo com significado de língua japonesa ou palavra da língua japonesa, por outro lado pode indicar também as palavras da língua japonesa peculiar excetuando-se as palavras de origem estrangeira que foram incorporadas ao vocabulário do cotidiano. Com este último conceito é também denominado de <i>yamato kotoba</i> ou <i>yamatoshi</i>.</p> <p>Konshûgo - <i>Konshûgo</i> é palavra originada de combinação de elementos de diferentes origens como no exemplo <i>shôshaman</i> onde <i>shôsha</i> é palavra de origem chinesa, escrita em ideograma e <i>man</i> de origem inglesa, escrita em <i>katakana</i>.</p> <p>Shakuyôgo - é equivalente a <i>loan word</i> (palavra de empréstimo) definida como palavra de outra língua adotada e utilizada da mesma forma que outras palavras já existentes. No caso da língua</p>	051

2.4.2	<p>continuação</p> <p>日本語の語類 <i>Nihongo no gorui</i></p> <p>Tipos de palavras japonesas</p>	<p>japonesa incluíam as palavras de origem chinesa, que há muito tempo foram incorporadas na língua japonesa, denominadas <i>kango</i> que podem ser expressos por um, dois ou mais ideogramas, estando determinado que sua leitura deve ser realizada através da leitura chinesa. Outro <i>shakuyôgo</i> é o <i>gairaigo</i> também palavra de origem estrangeira incorporada ao sistema da língua japonesa. Estas últimas, incorporadas recentemente ao vernáculo japonês são escritas em <i>katakana</i></p>	
2.5	<p>外来語 <i>Gairaigo</i></p> <p>Palavra de origem estrangeira</p>	<p>Palavra de origem estrangeira incorporado ao sistema do vernáculo japonês. Em 1954, foi decidido oficialmente que se deveria utilizar o fonograma <i>katakana</i> para escrever essas palavras. Atualmente, denominamos a palavra de origem estrangeira como <i>katakana go</i> ou então <i>katakana kotoba</i>. As palavras chinesas que há muito foram incorporadas à língua japonesa são denominadas <i>kango</i>, enquanto que palavras de origem chinesa de incorporação recente são consideradas <i>gairaigo</i> e são tratadas como tal.</p>	052
2.5.1	<p>外来語の表記 <i>Gairaigo no hyôki</i></p> <p>Escrita de palavras de origem estrangeira</p>	<p>Regras para escrita de palavras de origem estrangeira:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Palavras de origem estrangeira completamente adaptadas à língua japonesa, por estarem ali inseridas há muito tempo, quase não restando a idéia de sua origem são escritas com a utilização do fonograma <i>hiragana</i> e até mesmo com ideograma. - Palavra de origem estrangeira absorvida pela língua japonesa, se não tiver ainda perdido traços de sua origem quanto a sua estrutura, ao compararmos com aquelas completamente absorvidas são escritas em fonograma <i>katakana</i>.. - Palavra de origem estrangeira em que ainda restam a idéia de sua origem são escritas por combinações do fonograma <i>katakana</i>, na tentativa de reproduzir sons que não existem na 	053

		<p>língua japonesa. Apresentam muita variação na grafia da palavra e há movimentos que procuram ajustar esse formato.</p> <p>Essas regras foram publicadas em fevereiro de 1991.</p>	
2.5.2	<p>片仮名の表記 <i>Katakana no hyôki</i> Escrita em katakana</p>	<p>A escrita do <i>katakana</i> é utilizada nos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - palavra de origem estrangeira e palavra estrangeira; - nomes de pessoa e localidade estrangeira; - termos técnicos, termos especializados como nome de doenças, etc; - nomes de animais, vegetais, ferramentas; - onomatopéias; - para indicar significados peculiares, gírias; - para facilitar a leitura, chamar a atenção ou enfatizar algum significado especial; - em textos de telegramas, endereçamento de documentos administrativos; - nomes de empresas e produtos; - expressar o som ou voz como sinal de pronúncia. 	054
2.6	<p>ローマ字のつづり方 <i>Rômaji no tsuzurikata</i> Escrita romanizada</p>	<p>Escrita da língua japonesa com utilização do alfabeto latino. São seguintes as regras para a escrita romanizada</p> <p>1 Representa-se o som nasal por <i>n</i> ou <i>m</i> conforme os sistemas:</p> <p style="padding-left: 40px;">sistema <i>kunreishiki</i> • <i>nihonshiki</i> <i>tenki sinbun sanmyaku denpô</i> sistema <i>hebonshiki</i> <i>tenki shimun samumyaku demupô</i></p> <p>2 Se após o som nasal <i>n</i> tivermos <i>y</i> ou alguma vogal, utiliza-se o sinal ' como no exemplo</p> <p style="padding-left: 40px;">sistema <i>kunreishiki</i> • <i>nihonshiki</i> <i>tan'i kin'yôbi sin'ei</i> sistema <i>hebonshiki</i> <i>tan'i kin'yôbi shin'ei</i></p>	054

		<p>3 consoante dobrada→ duplica-se a consoante sistema <i>kunreishiki</i> • <i>nihonshiki</i> <i>gakki kitte zassi syuppatu ittyaku</i> sistema <i>hebonshiki</i> <i>gakki kitte zasshi shuppatsu ic̣tyaku</i></p> <p>4 sílaba prolongada – coloca-se um acento circunflexo na vogal prolongada, ou escreve-se duplamente a vogal quando for a primeira letra da palavra, em qualquer sistema de escrita.. <i>okâsan kûki ôkii Oosaka</i></p> <p>5 sons especiais →a escrita é livre, em qualquer sistema de escrita <i>firumu huirumu ototsan</i> <i>otottwan</i></p> <p>6 início de sentenças • nomes próprios→a primeira letra da palavra deve ser maiúscula, em qualquer sistema de escrita <i>Kyô wa kayôbi desu. Mikami</i> <i>.Akira</i></p>	
--	--	--	--

3. O ENSINO

3	文字の指導 <i>Moji no shidô</i> Ensino do grafema	O ensino do grafema em língua japonesa é o ensino da escrita do grafema e das normas de seu uso. É orientação geral que se introduza inicialmente o <i>hiragana</i> , em seguida o <i>katakana</i> e aos poucos os ideogramas conforme a necessidade; fazendo-o através da familiarização com os sons da língua japonesa.	061
3.1.	平仮名の指導の基本 <i>Hiragana no shidô no kihon</i> Fundamentos do ensino de <i>hiragana</i>	O ensino do <i>hiragana</i> tem como base orientar para que o aprendente consiga fazer a correspondência entre som japonês e o grafema. Os objetivos do ensino de <i>hiragana</i> são a aquisição da: <ul style="list-style-type: none"> - escrita; - pronúncia da palavra; - entoação da palavra dentro de uma sentença e saber reconhecer o desvio entre a pronúncia e a escrita dentro de um texto.	062

<p>3.1.1</p>	<p>平仮名の導入の順序 Hiragana no dōnyū no junjo/ Seqüência de introdução do <i>hiragana</i></p>	<p>O ensino do <i>hiragana</i> é realizado por processos semelhantes ao método sintético silábico do ensino da escrita, processo no qual o aprendente parte das sílabas para palavras. Ou então através de processo semelhante ao método analítico da palavração, no qual o aprendente parte de palavras que são separadas em sílabas. Neste caso é importante a seleção das palavras. Esta seleção deve ser realizada considerando palavras cujas sílabas componentes possam ser facilmente identificadas na seqüência da tabela do silabário. Após a fixação da figura do grafema com o som, passar para a escrita dos mesmos. Após terminar a escrita dos sons básicos do silabário japonês, passar para a escrita dos sons sonorizados, do som da consoante dobrada, do som da sílaba longa e do som paltalizado; verificando sempre se a fixação dos grafemas já introduzidos.</p>	<p>063</p>
--------------	---	---	------------

3.2	<p>片仮名の指導 <i>Katakana no shidô</i></p> <p><i>Ensino de katakana</i></p>	<p>O ensino do <i>katakana</i> é o ensino do conjunto de grafemas originados da simplificação do ideograma adotado para representar graficamente um determinado som. Em geral é realizado após o processo de ensino e aprendizagem do <i>hiragana</i>. A diferença no processo de ensino dos dois silabários é que os sons já devem ser do conhecimento dos aprendentes e o que ocorre agora é a associação do som com a nova escrita. Para aqueles que se sentem pressionados por essa nova seqüência de grafemas, mostrar que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a seqüência dos sons é a mesma da tabela do silabário de <i>hiragana</i>, portanto um conhecimento já adquirido; - a forma da letra é mais simples, pois trata-se de uma simplificação utilizando parcialmente o ideograma adotado para representar graficamente esse som; - a sílaba longa é representada por um traço; - não se pode deixar de aprender, pois é utilizado para escrever além dos nomes de pessoas e logradouros estrangeiros, para escrever palavras consideradas japonesas que são de origem estrangeira; - não é só para palavras de origem estrangeira, é utilizado também para onomatopéias, interjeições, etc. 	064
3.2.1	<p>片仮名の指導の基本 <i>Katakana no shidô no kihon/</i></p> <p>Fundamentos do ensino de <i>katakana</i></p>	<p>O ensino do <i>katakana</i> tem como fundamento o treino da forma escrita de sons que não existem na língua japonesa. Regra geral é utilizado o método analítico de palavração através de imagens e figuras.</p>	065

<p>3.2.2</p>	<p>片仮名表記の問題 <i>Katakana hyôki no mondai</i></p> <p>Dificuldades da escrita em <i>katakana</i></p>	<p>A escrita padrão do <i>katakana</i> tem um traçado mais simples, sua aprendenteagem aparenta se mais simples, entretanto apresenta dificuldades como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • possui grafemas de aparência semelhante ao hiragana; • possui grafemas com composição de traços de tipos semelhantes; • a vogal longa é representada por um traço, o que parece simples, entretanto deverá ser vertical ou horizontal, dependendo se a escrita é vertical ou horizontal; • em relação ao uso, ou seja, transformar uma palavra estrangeira em pronúncia japonesa e depois transcrever em <i>katakana</i>; a redução do tamanho de palavras de mais de três sílabas, em geral de forma aleatória, ao sabor do uso das pessoas, dificulta a compreensão do significado. 	<p>066</p>
<p>3.3</p>	<p>漢字の指導 <i>Kanji no shidô</i></p> <p>Ensino do ideograma</p>	<p>O ensino do ideograma é o ensino da forma, leitura e significado de cada ideograma, considerando as relações entre os três aspectos de cada ideograma internamente e as relações que cada ideograma mantém com o universo ao qual pertence. Para promover um processo de ensino com êxito é preciso que o professor mantenha uma atitude que desperte o interesse por seu estudo. Essa atitude do professor vai depender muito de seu conhecimento acerca dos fundamentos da escrita para selecionar a melhor abordagem para conduzir tal processo.</p>	<p>067</p>

<p>3.3.1</p>	<p>漢字の指導の基本 Kanji no shidô no kihon/ Fundamentos do ensino de ideogramas</p>	<p>O ensino do ideograma tem como fundamento o ensino de seus aspectos quanto a forma (escrita padrão), leitura, significado e uso. O ensino da forma envolvendo os radicais, número de traços, seqüência de escrita. Ao abordar a leitura é preciso ensinar sobre homófonos; e, tratar de significado implica em falar sobre composição de palavras, etc. Aprender ideograma deve significar saber usá-los adequadamente</p>	<p>068</p>
--------------	---	---	------------

<p>3.3.2</p>	<p>漢字の導入方法 <i>Kanji dōnyū hōhō</i></p> <p>Formas de apresentar ideogramas no ensino</p>	<p>Seqüência de apresentação dos ideogramas no ensino da escrita e a forma de introdução possuem alguns critérios que podem ser observados. O ensino dos ideogramas pode ser realizado a partir de:</p> <ul style="list-style-type: none"> (6) ideograma com um número pequeno de traços; (7) ideograma com significado de fácil entendimento; (8) ideogramas que podem se transformar em radicais ou parte de outro ideograma; (9) ideogramas utilizados em palavras de necessidade e uso freqüente; (10) ideogramas com possibilidade alta de vir a ser prefixo ou sufixo com possibilidade alta de formar novas palavras. <p>Além desses critérios, pode-se pensar em um ensino:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) associado ao material didático principal; b) associado aos ideogramas listados para o exame de proficiência em língua japonesa; c) a partir de uma seleção, considerando aspectos práticos. Como por exemplo, iniciar o aprendizado por aqueles que são convenientes saber, de forma que uma pessoa possa viver no Japão. 	<p>069</p>
<p>3.4</p>	<p>Prática da escrita do grafema</p>	<p>A forma escrita do grafema considerando a colocação do ponto, o comprimento e direção do traço, a concretização da delicada curva em sua composição. A prática da escrita japonesa envolve o conhecimento da utilização correta dos recursos de apresentação adequada da mesma.</p>	<p>070</p>

3.4.1	ます目書き <i>Masumegaki</i> <i>Masumegaki</i>	Escrita do japonês em folha de papel quadriculado, de forma que cada grafema ocupe cada um desses espaços, independentemente da quantidade de traços. A este fato denominamos <i>masumegaki</i> .	071
3.4.2	縦書き <i>Tategaki</i> Escrita vertical	Apresentação mais tradicional da escrita japonesa. Os grafemas são apresentados no sentido vertical do papel, são escritos de cima para baixo, por princípio da direita para a esquerda (escrita vertical à direita). Em geral, utilizam essa forma de escrita: os jornais, revistas em geral, as leis, obras literárias, livros didáticos da língua pátria, comunicações individuais.	072
3.4.3	横書き <i>Yokogaki</i> Escrita horizontal	Escrita com os grafemas dispostos no sentido horizontal do papel. Atualmente, os grafemas são dispostos da esquerda para a direita e são denominados escrita horizontal à esquerda. Após a guerra, documentos oficiais passaram a ter escrita horizontal. Em 4 de abril de 1952, foi publicado “Pontos importantes para a elaboração de documentos oficiais”. Após a publicação dessas regras, excetuando-se os jornais, a utilização da escrita horizontal tem sido mais freqüente. Livros didáticos de ensino de língua japonesa como língua estrangeira, dicionários bilíngues, muitos são os textos que usam a escrita horizontal.	073

3.4.4	<p>分かち書き <i>Wakachigaki</i></p> <p>Escrita com espaçamento entre palavras</p>	<p>Escrita em que se deixa um espaço entre as palavras. Pois em japonês os textos em geral são escritos sem espaçamento entre as palavras. Isto decorre do fato de a escrita japonesa ser uma combinação de ideogramas e fonogramas tornando visível a distinção que existe entre palavras. Entretanto, se o texto estiver escrita apenas com fonogramas, surge a dificuldade em identificar o início e o fim de cada palavra, tornando necessário que se deixe um espaço entre as palavras.</p>	074
3.4.5	<p>原稿用紙の使い方 <i>Genkô yôshi no tsukaikata</i></p> <p>Uso do papel para manuscrito</p>	<p>Chamamos de <i>genkô yôshi</i> ao papel com divisões quadriculadas próprio para manuscritos. Existem as versões para escrita horizontal e vertical. No Brasil, é mais facilmente encontrada a versão de escrita vertical. Em escolas de língua, esses papéis são utilizados para apresentação cópia de textos, ou para redações. Os textos escritos nesses papéis devem seguir regras bem definidas para dispor o texto. Ensinar como dispor um texto neste tipo de papel, faz parte da prática para a produção de texto.</p>	075

ANEXO – CRONOLOGIA DA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA JAPONESA

O quadro a seguir traz a cronologia de implantação do ensino da língua japonesa nas instituições de ensino médio e superior, até o ano de 2003.

Ano	Ensino Superior			Ensino fundamental e médio						
				Escolas públicas			Escolas particulares			
				Graduação	Optativa	Extra Curricular	CEL(SP)	CELEM (PR)	Outras	Obrigatória inclusa na grade
1961			PUC-RS							Pioneiro
1964	USP									
1969			UFRGS				Itamaraty			
1975			UFPR							
1977			UEL							
1979	UFRJ									
1981			UNB							
1983		UNB								
1984			UEM							
1985		UNICAMP								
1986	UFRGS									
1988										Virgem do Pilar
1989				Registro	Maringá 1		Josefina de Melo			
1990			UNISINOS	S P 1						
1992	UNESP			Adamantinas S.J.Campos						
1993			UECE	Assis	Assai Londrina 1		Harmonia / Oshiman			Roberto Norio
1994			UNEB	S P 2	Paranavaí		Kosmos			Joana D'arc
1995				Cotia	Cornélio Procópio 1/Guairá /Londrina2/ /Sta.Isabel					
1996				Presidente Prudente		Florianópolis/ Natal				
1997	UNB		UFMS/ UFRJ		Maringá 2		VIP	Nikkei		
1998				S P 3				S F Xavier		Mater et magistra
1999			UCS							Marupiara / Caritas
2000		PUC RS	UERJ	S P 4						
2001			FUPP	Suzano			Soka / Mirassol			
2002			UNI SANTA	Tupã/Marília Bauru/SP5						Brasil
2003			UNISANTOS/ UNESC		Cornélio Procópio 2					Sta.JoanaD'arc Fecap

Fonte: Fundação Japão: 2003

Nota: Abaixo indicamos as instituições do quadro, em ordem alfabética.

Adamantina – Centro de Estudos de Línguas – Adamantina – SP
Arquidiocesano – Colégio Marista Arquidiocesano Arqui idiomas – São Paulo – SP
Assai – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – Assai – PR
Assis – Centro de Estudos de Línguas – Assis – SP
Bauru – Centro de Estudos de Línguas – Bauru – SP
Brasil – Colégio Brasil – Indaiatuba – SP
C. Procópio 2 – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CE Zulmira Marchesi da Silva – Cornélio Procópio – PR
Cornélio Procópio 1 – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CE Monteiro Lobato – Cornélio Procópio – PR
Cotia – Centro de Estudos de Línguas – Cotia – SP
Fecap – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – São Paulo – SP
FUPF - Fundação Universidade de Passo Fundo
Guairá – Centro de Línguas Estrangeiras Moderna – Guairá – PR
Harmonia – Centro Educacional Harmonia – São Bernardo do Campo – SP
Itamaraty – Instituto Educacional Itamaraty – São Pailo – SP
Joana D’arc – Colégio Joana D’arc – São Paulo, SP
Josefina de Mello – Centro Educacional Josefina de Mello – Manaus – AM
Kosmos – Colégio Kosmos – Cotia –SP
Londrina 1 – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CE Marcelino Champagnat - Londrina – PR
Londrina 2 – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CE Vicente Rijo – Londrina-PR
Marília – Centro de Estudos de Línguas- Marília – SP
Maringá 1 – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CE Vital Brasil – Maringá – PR
Maringá 2 – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CE Alberto Jackson Byinton Jr – Maringá- PR
Mater et Magistra – Centro de Educação Vivencial Mater et Magistra – São Paulo – SP
Mirassol – Escola Mirassol – São Paulo – SP
Nikkei – Escola Nikkei – Santa Izabel do Pará – PA
Novo Mundo – Escola Novo Mundo – Belém – PA
Oshiman – Escola Professor Oshiman – São Paulo – SP
Paranavaí – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – Paranavaí – PR
Pioneiro – Centro Educacional Pioneiro – São Paulo – SP
PUC-RS – Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Registro – Centro de Estudos de Línguas (CEL) – Registro – SP
Roberto Norio – Escola Roberto Norio – São Paulo SP
Santa Isabel – Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – Santa Isabel do Ivaí – PR
São José dos Campos – Centro de Estudos de Línguas – São José dos Campos – SP
SFXavier – Escola São Francisco Xavier – Maringá – SP
Soka – Escola Soka do Brasil – São Paulo – SP
SP 1 – Centro de Estudos de Línguas – EE Prof. Dr.Laerte Ramos de Carvalho- São Paulo – SP
SP 2 – Centro de Estudos de Línguas – EE Alexandre Gusmão – São Paulo – SP

SP 3 - Centro de Estudos de Línguas – EE Rui Bloem – São Paulo – SP
SP 4 – Centros de Estudos de Línguas – EE Rui Bloem – São Paulo – SP
SP 5 – Centro de Estudos de Línguas – EECefam conj. José Bonifácio – São Paulo – SP
Sta Joana D’arc – Instituto Educacional santa Joana D’arc – São Paulo – SP
Suzano – Centro de Estudos de Línguas – EE Prof. Raul Brasil – Suzano – SP
Tupã – Centro de Estudos de Línguas – Tupã – SP
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEM – Universidade Estadual de Maringá